

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Maria Elisa Rocha Couto Gomes

**DETERMINANTES DA DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADO
ENTRE HOMENS E MULHERES EM UNIÕES HETEROSSEXUAIS E
HOMOAFETIVAS**

Belo Horizonte
2022

Maria Elisa Rocha Couto Gomes

Determinantes da divisão de tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres em uniões heterossexuais e homoafetivas

Versão final

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Jerônimo Oliveira Muniz

Belo Horizonte
2022

301
G633d
2022

Gomes, Maria Elisa Rocha Couto.
Determinantes da divisão de tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres em uniões heterossexuais e homoafetivas [manuscrito] / Maria Elisa Rocha Couto Gomes. - 2022.
150 f.
Orientador: Jerônimo Oliveira Muniz.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Sociologia – Teses. 2. Empregados domésticos – Teses. 3. Relações de gênero - Teses. I. Muniz, Jerônimo Oliveira. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



PPGS UFMG

Programa de Pós-Graduação em Sociologia | FAFICH

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

MARIA ELISA ROCHA COUTO GOMES

Aos 04 (quatro) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada: **"Determinantes da divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados entre homens e mulheres em uniões heterossexuais e homoafetivas"**. A banca foi composta pelos (as) professores (as) doutores (as) **Jerônimo Oliveira Muniz** (Orientador – DSO/UFMG), **Elaine Meire Vilela** (DSO/UFMG) e **Jordana Cristina de Jesus** (UFRN). Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação

Reprovação da Dissertação ()

Para constar foi lavrada a presente ata, datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 04 de Março de 2022.


Prof. Dr. Jerônimo Oliveira Muniz (Orientador – DSO/UFMG)


Profa. Dra. Elaine Meire Vilela (DSO/UFMG)



PPGS UFMG
Programa de Pós-Graduação em Sociologia | FAFICH

Profa. Dra. Jordana Cristina de Jesus (UFRN)

AGRADECIMENTOS

Durante esses dois anos de mestrado, sempre que me via estudando, minha mãe me perguntava: “Elisa, e a Sociologia das Mães? Quando você fará algum trabalho sobre mim?”. Feitos em tom de brincadeira, esses questionamentos me levaram a refletir sobre os motivos pelos quais escolhi meu tema de pesquisa: a divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados.

Desde muito nova, meus pais me ensinaram o valor da democracia e dos ideais de igualdade que a acompanham. Com eles, aprendi que essa seria a melhor forma de fazer política e, até mesmo, de me relacionar com o mundo. Cresci orgulhosa por viver em um país democrático e igualitário. Esse sentimento, extremamente romântico e privilegiado, não sobreviveu à minha graduação em Ciências Sociais. Talvez, a crise da democracia brasileira tenha sido a culpada. Talvez, meu próprio amadurecimento. Definitivamente, foi a visão crítica que desenvolvi durante o curso.

Com Biroli (2018), aprendi que as desigualdades, em especial as de gênero e raça, são os principais obstáculos à efetivação da democracia em nosso país. Enquanto formos as principais responsáveis pela realização dos trabalhos domésticos e de cuidados, nós, mulheres, não participaremos politicamente da mesma forma que os homens, nem acessaremos as mesmas condições de vida (BIROLI, 2018). Graças a Kittay (2013), descobri que o próprio ideal de igualdade é excludente: não abrange as mulheres que cuidam, muito menos as pessoas que dependem de seus cuidados. Tal ideal pressupõe igualdade entre independentes, ou seja, ignora que todos nós, em algum momento da vida, já dependemos e ainda dependeremos dos cuidados de outras pessoas, as quais, muitas vezes, atenderam ou atenderão às nossas necessidades em detrimento de suas próprias (KITTAI, 2013).

Falar sobre quem realiza os trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados é falar sobre uma série de desvantagens que, no Brasil do século XXI, ainda são reservadas às mulheres, sejam elas esposas, mães ou filhas. É falar sobre a invisibilização e a desvalorização de atividades que permitem a própria manutenção da vida. Por isso, escolhi estudar esse tema. Mãe, como eu ainda não havia respondido à sua pergunta, extremamente pertinente, lhe dedico este trabalho. Aproveito também para dizer que a pesquisa, aqui apresentada, não teria sido possível sem o envolvimento e o apoio das instituições e pessoas que cito a seguir.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), agradeço a concessão da bolsa que recebi durante meu curso de mestrado.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), minha *alma mater*, agradeço os seis anos durante os quais tive o enorme privilégio de ser sua aluna, oportunidade que me transformou profundamente. Despeço-me (por enquanto), prometendo sempre defender e honrar a educação que recebi: pública, gratuita e de altíssima qualidade. Já sinto saudades dos seus prédios, bibliotecas, gramados, restaurantes universitários e da sua comunidade!

Ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/UFMG), agradeço a excelência tanto das aulas quanto das oportunidades às quais acessei durante o curso. Sou extremamente grata ao privilégio de ter sido discente desse programa! Também agradeço a disposição com a qual Renata e Daiane responderam às minhas dúvidas todas as vezes que precisei.

Ao prof. Dr. Jerônimo Oliveira Muniz, meu orientador, agradeço tudo que me ensinou desde o primeiro semestre do mestrado, quando cursei a disciplina “Seminário de Estudos Avançados: Sociologia das Desigualdades e da Estratificação”. Também agradeço a ideia de incluirmos os casais homoafetivos na análise sobre os determinantes da alocação de tempo nos trabalhos doméstico e de cuidado, os gráficos do Capítulo 2 e todas as revisões que fez deste trabalho. Eu o admiro profundamente enquanto orientador, professor e pesquisador. Espero seguir sua dica e continuar focando no presente!

À profa. Dra. Danielle Cireno Fernandes, minha orientadora durante a graduação e parte do mestrado, agradeço todos os aprendizados e conselhos, especialmente seu carinhoso “puxão de orelha” que, em 2019, me incentivou a tentar o processo seletivo do PPGS/UFMG.

Às profas. Dras. Elaine Meire Vilela e Jordana Cristina de Jesus, agradeço a presença na qualificação e também na defesa da minha dissertação, a leitura atenciosa que, dela, fizeram e as valiosíssimas sugestões que permitiram seu aperfeiçoamento.

À profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro, minha supervisora no programa “Estágio Docente”, agradeço a oportunidade de me descobrir na docência, a qual exerce com tanto compromisso e elegância! Durante suas aulas na disciplina “Fundamentos da Análise Sociológica”, pude me reencantar pelos Clássicos e pela própria Sociologia. Sempre me lembrarei dessa experiência com muito carinho e admiração!

À profa. Dra. Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro, agradeço as leituras e os encontros do clube do livro “Leitura compartilhada e imaginação sociológica”, os quais trouxeram muita leveza e boa companhia para o meu mestrado pandêmico.

Aos meus pais, Athos e Maria Angélica, agradeço todos os cuidados que, até hoje, dedicam a mim, a educação que me proporcionaram e também o apoio a todas as minhas decisões, profissionais ou não. Seus passos são os que me guiam!

Aos meus irmãos, Maria Cecília e João Gabriel, agradeço a companhia, as brigas e as partilhas de uma vida inteira. Vocês são uma parte extremamente importante de quem eu venho me tornando!

À minha avó, Maria Ignez, agradeço a amizade forte e sincera. Pesquisar parece a coisa mais fácil do mundo quando penso nos meses que passamos sem nos encontrarmos, devido à pandemia do novo coronavírus. Estas páginas estão cheias da saudade que senti e ainda sinto da senhora!

Aos meus tios e primos, especialmente meus padrinhos tio Fernando e Ana Laura, agradeço o apoio e o carinho de sempre. Sinto muito orgulho da nossa família!

A Rodrigo, agradeço seu ser, estar e crescer comigo! Também o agradeço por ter assistido os ensaios de todas as apresentações de trabalhos, seminários e da dissertação que fiz ao longo desses dois anos. Seus aplausos gentis e comentários atenciosos sempre me dão porções preciosas de coragem! Espero que continuemos fazendo um pelo outro o que você fez por mim na Semana do Conhecimento de 2018. Sua companhia torna a vida mais bonita e o mundo um lugar mais agradável!

A Clara, minha querida Snuffkin, e a Tayná, minha querida comadre, agradeço a amizade multisituada que construímos desde que nos conhecemos em 2013. Desejo que nós sempre possamos nos encontrar na primavera, para ver as flores se abrirem e apreciar as novas pessoas que nos tornamos. Espero vocês por aqui, no vale dos Moomins, cheia de saudades! Enquanto a primavera não vem, prometo que continuaremos com nossas *calls* dominicais.

Ao álbum dos meus patos, agradeço a amizade e a presença, imprescindíveis para que eu sobrevivesse a esses anos loucos de mestrado e pandemia. A Bruna, agradeço as tantas fofocas que trocamos e a *playlist* “Se eu quiser falar com Deus”. Seus conselhos me permitem dar às coisas as dimensões que elas possuem! A Evandro, minha eterna duplinha acadêmica, agradeço todos os trabalhos que fizemos juntos, os desabafos, as melhores análises sociológicas

de *reality show* que já puder ler, as dicas de filmes, séries, músicas. Suas mensagens me fizeram (quase) tão bem quanto seus abraços! A Francisco, agradeço as piadas muitíssimo engraçadas e as discussões sobre nossos *podcasts* preferidos. Sinto muita saudade dos sucos que você buscava no bandeirão! A Júlia, minha querida confidente, agradeço as aulas de canto, a escuta acolhedora, as *selfies*, as blasfêmias e os sonhos que partilhamos. Suas perguntas e seu apoio sempre fazem toda diferença. Como dizemos: “nós por nós sempre”! A Laura, agradeço a sensibilidade e os nossos encontros literários. Desejo que continuemos nos encontrando nas páginas de Jane, Virginia, Sylvia e tantas outras que ainda leremos!

A Maria Gabriella, agradeço a amizade que, mesmo no desencontro, permanece. Espero que continuemos juntas por muitos anos a fio, vibrando pelas conquistas uma da outra.

A Cinthia, agradeço por me ajudar a manter as minhas margens, mesmo quando senti que a correnteza arrastaria tudo a seu redor.

Resumo

O presente trabalho se destina à análise da divisão dos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados no Brasil entre homens e mulheres em uniões heterossexuais e homoafetivas, a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua, coletados durante o ano de 2016. No primeiro capítulo, examinamos como participam na execução de tarefas específicas que compõem tais trabalhos, a depender de seu gênero e também de sua conjugalidade. Dessa forma, observamos que as mulheres heterossexuais ainda são as principais responsáveis pela realização dos afazeres domésticos rotineiros, enquanto homens heterossexuais se dedicam mais àqueles considerados discricionários. Entre os homens gays e as mulheres lésbicas, tais tarefas são divididas de formas mais igualitárias. No que diz respeito ao cuidado provido a outros moradores, verificamos que, por um lado, em casais heterossexuais, sua divisão é ligeiramente menos desigual. Por outro, em casais gays e lésbicos, tais atividades são pouco realizadas, à medida em que possuem menos filhos. Em seguida, no Capítulo 2, investigamos os determinantes da alocação de tempo de homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos e de cuidado. Além das covariáveis associadas às hipóteses do ciclo de vida, dos recursos relativos e à hipótese derivada da perspectiva de gênero anteriormente testadas na literatura nacional sobre esse tema, também incluímos uma variável indicadora para casais homoafetivos em nossos modelos de mínimos quadrados comuns. A partir deles, verificamos que, para os homens, seu coeficiente de determinação foi apenas 4%, do qual metade correspondia à presença de filhos no domicílio. Para as mulheres, seu coeficiente de determinação foi 8,3%, sendo que 3,38% equivalia à variação conjunta das covariáveis consideradas. A conjugalidade apenas foi estatisticamente significativa para elas, diminuindo, em média, 3,36 horas de suas jornadas de trabalho doméstico. Uma vez que os coeficientes de determinação do modelo, obtidos para homens e mulheres, foram extremamente baixos, no Capítulo 3, nós utilizamos o método de decomposição Oaxaca-Blinder para analisar o hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos, propriamente ditos. Assim, constatamos que, para homens, 19,99% da diferença entre seu tempo médio semanal de tarefas domésticas e o das mulheres era explicada por seus atributos distintos, enquanto 80,01% eram atribuíveis a fatores não observados. Para as mulheres, tais porções representavam 7,11% e 92,89%, respectivamente.

Palavras-chave: Trabalho doméstico não remunerado. Cuidado. Uso do tempo. Gênero. Casais heterossexuais. Casais homoafetivos.

Abstract

This paper is aimed at analyzing the division of unpaid domestic and care work in Brazil between men and women in heterosexual and same-sex couples, based on data from the 5th visit of PNAD Contínua, collected during 2016. In the first chapter, we examine how such individuals participate in the execution of specific tasks, depending on their gender and also their conjugality. In this way, we observed that heterosexual women are still primarily responsible for performing routine housework, while heterosexual men dedicate to those considered discretionary. Among gay men and lesbian women, such tasks are divided more equally. With regard to care provided to other residents, we find that, on the one hand, in heterosexual couples, its division is slightly less unequal. On the other hand, in gay and lesbian couples, such activities are little performed, as they have fewer children. Next, in chapter two, we investigate the determinants of men's and women's time allocation in performing household labor and caregiving. In addition to the covariates associated with the life-cycle hypothesis, the relative resources hypothesis, and the hypothesis derived from the gender perspective, previously tested in the national literature on this topic, we also included an indicator variable for same-sex couples in our ordinary least squares models. We found that, for men, their coefficient of determination was only 4%, of which half corresponded to the presence of children in the household. For women, their coefficient of determination was 8.3%, of which 3.38% corresponded to the joint variation of the covariates considered. Conjugality was only statistically significant for women, reducing 3.36 hours of their average unpaid shifts. Since the coefficients of determination of the model obtained for men and women were extremely low, in chapter 3, we used the Oaxaca-Blinder decomposition method to analyze the gender gap in housework time, itself. Thus, we found that, for men, 19,99% of the difference between their average weekly housework time and that of women was explained by their distinct attributes, while 80,01% was attributable to unobserved factors. For women, such portions accounted for 7,11% and 92,89%, respectively.

Keywords: Unpaid housework. Care-giving. Time use. Gender. Heterosexual couples. Same-sex couples.

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 – Características sociodemográficas, por gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 50 |
| TABELA 2 – Características sociodemográficas dos casais heterossexuais, gays e lésbicos. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 52 |
| TABELA 3 - Proporções de cuidado a outros moradores, por faixa etária de quem o recebeu e o gênero e a conjugalidade de quem o proveu. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 63 |
| TABELA 4 - Médias e proporções de variáveis no banco de dados por sexo. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 84 |
| TABELA 5 - Tempo médio semanal dedicado às tarefas domésticas e de cuidado por gênero, predição feita a partir da decomposição Oaxaca-Blinder. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 112 |
| TABELA 6 - Contribuições totais dos termos para a diferença ajustada entre os tempos médios de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 113 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1 – Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas rotineiras específicas, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 55 |
| FIGURA 2 - Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas rotineiras como um todo, de acordo com o sexo e a conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016. | 57 |
| FIGURA 3 – Proporções de participação relativa na execução de afazeres domésticos discricionários, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016 | 59 |
| FIGURA 4 - Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas como um todo, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016..... | 59 |
| FIGURA 5 – Proporções de participação relativa na realização de atividades específicas de cuidados a outros moradores, de acordo com gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016..... | 62 |
| FIGURA 6 - Proporções de realização relativa do cuidado como um todo, segundo sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016 | 65 |
| FIGURA 7 - Decomposição da variância de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens em uniões, 2016..... | 86 |
| FIGURA 8 - Decomposição da variância de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, mulheres em uniões, 2016..... | 87 |
| FIGURA 9 - Efeitos marginais das covariáveis estatisticamente significativas. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016..... | 89 |
| FIGURA 10 – Horas semanais de trabalho doméstico não remunerado previstas para cenários de desigualdades máximas de gênero por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016..... | 94 |
| FIGURA 11 – Horas semanais de trabalho doméstico não remunerado previstas para cenários de desigualdades mínimas de gênero por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016..... | 95 |
| FIGURA 12 - Contribuições individuais das covariáveis para a porção dos <i>endowments effects</i> do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016 | 115 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 13 - Contribuições individuais das covariáveis para a porção dos coeficientes do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016 | 118 |
| FIGURA 14 – Contribuições individuais das covariáveis para a porção das interações do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016 | 120 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 – DIVISÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS E DE CUIDADO NÃO REMUNERADOS NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DE CASAIS HETEROSSEXUAIS E DO MESMO SEXO | 19 |
| 1.1 – Introdução | 19 |
| 1.2 – Sobre os circuitos do cuidado | 20 |
| 1.2.1 – O cuidado como profissão | 22 |
| 1.2.2 – O cuidado como “ajuda” | 23 |
| 1.2.3 – O cuidado como “obrigação” | 24 |
| 1.2.4 – Como os casais dividem os afazeres domésticos rotineiros e discricionários?..... | 26 |
| 1.3 - Dados..... | 33 |
| 1.3.1 – Os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados na PNAD e na PNAD Contínua..... | 33 |
| 1.3.2 – Dados sobre casais homoafetivos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) | 39 |
| 1.3.2.1 – Perfis sociodemográficos dos casais homoafetivos e heterossexuais brasileiros | 40 |
| 1.4 – Estratégia metodológica..... | 43 |
| 1.5 – Resultados..... | 46 |
| 1.5.1 – Perfil sociodemográfico da amostra selecionada..... | 46 |
| 1.5.2 – Divisão intraconjugal dos afazeres domésticos e de cuidado | 53 |
| 1.5.2.1 – Tarefas domésticas rotineiras | 54 |
| 1.5.2.2 – Tarefas domésticas discricionárias | 58 |
| 1.5.2.3 – Cuidado a outros moradores..... | 61 |
| 1.6 – Conclusão | 66 |
| 2 – DETERMINANTES DA DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADO ENTRE HOMENS E MULHERES EM UNIÕES HETEROSSEXUAIS E HOMOAFETIVAS | 70 |
| 2.1 – Introdução | 70 |
| 2.2 – Sobre a divisão intraconjugal de tarefas domésticas e de cuidado | 71 |
| 2.2.1 - Determinantes da alocação do tempo em afazeres domésticos e de cuidado | 72 |
| 2.2.2 - A especialização em casais homoafetivos na literatura interacional | 74 |
| 2.2.3 - Divisão dos afazeres domésticos e de cuidado no Brasil: a conjugalidade ainda é uma questão incipiente | 77 |
| 2.3 - Métodos..... | 82 |
| 2.4 – Resultados..... | 86 |
| 2.4.1 - Hipótese do ciclo de vida | 89 |
| 2.4.2 - Hipótese dos recursos relativos | 90 |
| 2.4.3 - Hipótese derivada da perspectiva de gênero | 91 |

| | |
|---|------------|
| 2.4.5 - Discussão: simulações contrafactuais..... | 92 |
| 2.5 – Conclusão | 95 |
| 3 – DECOMPOSIÇÃO DO HIATO DE GÊNERO NO TEMPO DEDICADO AOS TRABALHOS DOMÉSTICO E DE CUIDADO NÃO REMUNERADOS | 100 |
| 3.1 – O modelo de decomposição Oaxaca-Blinder..... | 100 |
| 3.1.1 - Discriminação no mercado de trabalho | 101 |
| 3.1.2 - Uso do tempo | 103 |
| 3.2 - Método e dados | 108 |
| 3.3 – Resultados..... | 112 |
| 3.3.1 – <i>Endowments effect</i> | 113 |
| 3.3.2 – Coeficientes | 116 |
| 3.3.3 – Interações..... | 119 |
| 3.3.4 – Porção explicada vs. “efeito de gênero” | 121 |
| 3.4 – Conclusão | 121 |
| CONCLUSÃO..... | 125 |
| REFERÊNCIAS..... | 132 |
| APÊNDICES | 145 |

INTRODUÇÃO

Desde março de 2020, quando se iniciou a pandemia do novo coronavírus, a “crise do cuidado” está ampliando o espaço que ocupa no debate público. Embora nem sempre tal expressão seja utilizada, cotidianamente lemos notícias sobre os profissionais de saúde na “linha de frente”, a exposição das trabalhadoras domiciliares (enfermeiras, cuidadoras, empregadas domésticas etc.) à contaminação, as dificuldades enfrentadas pelas famílias no cuidado com idosos e crianças durante o período de isolamento social etc.

A origem do termo “crise do cuidado”, no entanto, remonta ao próprio surgimento da literatura sobre os trabalhos doméstico e de cuidado. Na América Latina, sua produção foi impulsionada pelas profundas desigualdades socioeconômicas, pelo envelhecimento da população e também pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho (GUIMARÃES; HIRATA, 2020a). Dentre os temas abordados por tais estudos, destacamos a “economia do cuidado”, cujo objetivo é evidenciar o valor da realização das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas. Consequentemente, também realça a própria sobrecarga das mulheres.

A divisão desequilibrada dos afazeres domésticos e de cuidado é apontada pela literatura como uma das principais e mais persistentes dimensões das desigualdades de gênero (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012; ITABORAÍ; RICOLDI, 2016; PINHEIRO, 2018). Segundo Biroli (2018), devido ao tempo que lhes dedicam, as mulheres possuem menos disponibilidade para se engajarem em outras atividades, como, por exemplo, o sono, o lazer, o autocuidado e a participação política.

A maioria dos estudos busca identificar os efeitos das desigualdades intraconjugais de escolaridade, rendimentos e disponibilidade sobre o tempo gasto com a execução das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas. Embora reconheçam a importância do sistema de normas e expectativas de gênero, poucos investigaram seu aspecto relacional. Isso é, se interessaram em compreender como os diferentes contextos conjugais podem levar a dinâmicas distintas de divisão dessas atividades.

Uma vez que tal exercício ainda não fora realizado no Brasil, no presente trabalho, além das hipóteses usualmente testadas na literatura, também avaliamos se o tempo que homens e mulheres dedicam aos afazeres domésticos e de cuidado é influenciado pelo

fato de serem membros de casais heterossexuais ou homoafetivos¹. Para tanto, utilizamos os dados da 5ª visita da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), coletados durante o ano de 2016, como parte do suplemento “outras formas de trabalho”.

Esta dissertação contém cinco capítulos. Com exceção da introdução e da conclusão, os demais foram escritos no formato de artigos autocontidos.

No Capítulo 1, “Divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados no Brasil: uma comparação entre os membros de casais heterossexuais e do mesmo sexo”, discutimos os diferentes circuitos do cuidado, seus significados e as trocas, monetárias ou não, que implicam (GUIMARÃES, 2020). Voltando a atenção apenas ao cuidado como obrigação, diferenciamos os afazeres domésticos entre aqueles considerados rotineiros e os tidos como discricionários. A literatura demonstra que as mulheres são responsáveis pelos primeiros, mais demorados e frequentes, enquanto os homens realizam os segundos, mais rápidos e ocasionais. Além de traçar os perfis sociodemográficos da amostra por gênero e conjugalidade, também analisamos como os indivíduos dividiam tais tarefas com seus respectivos cônjuges. Para isso, criamos escalas de participação relativa dos membros dos casais na realização de atividades específicas e delas como um todo. Nesse capítulo, também reconstituímos as histórias dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados na PNAD e dos casais homoafetivos nos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Capítulo 2, “Determinantes da divisão de tarefas domésticas e de cuidado entre homens e mulheres em uniões heterossexuais e homoafetivas”, apresentamos as seguintes hipóteses para a alocação de tempo nos trabalhos domésticos e de cuidado: a hipótese do ciclo de vida, as hipóteses dos recursos relativos e a hipótese derivada da perspectiva de gênero. Em seguida, debatemos como as mesmas são corroboradas ou contrariadas pela literatura e as testamos separadamente para homens e mulheres, por meio de regressões de mínimos quadrados ordinários (MQO). Assim, preenchemos uma lacuna das pesquisas

¹ Neste trabalho, optamos por utilizar o termo homoafetivo em referência aos casais gays e lésbicos, considerando que, no Brasil, ele possui uma importante carga política de reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, cabe dizer que isto não o isenta de controvérsias. Segundo Rios (2013, p. 17), embora seja bem intencionado, este termo “na prática, distingue uma condição sexual ‘normal’, palatável e “natural” de outra assimilável e tolerável, desde que bem comportada e ‘higienizada’”.

nacionais sobre as tarefas domésticas e de cuidado: identificar quais são os efeitos da conjugalidade, heterossexual ou homoafetiva, sobre as horas que lhes são dedicadas.

No Capítulo 3, “Decomposição do hiato de gênero no tempo dedicado aos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados”, analisamos em que medida a diferença existente entre a quantidade média de horas que homens e mulheres gastam semanalmente com os afazeres domésticos e de cuidado se deve às características distintas desses grupos ou a seus retornos diferenciais, isso é, ao que se denomina “efeito” ou “termo de gênero” (ÁLVAREZ; MILES, 2003; PINHEIRO, 2018). Para tanto, empregamos o método de decomposição Oaxaca-Blinder. Com o objetivo de demonstrar seu potencial elucidativo, antes de analisarmos seus resultados, discorreremos sobre estudos que o utilizaram para investigar discriminação no mercado de trabalho e também as desigualdades de gênero no uso do tempo.

Na Conclusão, além de retomarmos as principais discussões e resultados dos demais capítulos, também expomos as limitações das análises realizadas neste trabalho e apontamos possibilidades para pesquisas futuras.

1 – DIVISÃO DOS AFAZERES DOMÉSTICOS E DE CUIDADO NÃO REMUNERADOS NO BRASIL: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS MEMBROS DE CASAIS HETEROSSEXUAIS E DO MESMO SEXO

1.1 – Introdução

O isolamento social, realizado como medida de contenção da pandemia do novo coronavírus, trouxe à tona um velho problema social: a divisão dos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados. Com a adaptação dos expedientes e das aulas ao regime remoto, o espaço doméstico foi invadido por atividades que, historicamente, têm sido realizadas no espaço público (GUIMARÃES; HIRATA, 2020a). Nesse cenário, portanto, as famílias se viram obrigadas a trabalhar e a cuidar de seus filhos e suas casas.

Embora tenha se intensificado com o isolamento social, a sobrecarga feminina tem sua origem na divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007; JESUS, 2018). De acordo com Jesus (2018), suas duas principais características são a separação e a hierarquização dos trabalhos que cabem aos homens e às mulheres. Eles devem se ocupar do trabalho produtivo, remunerado, realizado no espaço público, tido como superior. Elas são responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não remunerado, executado no interior dos domicílios, considerado inferior. Isso, porém, tem se transformado. Desde a segunda metade do século XX, as mulheres estão cada vez mais inseridas no mercado de trabalho. Em contrapartida, os homens continuam contribuindo pouco para a realização das tarefas domésticas e de cuidado (BIANCHI et al., 2000; GOTTA et al., 2011; HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012; ITABORAÍ; RICOLDI, 2016; PINHEIRO, 2018).

A participação na realização desses afazeres é apenas um dos aspectos por meio dos quais a divisão sexual do trabalho se manifesta no espaço privado. Além desse, também podemos citar o tempo gasto com eles e, até mesmo, os tipos de tarefas domésticas e de cuidado às quais homens e mulheres se dedicam, como examinamos no presente capítulo. Enquanto eles tendem a realizar as atividades discricionárias, aquelas que são eletivas e mais rápidas, elas executam as rotineiras, isso é, as essenciais e mais demoradas (CIVETTINI, 2016; CRAIG; POWELL, 2018; PINHEIRO, 2016, 2018).

A divisão dos afazeres domésticos e de cuidado evidencia não apenas os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres e as expectativas que deles derivam, mas também as diferenças entre homens e mulheres condicionadas por outros marcadores

sociais (JESUS, 2018; PINHEIRO, 2016, 2018), dentre os quais se destaca a conjugalidade, como defendemos ao longo deste trabalho.

Esse aspecto, ainda pouco discutido na literatura brasileira, consiste nos tipos de uniões conjugais: heterossexuais ou homoafetivas. A conjugalidade nos remete à ideia de que o gênero, além de estruturar nossas relações sociais cotidianas, também é um produto que delas emerge (DEUTSCH, 2007; GOLDBERG, 2013; WEST; ZIMMERMAN, 1987). Ao realizarem as tarefas domésticas e de cuidado, homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos, também estão constantemente reafirmando, desafiando e construindo o próprio gênero (WEST; ZIMMERMAN, 1987). Uma vez que este é o primeiro estudo brasileiro quantitativo a examinar o efeito da conjugalidade sobre a divisão desses afazeres, a análise, apresentada neste capítulo, foi guiada pelas seguintes perguntas:

1. Quais são as principais tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas realizadas nos domicílios brasileiros?
2. Como homens e mulheres, em uniões heterossexuais e homoafetivas, as dividem com seus(suas) respectivos(as) cônjuges?

Para respondê-las, utilizamos os microdados da 5ª visita da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua) coletados durante o ano de 2016. Este capítulo apresenta a literatura sobre a divisão intraconjugal dos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados e descreve o histórico de perguntas referentes a esse tema e a casais homoafetivos nos dados oficiais brasileiros, coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, apresentamos a estratégia metodológica empregada, os resultados obtidos e, por fim, as conclusões às quais chegamos.

1.2 – Sobre os circuitos do cuidado

Segundo Guimarães e Hirata (2020), no Brasil e nos países latino-americanos de língua espanhola, enquanto a palavra “cuidado” se refere a atitudes cautelosas ou de atenção ao outro, “cuidar” é aquela que possui o sentido mais próximo ao que “care” assumiu na literatura anglo-saxã sobre esse tema. Antes mesmo que tal área de estudos se difundisse por aqui, esse verbo já era usado em referência às atividades de manutenção da casa e da vida, sendo amplamente associado à submissão dos grupos que as realizam:

inicialmente, os negros escravizados e, posteriormente, as mulheres (GUIMARÃES; HIRATA, 2020b).

Para essas autoras, o desenvolvimento da literatura sobre os trabalhos domésticos e de cuidado, remunerados ou não, foi impulsionado pela chamada "crise do cuidado". Tal crise fora deflagrada pelo aumento da demanda por cuidado, causado pelo envelhecimento populacional e também pelo maior envolvimento das mulheres no mercado de trabalho, cujas principais consequências foram sua menor disponibilidade para zelarem os membros de suas famílias e uma certa tomada de consciência a respeito das desigualdades de gênero (GUIMARÃES; HIRATA, 2020b).

Guimarães e Hirata (2020a) também afirmam que tal crise não é exclusiva à América-Latina. No entanto, mesclada às profundas desigualdades socioeconômicas dessa região, a crise do cuidado contribuiu para que sua produção científica se destacasse pela predominância da "economia do cuidado" (GUIMARÃES; HIRATA, 2020b). Esse campo de estudos busca evidenciar como, a partir da realização dos trabalhos domésticos e de cuidado, extremamente subvalorizados e invisibilizados, as mulheres contribuem significativamente para a produção do bem-estar de suas famílias e da sociedade em geral.

Além dessa perspectiva, na literatura latino-americana sobre o cuidado, também há forte presença de pesquisas que se dedicam à análise dos seguintes aspectos: as formas por meio das quais ele é organizado socialmente, sua relação com a migração internacional de mulheres, as políticas públicas voltadas para o seu provimento e como podem contribuir para a reprodução de desigualdades, a ética do cuidado e, por fim, os significados que, em diferentes contextos, lhes são atribuídos (GUIMARÃES; HIRATA, 2020b). Nesta seção, os discutiremos brevemente para lançar luz sobre as dinâmicas de divisão intraconjugal dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados.

Inspirando-se nas noções de "circuitos de sobrevivência", criada por Saskia Sassen, "trabalho relacional" e "circuitos de comércio", elaboradas por Viviana Zelizer, Guimarães (2020) utiliza o termo "circuitos de cuidado" em referência às diferentes maneiras por meio das quais o cuidado é provido em contextos diversos e aos significados que, neles, são atribuídos às atividades que o compõem. Nas palavras da própria autora:

tal noção de "circuitos de cuidado" nos ajuda a dar conta de nuances que operam na construção das relações sociais no âmbito desse domínio de trabalho. Nuances que (...) se assentam no entrecruzamento das quatro dimensões analíticas relevantes para se entender como se estrutura cada circuito: os significados atribuídos ao trabalho desempenhado, os atores/atrizes

considerados aptos a fazê-lo, os tipos de relação social que se estabelecem (mercantis ou não mercantis), e os modos de retribuição (monetários ou não) que se lhes associam (GUIMARÃES, 2020, p. 106).

A partir dessa reflexão, Guimarães (2020) observa que há a prevalência de três circuitos de cuidado no Brasil: o cuidado como profissão, o cuidado como “ajuda” e o cuidado como “obrigação”, os quais caracterizamos na seção a seguir.

Antes, no entanto, é importante observar que diversos atores sociais podem ser responsáveis pelo provimento do cuidado, dentre eles, destacam-se a família, o mercado, o Estado (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016) e diferentes tipos de organizações civis (HIRATA, 2020). Segundo Hirata (2020, p. 214), “suas ações combinam-se de maneiras diferentes, desiguais e assimétricas em cada contexto societal”. No Brasil, por exemplo, Araújo, Picanço e Cano (2019) observam que, em geral, o cuidado é pensado como sendo um problema a ser resolvido pelas famílias, seja por meio da responsabilização das mulheres por sua realização, seja por meio da contratação de serviços disponíveis no mercado, a depender dos recursos financeiros dos quais dispõem. Em relação à atuação do setor público brasileiro, Soares (2016, p. 153) afirma que:

a garantia por lei da provisão por parte do Estado da oferta de estabelecimentos de educação e saúde, bem como a política de transferência monetária, por sua vez, são ações isoladas e/ou insuficientes do que se poderia chamar de uma política pública de cuidado.

Nota-se, portanto, que os principais atores e atrizes dos três circuitos de cuidado prevaletentes no Brasil, identificados por Guimarães (2020), estão inseridos na esfera privada.

1.2.1 – O cuidado como profissão

O circuito do cuidado como profissão consiste nos trabalhos domésticos e de cuidado remunerados, os quais são realizados tanto pelas profissionais da enfermagem quanto pelas trabalhadoras domiciliares, como, por exemplo, empregadas domésticas, faxineiras, babás e cuidadoras (GUIMARÃES, 2020). Guimarães (2020) ressalta que há diferenças entre tais grupos. Por um lado, tem-se as enfermeiras e técnicas de enfermagem que possuem credenciais profissionais formais, ensino superior e técnico, respectivamente, para exercerem o cuidado (GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES;

HIRATA, 2020c). Por outro, tem-se as trabalhadoras domiciliares que, não as possuindo, costumam se apoiar nos conhecimentos adquiridos por meio de suas experiências com o provimento do cuidado a seus próprios familiares e também àqueles que as contratam (GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES; HIRATA, 2020c). Segundo a autora, essa diferença é fonte de grandes disputas profissionais, principalmente, entre enfermeiras e cuidadoras (GUIMARÃES, 2020).

As empregadas domésticas foram reconhecidas enquanto categoria profissional pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2002 e garantiram seus direitos trabalhistas em 2013 (GUIMARÃES, 2020). De acordo com Guimarães (2020), tais fatos são indicativos da precariedade e subvalorização às quais essas trabalhadoras, em sua maioria, mulheres negras, de baixa renda e pouco escolarizadas, estão submetidas. Embora tradicionalmente exerçam tanto o trabalho doméstico quanto o cuidado com crianças e idosos, elas não se reconhecem enquanto cuidadoras. Aquelas que, assim, se reconhecem, geralmente, são mulheres mais brancas, instruídas e melhor remuneradas (GUIMARÃES; HIRATA, 2020c).

1.2.2 – O cuidado como “ajuda”

O segundo circuito, o cuidado como “ajuda”, para Guimarães (2020), abrange o cuidado com crianças, idosos e demais dependentes que, não podendo ser realizado pelas mulheres da própria família por conta de seus trabalhos remunerados, é exercido como ajuda por outras parentes, vizinhas e amigas. Esse circuito é a principal alternativa para que famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social possam atender às suas demandas internas, uma vez que, além de não poderem pagar por serviços domésticos e de cuidado, também não conseguem acessar as escassas políticas públicas existentes no Brasil, voltadas a tais questões.

Envolto em sentimentos como, por exemplo, “solidariedade” e “amizade”, o cuidado realizado nesse circuito é de caráter não mercantil. No entanto, dentre suas principais características, Guimarães (2020) destaca a natureza ambígua das trocas que supõe, as quais podem ser monetárias ou não. Em outras palavras, tal cuidado pode ser retribuído por meio de doações, presentes, favores ou, até mesmo, de pequenos pagamentos em dinheiro, cujos valores, geralmente, estão abaixo daqueles praticados no

mercado. Dado seu caráter não mercantil, nesse circuito, o cuidado não é visto como trabalho nem pelas famílias que dele se beneficiam, nem pelas mulheres que o provém, para as quais costuma ser apenas uma atividade que exercem enquanto não conseguem se (re)inserir no mercado de trabalho formal (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020).

1.2.3 – O cuidado como “obrigação”

O terceiro e último circuito, o cuidado como “obrigação”, é aquele para o qual voltamos nossa atenção no presente trabalho. É possível defini-lo como sendo composto pelas tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, realizadas como dever de todos os adultos não-dependentes que residem em um mesmo domicílio, mas cuja carga, na prática, recai principalmente sobre as mulheres. Nesse circuito:

a atividade está oculta, encapsulada em outras noções como “amor (por)”, “responsabilidade (para com)” e se encarna num conjunto de obrigações sociais, de expectativas de comportamentos associados às hierarquias e relações de gênero e geracionais, tecidas no seio do grupo familiar, o que torna impertinente qualquer remuneração monetária (GUIMARÃES, 2020, p. 115).

Além desses sentimentos, outro motivo pelo qual tal desigualdade se encontra camuflada é a própria naturalização das chamadas “diferenças sexuais”. Isso se manifesta, a partir da ideia de que, por possuírem “instinto materno”, as mulheres seriam mais propensas a comportamentos atenciosos para com a prole, enquanto os homens tenderiam à agressividade e à competitividade (BECKER, 1993; CHERLIN, 2013). Tal naturalização consiste na atribuição de causas meramente biológicas às diferenças observadas entre homens e mulheres, o que faz com que sejam consideradas “intrínsecas”, quando, na verdade, estão fortemente associadas a fatores sociais e culturais.

Desde muito cedo, essas características são desenvolvidas por meio do processo de socialização, durante o qual meninas e meninos internalizam comportamentos e expectativas de gênero, a partir de sua convivência com adultos, outras crianças e também do consumo de diferentes formas de mídia (CHERLIN, 2013; HEILBORN, 1997; RIBEIRO, 2006). Heilborn (1997) e Ribeiro (2006), em suas pesquisas etnográficas, por exemplo, observaram que os garotos possuíam maior acesso ao mundo exterior às suas casas e eram incentivados a contribuir para as finanças de suas famílias, já as garotas costumavam ser restringidas ao ambiente doméstico, onde deveriam auxiliar nas tarefas domésticas e no cuidado com irmãos menores. Apesar de sentirem uma certa inveja da

liberdade que eles possuíam, elas sabiam que não poderiam se comportar da mesma forma pelo simples fato de que eram meninas: se o fizessem, correriam o risco de serem mal vistas e faladas pelas comunidades às quais pertenciam (HEILBORN, 1997; RIBEIRO, 2006).

Ao nos mostrarem que, na infância e na adolescência, meninas e meninos já são capazes de reconhecer os domínios da vida aos quais pertencem, tais estudos esclarecem como o fenômeno da divisão sexual do trabalho se faz presente na vida dos indivíduos. Em última instância, crianças são preparadas para os papéis que assumirão quando adultos enquanto homens provedores e mulheres cuidadoras. Essas são as bases sob as quais se assenta o circuito do cuidado como “obrigação”, principalmente das mulheres.

Sendo organizado pelos princípios da separação e da hierarquização (HIRATA; KERGOAT, 2007; JESUS, 2018), segundo os quais os “trabalhos de homem” são considerados superiores aos “trabalhos de mulher”, o fenômeno da divisão sexual do trabalho também é responsável pela própria separação entre as esferas pública, onde são realizadas as atividades remuneradas, tidas como masculinas, e a privada, espaço em que são executadas as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, tidas como femininas. De acordo com Guimarães e Hirata (2020), por estarem “encapsuladas” nas relações afetivas e familiares, tais tarefas sequer são consideradas trabalho, recebendo a alcunha de “inatividade econômica” (BRUSCHINI, 2006). Como consequência disso, sua realização é invisibilizada e excluída das contas de riquezas nacionais (GUIMARÃES, 2020; GUIMARÃES; HIRATA, 2020b; JESUS, 2018).

Embora tal fenômeno nos remeta, principalmente, à estrutura em que se dão as relações de gênero e, por isso, o pensamos como sendo extremamente rígido, Hirata e Kergoat (2007) também ressaltam sua plasticidade. Segundo as autoras, tal característica permite que a divisão sexual do trabalho assuma diferentes configurações, as quais elas descrevem a partir de quatro modelos.

O primeiro modelo, denominado tradicional, se refere à responsabilização das mulheres por tudo relacionado a suas casas e famílias, enquanto os homens devem prover financeiramente. O segundo modelo, o modelo de conciliação, consiste na articulação que as mulheres fazem entre suas atividades remuneradas e o trabalho não remunerado que realizam no interior de seus domicílios. Apesar de seu nome indicar certa harmonia, a literatura reforça seu caráter conflituoso (HIRATA; KERGOAT, 2007). Já o terceiro,

nomeado “paradigma da parceria”, expressa a ideia de que homens e mulheres são parceiros, ou seja, se relacionam e dividem os afazeres domésticos e de cuidado de forma igualitária. Por fim, o modelo de delegação representa a externalização dessas tarefas, o que significa dizer que são realizadas por agentes externos à família. Sendo assim, tal modelo pode ser visto como uma espécie de ponto de encontro entre os circuitos de cuidado brasileiros definidos por Guimarães (2020), enquanto os demais dizem respeito apenas ao cuidado como “obrigação”.

A divisão sexual do trabalho não incide apenas sobre a participação, ou não, de homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, mas também determina o tempo que eles dedicam a tais atividades, como discutimos nos Capítulos 2 e 3, e a própria separação delas entre as chamadas tarefas rotineiras e discricionárias, assunto que abordamos na seção a seguir.

1.2.4 – Como os casais dividem os afazeres domésticos rotineiros e discricionários?

Conforme a literatura sobre a divisão dos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados, as diferentes atividades que os compõem podem ser classificadas como sendo rotineiras ou discricionárias. Para tanto, os seguintes critérios são utilizados: a quantidade de tempo que demandam para serem executadas, a frequência com que devem ser realizadas e os espaços das casas (externos ou internos) aos quais correspondem (CIVETTINI, 2016; CRAIG; POWELL, 2018; PINHEIRO, 2016, 2018).

As tarefas rotineiras são feitas com maior frequência, não podem ser adiadas e também demandam quantidades maiores de tempo, como, por exemplo, cozinhar, lavar a louça, lavar roupa, limpar a casa, cuidar das crianças e dos demais dependentes etc. (PINHEIRO, 2016, 2018). Já as discricionárias são aquelas cujas demandas surgem pontualmente, que podem ser realizadas mais rapidamente e que costumam ser eletivas. Além de possibilitarem maior liberdade de escolha sobre o que, como e quando fazer (CRAIG; POWELL, 2018), os afazeres discricionários também são mais facilmente delegados para outras pessoas (CIVETTINI, 2016; PINHEIRO, 2018). Dentre eles, destacam-se a realização de pequenos reparos, cortar a grama, arrumar o quintal/terreno da casa, manter carros e dirigir. Outro ponto que diferencia esses dois tipos de tarefas domésticas, é o gênero de quem as executa. Enquanto a responsabilidade pelas rotineiras

recai sobre as mulheres, e, por isso, são consideradas femininas, as discricionárias são executadas pelos homens e tidas como masculinas.

Ao participarem da realização dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, escolhendo aqueles para os quais se dedicarão, homens e mulheres mobilizam estratégias de gênero. Ou seja, “um plano de ação, por meio do qual uma pessoa tenta resolver problemas que surgem, dadas as noções culturais de gênero que estão em jogo” (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012, p. 36, tradução nossa). Tais atividades são importantes ferramentas por meio das quais homens e mulheres, sejam eles membros de casais heterossexuais ou homoafetivos, fazem e desfazem o gênero, agem em conformidade, ou não, às suas normas e expectativas (CIVETTINI, 2016; DEUTSCH, 2007; GOLDBERG, 2013; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Embora tenham sofrido importantes modificações, à medida em que, durante o século XX, as mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, muitos autores argumentam que há um grande descompasso entre os papéis que elas passaram a desempenhar na esfera pública e a persistência dos comportamentos masculinos na esfera privada, especialmente em casais heterossexuais (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012; ITABORAÍ; RICOLDI, 2016; SINGLETON; MAHER, 2004). Eles afirmam que a divisão desigual das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas é um dos principais obstáculos à verdadeira Revolução de Gênero.

Hochschild e Machung (2012), por exemplo, estudaram a divisão do segundo turno entre membros de casais heterossexuais estadunidenses, em que ambos possuíam trabalhos remunerados. Assim, as autoras observaram que, mesmo quando possuíam crenças de gênero mais igualitárias, os homens dificilmente se engajavam no trabalho doméstico e no cuidado com seus filhos nas mesmas intensidades que suas esposas. Como consequência disso, várias tensões se desencadeavam no interior de suas famílias, para as quais as únicas soluções possíveis eram o divórcio ou a criação de mitos que encobrissem a desigualdade na divisão dessas atividades (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012).

Dentre aqueles desenvolvidos pelos casais entrevistados por essas autoras, merece destaque o mito do acordo “*upstairs-downstairs*”, firmado entre Nancy e Evan Holt. Considerado igualitário porque se baseava em suas diferentes personalidades, tal combinado estabelecia que ela era responsável por todas as tarefas a serem realizadas na sala, na cozinha, nos quartos e nos banheiros, enquanto ele se encarregava apenas

daquelas a serem executadas na garagem, que, por coincidência ou não, também eram seus *hobbies* (HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012).

Dando atenção especial às atitudes dos homens da Geração X (nascidos entre 1965 e 1979) em relação às tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, Singleton e Maher (2004) entrevistaram os membros de 22 casais heterossexuais australianos de classe média. Assim como Hochschild e Machung (2012), os autores observaram que eles participavam da execução do trabalho doméstico apenas um pouco mais que seus pais e avôs. A principal mudança de comportamento havia sido no cuidado com os filhos (SINGLETON; MAHER, 2004).

Singleton e Maher (2004) defendem que, ao invés do “novo homem”, termo utilizado em referência ao novo padrão de masculinidade difundido a partir da segunda metade do século XX, havia surgido o “novo pai”. Isso é, uma nova forma de se exercer a paternidade, segundo a qual um bom pai deveria não apenas ser mais amoroso e atencioso com seus filhos, mas também participar mais ativamente de seus cuidados práticos, dando banho, trocando fraldas, alimentando, brincando etc. (SINGLETON; MAHER, 2004). Esses autores afirmam que os pais entrevistados viam essas atividades como formas de passar tempo com as crianças e, por isso, as consideravam prazerosas e negavam que elas fossem trabalho, tarefas ou afazeres (SINGLETON; MAHER, 2004).

Em pesquisa semelhante, Gotta et al. (2011) compararam a igualdade na divisão das tarefas domésticas rotineiras e discricionárias entre os membros de casais heterossexuais, lésbicos e gays estadunidenses nos anos de 1975 e 2000. Para tanto, os autores se valeram de dados coletados por dois estudos anteriores, o primeiro feito por Philip Blumstein e Pepper Schwartz e o segundo desenvolvido por Sondra E. Solomon, Esther D. Rothblum e Kimberly Balsam (2005).

Gotta et al. (2011) obtiveram resultados praticamente idênticos para as tarefas rotineiras e discricionárias: em ambas as pesquisas, mulheres lésbicas reportaram dividi-las de forma mais equilibrada do que os homens gays. Esses, por sua vez, declararam ser mais igualitários² do que os homens heterossexuais. Já entre os participantes dessa mesma orientação sexual, os homens afirmaram dividir tais tarefas de forma menos desigual que

² Igualitarismo e justiça remetem a diferentes aspectos que compõem a percepção dos membros dos casais a respeito da divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Enquanto o primeiro se refere à sua simetria, o segundo está relacionado à comparação feita entre os investimentos que efetuam em suas relações e os benefícios que recebem, ou não, em retorno (SHECHORY; ZIV, 2007).

as mulheres. Os autores também ressaltam que as diferenças observadas entre mulheres lésbicas e heterossexuais eram maiores do que aquelas identificadas entre homens gays e heterossexuais, enquanto as apresentadas entre homens e mulheres heterossexuais foram mais intensas do que as existentes entre mulheres lésbicas e homens gays (GOTTA et al., 2011).

Além disso, eles também constataram que, se, por um lado, houve um aumento da igualdade na divisão de ambos os tipos de tarefas entre os entrevistados heterossexuais quando comparados os anos de 1975 e 2000, por outro, entre aqueles que faziam parte de casais homoafetivos, houve sua diminuição, embora tenham permanecido mais igualitários. Como possíveis motivos para o aumento da especialização em casais gays e lésbicos, os autores destacam a legalização das uniões civis homoafetivas e também a maior presença de filhos em seus domicílios (GOTTA et al., 2011).

Quais seriam os fatores determinantes para que homens e mulheres se engajem de formas diferentes na realização das tarefas rotineiras e discricionárias? No estudo cujos dados também foram utilizados por Gotta et al. (2011), Solomon, Rothblum e Balsam (2005) empregaram índices relativos da realização desses tipos de atividades, procurando identificar se a orientação sexual era um fator mais importante para a divisão das mesmas do que as diferenças de rendimentos entre os membros dos casais.

Esses autores observaram que, para as mulheres, a execução das tarefas rotineiras estava positivamente associada às horas dedicadas semanalmente ao trabalho doméstico como um todo, às diferenças de rendimentos verificadas entre elas e seus(suas) respectivos(as) cônjuges, ao fato de estarem em relacionamentos heterossexuais e também de não trabalharem em tempo integral. Entre elas, apenas as variáveis relativas a rendimento individual, trabalho em tempo integral e os termos interativos não apresentaram efeitos significativos sobre a realização desse tipo de afazeres domésticos (SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005). Para os homens, sua realização estava positivamente correlacionada com o tempo gasto semanalmente com todas as tarefas domésticas e negativamente associada à idade e ao fato de pertencerem a casais gays, sendo que apenas a orientação sexual e a quantidade de horas semanais de trabalho doméstico foram estatisticamente significativas.

Quanto às tarefas discricionárias, os autores verificaram que, para as mulheres, a participação na execução das mesmas, por um lado, estava positivamente relacionada a

seus rendimentos individuais e a suas contribuições relativas para as finanças de seus domicílios. Por outro, estava negativamente associada ao tempo que dedicavam semanalmente ao trabalho doméstico, a fazer parte de um casal lésbico e também a trabalhar em tempo integral. Entre os homens, as diferenças de rendimento entre eles e seus(suas) cônjuges e estar em uma união heterossexual, cujos efeitos foram positivos, destacaram-se enquanto as variáveis que mais influenciaram a realização das tarefas tidas como masculinas. Tanto para eles quanto para as mulheres, a orientação sexual foi o único fator que apresentou efeitos significativos sobre a realização das atividades domésticas discricionárias. Disso, Solomon, Rothblum e Balsam (2005) concluíram que estar em uma relação heterossexual ou homoafetiva possuía impactos maiores sobre a divisão do trabalho doméstico não remunerado do que as diferenças de rendimento verificadas entre os membros dos casais.

A partir de entrevistas realizadas entre os anos de 2007 e 2009, Civettini (2016) também utilizou índices relativos de participação na realização das tarefas rotineiras com o objetivo de observar se, entre os membros de casais gays e lésbicos, elas serviam como ferramentas de exibição não normativa de gênero ou de neutralização dos desvios de gênero. Em suas regressões, rodadas separadamente para os homens e as mulheres, a autora incluiu as seguintes covariáveis: idade, raça, escolaridade e a situação de emprego das mães dos entrevistados quando eles eram crianças (CIVETTINI, 2016).

Civettini (2016) observou que, entre as mulheres, quanto menores eram as proporções das contribuições de seus rendimentos para as finanças de seus domicílios, mais intensas eram as suas participações na execução das tarefas rotineiras e vice-versa. Mulheres negras também as realizavam mais do que aquelas que eram brancas, hispânicas ou de outros grupos raciais (CIVETTINI, 2016). Em relação à conformidade de gênero, a autora verificou que as entrevistadas que possuíam maiores níveis de masculinidade estereotípica realizavam menores proporções de trabalho doméstico rotineiro do que aquelas que a expressavam em níveis inferiores. Civettini (2016) também constatou que mulheres com educação superior apresentavam níveis mais baixos de feminilidade estereotípica. Ao analisar os resultados referentes aos homens, a autora percebeu que, entre eles, a participação na realização das tarefas domésticas rotineiras estava relacionada apenas ao fato de trabalharem menos horas que seus respectivos cônjuges (CIVETTINI, 2016).

Em ambos os grupos de entrevistados, homens gays e mulheres lésbicas, havia uma associação positiva entre masculinidade estereotípica e idade, ou seja, quanto mais velhos eles eram, mais altos eram os níveis de masculinidade, por eles, expressos. Tanto para homens quanto para mulheres, possuir educação superior significava dedicar uma maior quantidade de horas às tarefas domésticas e também contribuir em maior proporção para as finanças de seus domicílios. Civettini (2016) também verificou que, em nenhum dos grupos entrevistados, sexo estava correlacionado com feminilidade ou masculinidade.

Se, por um lado, mulheres lésbicas com níveis mais altos de masculinidade estereotípica evitavam a realização das tarefas rotineiras, por outro, homens gays com níveis mais altos de feminilidade estereotípica as executavam em maiores proporções que seus cônjuges (CIVETTINI, 2016). Tendo isso em mente, Civettini (2016) concluiu que, em casais homoafetivos, tais tarefas servem como ferramentas de exibições não normativas de gênero.

Além dos fatores, até aqui mencionados, Quadlin e Doan (2018) investigaram a influência da área de residência, rural ou urbana, sobre a participação de homens na realização do trabalho doméstico não remunerado. Partindo dos pressupostos de que, na área rural, há maior demanda estrutural pela execução de tarefas tidas como masculinas e também há crenças e comportamentos de gênero mais tradicionais do que nas cidades, os autores questionaram se homens que residem em áreas urbanas se dedicam mais aos afazeres domésticos considerados femininos (QUADLIN; DOAN, 2018). Utilizando dados da pesquisa *American Time Use Survey* (ATUS), coletados nos Estados Unidos entre os anos de 2003 e 2016, Quadlin e Doan (2018) verificaram que, ao contrário do que esperavam, esses homens não compensavam o tempo que gastariam com as tarefas domésticas masculinas em áreas rurais realizando maiores proporções de afazeres femininos. Eles, na verdade, aproveitavam esse “tempo extra” para se dedicarem a outras atividades de seus interesses, como, por exemplo, as de lazer (QUADLIN; DOAN, 2018).

Craig e Powell (2018), a partir de informações sobre uso do tempo, coletadas em 2006 pelo *Australian Bureau of Statistics* (ABS), analisaram as principais diferenças entre as participações de pais, mães e filhos jovens (de 15 a 34 anos de idade) corresidentes na realização das tarefas domésticas rotineiras e não rotineiras, discernindo aquelas que são feitas para a família ou em benefício próprio. Dentre seus resultados, os autores perceberam que os afazeres rotineiros performados pelas mães correspondiam a 57% do trabalho doméstico total, enquanto os desempenhados por pais e filhos equivaliam a

apenas 17% e 8%, respectivamente (CRAIG; POWELL, 2018). As tarefas domésticas realizadas para a família e apenas para quem as executava representavam 62% e 38% do total, nessa ordem. Independentemente de quem se beneficiava por elas, as mães eram responsáveis por maiores proporções dos afazeres do que seus maridos e filhos jovens.

Craig e Powell (2018) também observaram que pais que não trabalhavam em tempo integral faziam maiores porções de trabalho doméstico para consumo próprio, o que diminuía a carga de afazeres feitos em prol da família para suas esposas e filhos. Como Quadlin e Doan (2018), os autores concluíram que, mesmo quando possuem mais tempo disponível, homens não aumentam suas contribuições para a realização de tarefas domésticas rotineiras.

Tais estudos reforçam a ideia de que para que possamos compreender a realização do cuidado é imprescindível que consideremos o fenômeno da divisão sexual do trabalho. Dando maior atenção ao cuidado exercido como “obrigação”, os mesmos também nos demonstram que há uma separação evidente entre as próprias tarefas do trabalho doméstico não remunerado que são tidas como masculinas e aquelas que são consideradas femininas.

Essas pesquisas também nos demonstraram que, como observaram Hochschild e Machung (2013) e Civettini (2016), a depender de como dividem esses afazeres, homens e mulheres podem reforçar ou desfazer o gênero. Além disso, como fizeram Solomon, Rothblum e Balsam (2005), também apontam para o fato de que a existência de outras desigualdades entre os membros de casais heterossexuais e homoafetivos pode influenciar as intensidades de suas participações na realização das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, algo que discutimos com maior profundidade no Capítulo 2.

A seguir, descrevemos os perfis demográficos dos casais heterossexuais, gays e lésbicos brasileiros, e, posteriormente, retratamos como seus membros dividem os afazeres domésticos, rotineiros e discricionários, e de cuidado não remunerados. Esse exercício é importante porque pouco se sabe sobre como tal divisão é feita entre os cônjuges de casais homoafetivos brasileiros. Segundo Gotta et al. (2011, p. 370, tradução nossa), tais casais não tem uma “‘opção padrão’ de gênero prescrita, e, por isso, decidem do zero quem fará o que em suas casas”. Comparamo-los com os casais heterossexuais como uma forma de identificarmos desvios das normas e expectativas de gênero prevalentes em diferentes contextos conjugais.

1.3 - Dados

Utilizamos os microdados da 5ª visita da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), coletados ao longo de 2016. Eles nos permitem analisar a distribuição dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados e descrever as características dos casais heterossexuais, gays e lésbicos.

1.3.1 – Os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados na PNAD e na PNAD Contínua

Nesta seção, reconstituímos a história das perguntas sobre a realização das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) e na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua) para compreender tanto as possibilidades quanto os limites dos dados utilizados neste trabalho.

A PNAD, criada em 1967, foi uma pesquisa sobre características demográficas, habitacionais, educacionais, de rendimento e trabalho da população brasileira, cujos dados eram coletados por amostragem probabilística de domicílios. Em um primeiro momento, foi realizada trimestralmente no Distrito Federal e nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país. Em 1971, sua periodicidade se tornou anual e, em 2004, sua abrangência passou a ser nacional de fato, permanecendo assim até 2015, seu último ano.

Segundo Pinheiro (2018) e Bruschini (2006), em 1992, foi incluída a pergunta “na semana de referência, costumava cuidar dos afazeres domésticos?”, cujas respostas eram “sim” ou “não”, na PNAD. Esse foi um grande marco para os estudos brasileiros sobre o tema, pois, pela primeira vez, a realização dessas tarefas foi investigada por um levantamento de abrangência nacional, entre todos seus respondentes com mais de 10 anos de idade e não apenas entre aqueles que não possuíam atividades remuneradas, como se fazia anteriormente (BRUSCHINI, 2006).

Nesse primeiro momento, foram consideradas “afazeres domésticos” todas as atividades que, além de serem realizadas nos domicílios de residência dos entrevistados,

também eram “não econômicas” (IBGE, 1992). Em outras palavras, atividades que não se encaixavam em nenhuma das condições abrangidas pelo conceito de trabalho, sendo elas: ocupação remunerada na produção de bens ou serviços, ocupação remunerada no serviço doméstico, ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços (como ajuda a membros da unidade domiciliar, a instituições religiosas/beneficentes ou estágio) ou ocupação na produção ou construção para consumo e uso próprio. Na PNAD de 1992, o termo “afazeres domésticos” compreendia as seguintes tarefas:

- a) arrumar ou limpar toda ou parte da moradia;
- b) cozinhar alimentos, lavar roupa ou louça, passar roupa, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si próprio ou para outro(s) morador(es);
- c) orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; ou
- d) cuidar de filhos ou menores moradores.

Os afazeres domésticos compreendem, ainda, o exercício de tarefas não econômicas de arrumar ou limpar o quintal ou terreno que circunda a residência e tenham caráter exclusivamente doméstico (IBGE, 1992, p. 250).

Essa também foi a definição em que se baseou a questão “número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres doméstico”³, incluída na PNAD em 2001. Desde então até 2015⁴, ambas as perguntas foram realizadas todos os anos como parte dessa pesquisa (GUIMARÃES, 2020; PINHEIRO, 2018). Há de se observar, no entanto, que, em 2001 e 2002, tais questões se destinaram aos entrevistados com mais de 5 anos de idade, enquanto, em 2003 e 2004, foram feitas àqueles com mais de 10 anos de idade e, a partir de 2005, passaram a ser realizadas separadamente para as seguintes faixas etárias: 5 a 9 anos e 10 anos ou mais de idade.

Pinheiro (2018), ao analisar a série histórica compreendida entre os anos de 2001 e 2015, observou que, durante esse período, houve duas importantes mudanças na divisão dos afazeres domésticos no Brasil. As mulheres diminuíram o tempo que gastavam com sua realização e os homens aumentaram sua taxa de participação, mantendo as mesmas jornadas. Disso, a autora conclui que houve uma “revolução incompleta” de gênero, ao invés de uma “revolução lenta”, assim como outras pesquisadoras já haviam constatado

³ Segundo Pinheiro (2018), os estudos de Amaury de Souza e Neuma Aguiar, realizados no estado da Guanabara durante a década de 1970 e em Belo Horizonte no final da década de 1990, respectivamente, foram os pioneiros da aplicação do método do uso do tempo na investigação sobre a divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados no Brasil.

⁴ Com exceção de 2010, ano em que foi realizado o Censo Demográfico e, por isso, não houve PNAD.

(HOCHSCHILD; MACHUNG, 2012; ITABORAÍ; RICOLDI, 2016; PINHEIRO, 2018; SOARES, 2016).

Em 2016, houve a substituição da PNAD pela PNAD Contínua. Sua periodicidade, que até então era anual, passou a variar de acordo com os tipos de dados a serem divulgados⁵. Como consequência dessa mudança, houve a interrupção da série histórica analisada por Pinheiro (2018). Além desse, outro motivo para sua descontinuação, foi a alteração da própria definição de afazeres domésticos e de cuidado empregada na PNAD Contínua. Tais tarefas se tornaram trabalho não remunerado, o que fez com que as perguntas sobre elas integrassem a pesquisa suplementar anual sobre “outras formas de trabalho”, correspondente à 5ª visita, feita a todos os domicílios que participaram de sua amostra durante o ano (GUIMARÃES, 2020; JESUS, 2018; PINHEIRO, 2018). De acordo com essa nova perspectiva, os afazeres domésticos e de cuidado passaram a ser:

trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas: atividades realizadas por um morador em apoio ou auxílio a outro que não poderia realizá-las de forma independente. Essas pessoas poderão ser crianças, idosos, enfermos ou pessoas que necessitam de cuidados especiais; ou trabalho nos afazeres domésticos: atividades realizadas em benefício próprio e dos moradores, sem envolver qualquer tipo de remuneração (dinheiro, produtos ou mercadorias). Compreendem, ainda, o exercício de tarefas relacionadas às atividades de arrumação ou limpeza de quintal ou de terreno que circunda a residência e tenham caráter exclusivamente doméstico (IBGE, 2018, p. 27).

A partir da PNAD Contínua de 2016, as questões sobre trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados foram feitas separadamente para crianças de 5 a 13 anos e entrevistados com 14 anos ou mais de idade. Outra importante mudança foi a separação desses afazeres entre os domésticos e os de cuidados destinados a outros moradores, apesar de não ter sido estendida à questão sobre a quantidade de horas gastas com os mesmos.

Também foram incorporadas, pela primeira vez, perguntas referentes à realização de tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas em domicílios de parentes e a respeito da execução de atividades específicas, as quais apresentamos com maiores detalhes no Quadro 1. Tais questões, juntamente com as demais, continuaram sendo parte

⁵ Implementada definitivamente em 2012, a PNAD Contínua divulga todo mês indicadores nacionais relativos à força de trabalho. A cada três meses, tais indicadores são divulgados para todos os níveis geográficos da pesquisa. Além disso, também há a divulgação anual e variável dos temas permanentes e periódicos da pesquisa, como, por exemplo, habitação, outras formas de trabalho, trabalho de crianças e adolescentes e rendimentos de outras fontes.

da PNAD Contínua até o ano de 2019. Em 2020, em decorrência da pandemia do coronavírus, a PNAD Contínua e a PNAD COVID-19 foram realizadas paralelamente, sem que houvesse a coleta de informações sobre outras formas de trabalho.

QUADRO 1 – Detalhamento dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados disponível na PNAD Contínua.

| Tipo de atividades não remuneradas | Local de realização | Atividades |
|---|--|---|
| Tarefas domésticas | Próprio domicílio | Fez tarefas domésticas para o próprio domicílio |
| | | Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças |
| | | Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos |
| | | Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos |
| | | Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim |
| | | Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.) |
| | | Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio |
| | | Cuidar dos animais domésticos |
| | Outras tarefas domésticas para o próprio domicílio | |
| | Domicílio de parente | Alguma tarefa doméstica em domicílio de parente |
| Cuidado | Próprio domicílio | Realizou tarefas de cuidados a moradores do domicílio que eram crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais |
| | | Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir) |
| | | Auxiliar em atividades educacionais |
| | | Ler, jogar ou brincar |
| | | Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio |
| | | Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas? |
| | Outras tarefas de cuidados a moradores deste domicílio | |
| | Domicílio de parente | Cuidou de parentes que não moravam no domicílio e que precisavam de cuidados (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais) |

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016, referente a outras formas de trabalho.

Esse exercício de reconstituição da história das perguntas sobre as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas na PNAD e na PNAD Contínua nos mostra, em primeiro lugar, o quão recente e curto é o período de tempo durante o qual tais dados foram coletadas nacionalmente no Brasil (DEDECCA, 2015; PINHEIRO, 2018). Para Dedecca (2015), isso as torna insuficientes para a verificação de possíveis mudanças na divisão dessas atividades. No entanto, o trabalho de Pinheiro (2018) evidencia que, em

apenas 14 anos, houve importantes transformações nas participações de homens e mulheres brasileiros na realização do trabalho reprodutivo.

Em segundo lugar, também discutimos as definições dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, empregadas entre os anos de 1992 e 2019 nessa pesquisa. Mesmo que se tenha avançado no sentido de reconhecê-los como formas de trabalho, as perguntas da PNAD Contínua ainda carregam consigo a naturalização da obrigação de realizá-los. Para Guimarães (2020), isso está presente, principalmente, na utilização das palavras “afazeres” e “tarefas” em referência às atividades que compõem esses tipos tão invisibilizados e subestimados de trabalho. Se, por um lado, reconhecemos a importância dessa crítica, por outro, essas também foram as palavras que empregamos ao longo do presente trabalho.

Em terceiro lugar, também devemos nos atentar para uma série de importantes limitações impostas pelo uso dos dados coletados pela PNAD Contínua. Embora contenha informações valiosíssimas a respeito do cuidado exercido como “obrigação”, tal pesquisa não nos permite diferenciar tais tarefas a partir da frequência e da intensidade com as quais são realizadas (PINHEIRO, 2018). Não podemos nem mesmo distinguir o tempo que é gasto com os afazeres domésticos daquele que é dedicado ao cuidado. Isso seria importante, à medida em que os primeiros são considerados mais onerosos, enquanto os segundos são vistos como mais prazerosos e recompensantes, o que pode influenciar as decisões que os indivíduos fazem sobre participar, ou não, da realização dos mesmos (ARRÁIZ, 2018; SINGLETON; MAHER, 2004).

As perguntas referentes ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerados contidas na PNAD Contínua também não abrangem a possibilidade de que essas tarefas sejam executadas simultaneamente por uma mesma pessoa (PINHEIRO, 2018). A título de exemplo, podemos imaginar uma mãe que, enquanto está cozinhando, auxilia seus filhos a fazerem o dever de casa e também espera a máquina de lavar encerrar seu ciclo para que possa pendurar as roupas da família no varal.

Quanto àqueles cuidados que são exercidos como “ajuda” e profissão no interior dos domicílios, a PNAD e a PNAD Contínua apenas nos fornecem pistas sobre os mesmos. A única referência feita ao primeiro é a pergunta relativa à realização de tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas em domicílios de parentes, incluída em 2016. Ignora-se que quem cuida de crianças, adultos dependentes e idosos, em apoio a parentes,

também pode fazê-lo em sua própria casa (GUIMARÃES, 2020). Além disso, exclui-se também a possibilidade de que isso seja feito para ajudar vizinhos(as) e amigos(as) e não apenas familiares.

O cuidado como profissão é mencionado em diversas questões sobre as ocupações dos indivíduos (GUIMARÃES; HIRATA, 2020c), mas apenas conseguimos identificar se há a contratação de serviços domésticos em um determinado domicílio se a empregada doméstica nele residir. Isso é feito a partir da pergunta sobre a relação que os entrevistados possuem com o responsável pela casa em que habitam. Não é possível, portanto, verificar a prestação de outros serviços de delegação dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, realizados por empregadas domésticas⁶ que não moram em seus locais de trabalho, faxineiras, cuidadoras, babás etc.

Na PNAD e na PNAD Contínua, também não há informações sobre indivíduos que possuem doenças crônicas ou quaisquer deficiências que possam torná-los dependentes dos cuidados de outras pessoas. Essas apenas são coletadas a cada 5 anos, como parte dos suplementos sobre a saúde da população brasileira. Em decorrência disso, optamos por utilizar a idade dos filhos como uma forma de mensurar sua dependência. Porém, no caso de pessoas idosas, tal variável é pouco reveladora. Como fora demonstrado por Soares (2016), a depender de suas condições de saúde, pessoas idosas podem realizar mais afazeres domésticos e de cuidado não remunerados do que demandá-los dos indivíduos com os quais residem e vice-versa. Por esse motivo, não discutimos as especificidades do cuidado destinado a idosos.

Apesar desses limites, a PNAD e a PNAD Contínua são as fontes mais utilizadas nos estudos brasileiros sobre as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, pois contém informações a esse respeito coletadas anual e nacionalmente durante o período de 1992 a 2019. Além disso, com a implementação da PNAD Contínua, tal pesquisa também passou a detalhar as atividades que compõem os trabalhos domésticos e de cuidado.

⁶ Dentre os levantamentos realizados pelo IBGE, a Pesquisa de orçamentos familiares (POF) e a Pesquisa sobre padrões de vida são as únicas que contém informações sobre a contratação de serviços domésticos e de cuidado.

1.3.2 – Dados sobre casais homoafetivos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

No Brasil, a inclusão de casais homoafetivos em dados públicos é extremamente recente. Aconteceu pela primeira vez no Censo Demográfico de 2010, quando, na pergunta sobre as relações que os entrevistados possuíam com os responsáveis pelos domicílios em que residiam, houve a separação dos cônjuges entre aqueles que eram de “sexo diferente” e os que eram do “mesmo sexo”. Anteriormente, apenas era possível acessar tal informação a partir dos sexos do responsável pelo domicílio e de seu cônjuge. Em 2012, tal mudança também foi adicionada à PNAD Contínua, e, desde então, essas respostas integram a pesquisa. Até o presente momento, essa é a única menção feita à orientação sexual dos indivíduos nos dados coletados pelo IBGE, não havendo nenhuma referência à identidade de gênero, apenas ao sexo.

Segundo Barbosa et al. (2019), esse é o método mais preciso de identificação da orientação sexual da população, o que não quer dizer que não possua suas limitações. Uma vez que são considerados homossexuais apenas os entrevistados que corresidem com cônjuges do mesmo sexo, exclui-se aqueles que são solteiros ou que simplesmente não residem com seus parceiros, mas também o são. Conseqüentemente, a amostra, assim gerada, é não aleatória e não representativa da população homossexual brasileira (BARBOSA et al., 2019).

É passível de crítica o próprio pressuposto de que essa seria, de fato, a orientação sexual dos entrevistados. Se, por um lado, partindo de uma perspectiva binária de gênero, homens gays e mulheres lésbicas não são os únicos grupos que se relacionam com pessoas do mesmo gênero, por outro, homens e mulheres heterossexuais também não são os únicos que se relacionam com pessoas de gênero diferente. Nesse sentido, cabe ressaltar que a orientação sexual e identidade de gênero são questões extremamente sensíveis e complexas, o que pode fazer com que os indivíduos não se sintam confortáveis o suficiente para as revelarem tanto aos entrevistadores (LENA, 2016) quanto aos demais membros dos domicílios nos quais residem, os quais, no caso de sua ausência, podem responder às perguntas por eles. A depender dos contextos em que vivem, assumir-se pode significar expor-se a diversas formas de discriminação, agressão e, até mesmo, a risco de vida (BROWNE, 2008, 2016).

Apesar de tais limitações, esses dados nos permitem conhecer as características dos casais homoafetivos e contribuem diretamente para que sejam reconhecidos enquanto uniões e famílias legítimas⁷ (LENA; OLIVEIRA, 2015). É curioso observar que, no Brasil, essas informações passaram a ser coletadas em 2010, ou seja, um ano antes da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) responsável pelo reconhecimento jurídico da união estável entre pessoas do mesmo sexo e três anos antes da normatização do casamento civil homoafetivo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (LENA, 2016; RIOS, 2013).

1.3.2.1 – Perfis sociodemográficos dos casais homoafetivos e heterossexuais brasileiros

Utilizando o Censo Demográfico de 2010, Lena e Oliveira (2015) compararam os perfis e padrões de seletividade de casais homoafetivos e heterossexuais brasileiros em termos de escolaridade, cor/raça e idade, e cujos membros possuíam entre 18 e 65 anos. As autoras apuraram se os membros desses casais pertenciam aos mesmos grupos, configurando relações endogâmicas, ou se faziam parte de grupos diferentes, constituindo uniões exogâmicas. Lena e Oliveira (2015) observaram 36.201.272 casais heterossexuais e 64.451 casais homoafetivos. Os segundos eram mais urbanos, jovens, brancos e escolarizados que os primeiros.

Lena e Oliveira (2015) verificaram que, em ambos os tipos de casais, o padrão de associação prevalente era a endogamia. No entanto, segundo critérios distintos (LENA; OLIVEIRA, 2015). Nos casais heterossexuais, as variáveis de cor/raça e escolaridade foram as que apresentaram os maiores efeitos sobre sua seletividade, contribuindo para taxas mais altas de endogamia. Entre os casais homoafetivos, a cor/raça e os grupos etários se destacaram como condicionantes de endogamia, menor nesse tipo de união. As autoras concluíram que, nesses casais, tais barreiras eram menos intensas do que o eram para a constituição de casais heterossexuais (LENA; OLIVEIRA, 2015).

⁷ Browne (2018, p. 233, tradução nossa) defende que a coleta de dados é “um ato tão político quanto enumerativo”, o que faz com que a quantificação de identidades sexuais possua um forte “efeito normativo”. Para esta autora, “o estabelecimento de uma questão sobre sexualidade inegavelmente (re)constitui mulheres lésbicas, homens gays (...) como cidadãos, de tal modo que permite formas particulares de vigilância governamental, assim como invisibiliza, exclui e torna ininteligíveis alguns sujeitos e posições subjetivas (vide M. Brown 2000, Butler 2004)” (BROWNE, 2018, p. 246, tradução nossa).

Lena (2016) nos oferece novas perspectivas sobre tais resultados ao comparar os padrões de seletividade dos casais gays e lésbicos. Por um lado, no primeiro tipo de união, havia maior endogamia em termos de cor/raça e escolaridade e menor endogamia em relação à idade de seus membros. Por outro, a idade era justamente a característica em que mais se assemelhavam as mulheres em uniões homossexuais. Elas eram menos endogâmicas quanto à cor/raça. Casais gays apresentavam padrões de associação mais próximos àqueles verificados em uniões heterossexuais do que aos observados nos relacionamentos lésbicos, embora os casais homoafetivos fossem menos endogâmicos (LENA, 2016). Segundo Lena (2016), há duas possíveis explicações para tal diferença. No Brasil, a maioria dos casais homossexuais vive em áreas urbanas que, por serem mais populosas, favorecem a formação de uniões entre pessoas de grupos sociais distintos. Além disso, por já estarem em relações não convencionais, os membros desses casais transpõem outras barreiras sociais com maior facilidade (LENA, 2016).

Outro resultado encontrado pela autora diz respeito à influência das diferenças observadas entre os membros de casais gays e lésbicos sobre a declaração de responsabilidade pelo domicílio. Para Lena (2016), as diferentes características dos membros dos casais que são considerados chefes e cônjuges são indicativos de hierarquias intrafamiliares.

Ela observou que, em casais gays, os responsáveis eram mais velhos, mais instruídos e contribuíam em maiores proporções para as finanças conjuntas do que seus respectivos cônjuges (LENA, 2016). Entre as mulheres lésbicas, aquelas que ocupavam essa mesma posição, eram brancas, mais velhas e possuíam maiores rendimentos que suas cônjuges. Lena (2016) também verificou que os seguintes fatores aumentavam as chances de os casais declararem responsabilidade compartilhada: serem interracialis, seus membros possuírem alta escolaridade, serem endogâmicos e possuírem pequenas diferenças de idade, residirem em imóveis alugados/não quitados, no Sul ou Centro-Oeste do Brasil e terem respondido juntos aos questionários. Também era mais provável em casais gays que moravam com filhos, parentes e não parentes, enquanto, em casais lésbicos, as chances aumentavam quando não tinham filhos.

Segundo Lena (2016), tais resultados indicam que o fato de casais homoafetivos serem formados por pessoas do mesmo gênero não significa necessariamente que sejam mais igualitários que as uniões heterossexuais. É possível que, neles, imperem outras formas de hierarquias intrafamiliares que não as de gênero, como, por exemplo, as

baseadas em fatores culturais, raciais e geracionais (LENA, 2016), as quais também podem impactar na divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados.

Embora Lena e Oliveira (2015) e Lena (2016) não tenham se aprofundado em questões relacionadas aos rendimentos dos casais homoafetivos, Silva e Santos (2016), ao também analisarem os dados do Censo Demográfico brasileiro de 2010, os utilizaram para mensurar e comparar os níveis de bem-estar econômico de casais gays, lésbicos e heterossexuais que não coresidiam com filhos ou outros parentes. Dessa forma, os autores observaram que homens gays recebiam, aproximadamente, duas vezes mais do que homens heterossexuais e mulheres lésbicas tinham rendimentos 81,58% maiores que os das mulheres heterossexuais (SILVA; SANTOS, 2016). Para Silva e Santos (2016), tais resultados são explicados, em parte, pelo fato de homens e mulheres homossexuais possuírem maiores níveis de instrução, mas também indicam a influência de fatores não observáveis sobre a participação desses grupos no mercado de trabalho brasileiro, algo que também fora observado por Barbosa et al. (2019).

Silva e Santos (2016) verificaram que as rendas familiares médias dos casais gays e lésbicos eram R\$4.180,82 e R\$503,83, respectivamente, maiores que a dos casais heterossexuais. Se, por um lado, casais gays apresentaram os níveis mais elevados de bem-estar econômico, por outro, eles também eram os mais desiguais internamente. Para os autores, isso pode colocar em xeque a suposição de que tais casais possuíam as melhores condições de vida (SILVA; SANTOS, 2016).

Eles também constataram que homens e mulheres em relacionamentos homossexuais possuíam, em média, jornadas de trabalho remunerado mais longas do que homens e mulheres heterossexuais. Enquanto entre os homens a diferença era de apenas uma hora semanal, entre as mulheres ela era de três horas (SILVA; SANTOS, 2016). Tal resultado difere do que foi observado por Barbosa et al. (2019). Ao analisarem os dados coletados pela PNAD Contínua entre os anos de 2012 e 2018, esses autores observaram que homens heterossexuais trabalhavam mais horas por semana do que aqueles que estavam em casais gays.

Os demais resultados obtidos por Barbosa et al. (2019) confirmam estudos anteriormente descritos: casais homoafetivos eram mais urbanos, jovens, instruídos, brancos, melhor remunerados e tinham menos filhos que os casais heterossexuais (BARBOSA et al., 2019; LENA, 2016; LENA; OLIVEIRA, 2015; SILVA; SANTOS,

2016). A pesquisa realizada por esses autores foi inovadora à medida em que foi a primeira brasileira a comparar as jornadas de trabalho não remunerado de homens e mulheres em relações heterossexuais e homoafetivas. Barbosa et al. (2019) observaram que homens heterossexuais e gays dedicavam, em média, apenas 11 e 14 horas à realização dessas atividades respectivamente, já as mulheres lésbicas e heterossexuais gastavam, em média, 17 e 24 horas semanais com as mesmas.

Esse foi um breve resumo do que se sabe sobre os casais homoafetivos brasileiros a partir de dados oficiais, coletados pelo IBGE. Nós descrevemos suas características, pois podem ter efeitos sobre como seus membros dividem as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, o fenômeno que pretendemos investigar.

1.4 – Estratégia metodológica

Utilizamos os microdados da 5ª visita da PNAD Contínua, coletados durante 2016, como parte do suplemento anual sobre “outras formas de trabalho”. Na amostra investigada ao longo deste trabalho, incluímos os entrevistados que corresidiam com seus cônjuges. Selecionamos todos aqueles que, na pergunta referente à relação que possuíam com os responsáveis por seus domicílios, eram de sexo diferente ou do mesmo sexo.

Mantivemos os entrevistados que, além de residirem com seus cônjuges, também possuíam informações válidas para as seguintes variáveis: idade, escolaridade, quantidade de horas de trabalho remunerado e de afazeres domésticos e de cuidado não remunerados na semana de referência, rendimento efetivo de todos os trabalhos e rendimento domiciliar *per capita*. Em nossa amostra, portanto, foram incluídas 55.119 pessoas, as quais representavam 29.317 casais heterossexuais, 63 casais gays e 78 casais lésbicos.

Tais variáveis, juntamente com área de residência, cor/raça dos entrevistados, o número de filhos no domicílio, e a presença de empregada doméstica corresidente, foram utilizadas para que pudéssemos descrever as principais características da amostra selecionada, comparando homens e mulheres, membros de casais homossexuais e heterossexuais. Também os comparamos em termos dos diferenciais intraconjugais de escolaridade, rendimento por hora e horas trabalhadas, uma vez que, nos Capítulos 2 e 3,

testamos seus efeitos sobre a quantidade de horas que homens e mulheres dedicaram aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados.

Assim como Solomon, Rothblum e Balsam (2005) e Civettini (2016), também construímos escores de participação relativa na realização das atividades, separadamente, e das tarefas domésticas, rotineiras e discricionárias, e de cuidado como um todo. O Quadro 2 contém a classificação feita de cada afazer considerado em nossa análise. O preparo de alimentos, a limpeza de roupas e sapatos, a limpeza da casa, sua organização e as compras foram agrupadas como tarefas rotineiras. Apenas os pequenos reparos foram considerados afazeres discricionários. O cuidado com outros moradores abrangeu o auxílio nos cuidados pessoais, ajuda com atividades educacionais, ler, brincar e jogar, monitorar e transportar. O Apêndice A contém as taxas de realização de tais tarefas, segundo o gênero e o tipo de casal dos indivíduos.

Apesar de, na PNAD Contínua, haver perguntas referentes à realização de outras atividades domésticas e de cuidado, de cuidado com animais domésticos e referentes à execução dessas tarefas em domicílios de parentes, nós optamos por excluí-las de nossa investigação. Por um lado, o fizemos porque as três primeiras não são classificáveis como tarefas domésticas rotineiras ou discricionárias nem enquanto cuidado com moradores humanos. Por outro, desconsideramos a última, pois diz respeito ao circuito do cuidado como “ajuda” e não como “obrigação”, o foco deste trabalho. Além disso, nessa pesquisa, a limpeza do domicílio, tida como rotineira, e a limpeza de áreas externas (garagem, quintal e jardim), considerada discricionária, foram mencionadas simultaneamente pela mesma pergunta. Dada a impossibilidade de separá-las, decidimos classificá-las como tarefas domésticas rotineiras. Uma vez que nem todos os domicílios possuem tais áreas externas, nessa questão, prevalece a limpeza que é feita em seus interiores.

QUADRO 2 – Classificação das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas realizadas no próprio domicílio.

| Grupos de atividades não remuneradas realizadas dentro do próprio domicílio | | Atividade |
|--|------------|---|
| Tarefas domésticas | Rotineiras | Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar as louças |
| | | Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos |
| | | Cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados etc.) |

| | | |
|---------|-----------------|---|
| | | Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim |
| | | Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio |
| | Discricionárias | Fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos |
| Cuidado | | Auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir) |
| | | Auxiliar em atividades educacionais |
| | | Ler, jogar ou brincar |
| | | Monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio |
| | | Transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas |

Fonte: Elaboração própria a partir do dicionário de variáveis da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016, referente a outras formas de trabalho.

As escalas de participação relativa na realização de cada uma dessas atividades foram construídas por meio da combinação das respostas dadas por entrevistados e seus respectivos cônjuges. Considerando que, a partir dos dados da PNAD Contínua, apenas é possível saber se as executaram ou não na semana de referência, nos casos em que nenhum dos membros dos casais havia feito determinada tarefa, tal escore assumiu valor nulo. Naqueles em que o respondente havia sido o único a realizá-la, seu valor foi 1. Quando ambos os membros dos casais a haviam executado, atribuímos o valor 2. Entrevistados cujos cônjuges foram os únicos a fazê-la receberam o valor 3.

Posteriormente, para que construíssemos escalas relativas das divisões totais das tarefas rotineiras, dos afazeres domésticos (rotineiros e discricionários) e do cuidado com outros moradores, nós contamos as atividades para as quais os entrevistados obtiveram os valores descritos acima. Quando nenhuma delas havia sido realizada, anulamos tais escores. O valor 1 apontou que os entrevistados fizeram mais tarefas que seus cônjuges. Caso tenham sido os únicos a executarem todos os afazeres, os respondentes receberam 2 pontos. 3 pontos foram dados para aqueles que as dividiram mais do que eles e seus parceiros as realizaram sozinhos. A divisão de todas as tarefas foi representada pelo valor 4. Os entrevistados cujos cônjuges foram responsáveis pela maioria delas receberam 5 pontos, enquanto os cujos parceiros foram os únicos a realizarem todos os afazeres obtiveram 6.

Neste trabalho, apresentamos as proporções de homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos, de acordo com os valores que obtiveram em tais escalas. Juntamente com o escore relativo de participação no cuidado, também foram

identificadas as faixas etárias dos moradores aos quais ele era direcionado. Assim, além de analisarmos a desigualdade na divisão dessas tarefas entre os membros dos diferentes tipos de casais, também verificamos quais são as principais atividades domésticas e de cuidado não remuneradas realizadas no interior dos domicílios brasileiros e quem são as pessoas beneficiadas por tais cuidados. Esse exercício pode contribuir para a literatura nacional sobre o tema, à medida em que nos ajuda a compreender se a conjugalidade pode vir a influenciar as formas por meio das quais homens e mulheres se envolvem na realização dos trabalhos domésticos e de cuidado, algo que foi feito por poucos estudos qualitativos (CARVALHO, 2020; CARVALHO; PORCHAT, 2018; HEILBORN, 2004).

1.5 – Resultados

Em primeiro lugar, descrevemos os perfis sociodemográficos dos homens, heterossexuais e gays, e das mulheres, heterossexuais e lésbicas, assim como as principais características dos casais dos quais faziam parte. Em segundo lugar, analisamos como esses indivíduos participavam da realização das tarefas domésticas, rotineiras e discricionárias, e de cuidado não remuneradas em seus domicílios, comparando-nos com seus(suas) respectivos(as) cônjuges.

1.5.1 – Perfil sociodemográfico da amostra selecionada

As Tabelas 1 e 2 contêm informações a respeito dos perfis sociodemográficos dos homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos. A primeira tabela apresenta as características dos indivíduos, de acordo com seu gênero e conjugalidade, e a segunda descreve os diferentes tipos de casais dos quais faziam parte.

A Tabela 1 mostra que homens heterossexuais tinham, em média, 42,39 anos, enquanto homens gays possuíam 34,46 anos, ou seja, havia uma diferença de 8 anos entre as idades médias desses grupos. Tal diferença é o dobro daquela observada entre mulheres heterossexuais e lésbicas que tinham, em média, 39,73 e 35,42 anos, respectivamente. Nós pudemos aprofundar tais resultados ao analisar as distribuições desses grupos por faixas etárias. Se, por um lado, a maioria dos homens e mulheres heterossexuais, 33,6%

e 35,5%, possuía entre 35 e 44 anos de idade, por outro, 51,8% dos homens gays e 41,9% das mulheres lésbicas tinham de 25 a 34 anos, as maiores proporções observadas para essa faixa etária. Entre os homens heterossexuais, havia o maior percentual de entrevistados com mais de 65 anos: 27,2% do total desse grupo.

Esses resultados confirmam estudos anteriores: os membros de casais homoafetivos são mais jovens do que os de casais heterossexuais (BARBOSA et al., 2019; LENA, 2016; LENA; OLIVEIRA, 2015; SILVA; SANTOS, 2016). Para Lena (2016), isso pode ser explicado por mudanças culturais que contribuíram para que gerações mais novas sofressem menos constrangimentos para assumirem seus relacionamentos homoafetivos, mesmo que tais obstáculos permaneçam existindo.

Na Tabela 1, também incluímos a distribuição dos indivíduos que faziam parte desses grupos de acordo com sua autodeclaração de cor/raça. Nela, verificamos que 50,3% dos homens heterossexuais eram brancos, enquanto 40,3% pardos e 8% pretos. Nesse grupo, aqueles que declararam ser amarelos e indígenas não somaram sequer 1% de seu total. Os homens gays apresentaram uma proporção ainda maior de brancos, 65,6% deles. Entre eles, 24,5% eram pardos, 7% pretos e 1% amarelos. Assim como observamos em relação aos homens heterossexuais, homens gays indígenas não eram nem mesmo 1% do grupo.

Ao compararmos homens heterossexuais e gays com mulheres heterossexuais e lésbicas em termos de autodeclaração de cor/raça, verificamos que elas se pareciam mais com os homens heterossexuais. Entre as mulheres lésbicas, tal qual entre os homens gays, havia um percentual maior de brancas. Enquanto 51,1% das heterossexuais pertenciam a esse grupo racial, 55,7% das lésbicas se identificaram da mesma forma. Já as pardas representavam 41% e 38,6% das mulheres heterossexuais e lésbicas, nessa ordem. As pretas eram 7,1% e 5,8% desses grupos, respectivamente. Independentemente da conjugalidade, mulheres amarelas e indígenas também não totalizaram sequer 1% das amostras.

Em relação à escolaridade, observamos que homens gays constituíam o grupo mais escolarizado, possuindo, em média, 13,95 anos de estudo. Em segundo lugar, estavam as mulheres lésbicas, cuja média foi de 12,4 anos. Em contrapartida, homens e mulheres heterossexuais possuíam, em média, 10,41 e 11,3 anos de escolaridade, nessa ordem. Nesse sentido, também se destaca o resultado de que, enquanto 33,6% dos homens

heterossexuais haviam terminado o ensino médio, 50,3% dos homens gays possuíam ensino superior completo. Entre os primeiros, também observamos os maiores percentuais de entrevistados que não possuíam instrução alguma ou que não haviam finalizado o ensino fundamental: 22% e 25,7%, respectivamente. Lena (2016) afirma que tais diferenças estão relacionadas ao fato de que, assim como os mais jovens, os indivíduos mais instruídos são também mais liberais e, por esse motivo, é mais provável que assumam seus relacionamentos homoafetivos.

Comparando as mulheres heterossexuais com as lésbicas, constatamos que, em ambos os grupos, a maioria havia completado o ensino médio, correspondendo a 35% e 38,5% de seus totais. Além disso, 25,9% das heterossexuais e 24,1% das lésbicas possuíam ensino superior completo. Tais grupos apresentaram distribuições muito semelhantes em termos dos níveis de instrução das mulheres que, a eles, pertenciam.

Provavelmente, por serem mais escolarizados (BARBOSA et al., 2019; SILVA; SANTOS, 2016), homens gays também foram o grupo com a maior média de rendimento por hora. Se, por um lado, eles ganhavam, em média, R\$ 128,40 por trabalharem durante esse período de tempo, por outro, homens heterossexuais recebiam apenas R\$ 17,02. Apesar de esse resultado estar de acordo com o que já havia sido encontrado por Silva e Santos (2016) e Barbosa et al. (2019), o valor obtido para os homens gays não foi estatisticamente significativo. Entre as mulheres, observamos o contrário: as heterossexuais recebiam R\$ 13,76 por hora, isso é, R\$ 0,96 a mais do que ganhavam as lésbicas, em desacordo com o que foi descoberto pelo estudo de Barbosa et al. (2019).

No que se refere às jornadas semanais de trabalho remunerado, nós verificamos que homens heterossexuais foram os que mais trabalharam na semana de referência. Eles haviam dedicado, em média, 42h38min24s (42,64h) às suas atividades remuneradas. Em segundo lugar, estavam as mulheres lésbicas que trabalharam 38h58min12s (38,97h), em média, seguidas pelos homens gays que o fizeram durante 37h12min36s (37,21h). As mulheres heterossexuais possuíam jornadas remuneradas médias de 37h1min48s (37,03h).

Essa ordem se inverte quando observamos as jornadas semanais de trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados. Enquanto mulheres heterossexuais gastaram, em média, 19h32min24s (19,54h) com sua realização, homens, membros desse mesmo tipo de casal, dedicavam apenas 11 horas à sua execução. Já os homens gays o faziam por

1h39min36s (1,66h) a mais. As mulheres lésbicas lhes destinavam 14h42min (14,7h), quase 4h48min (4,8h) a menos que as mulheres heterossexuais.

Embora tais diferenças sejam menores do que as verificadas por Barbosa et al. (2019), elas também apontam para a possibilidade de que a conjugalidade seja um importante fator para a participação dos indivíduos no circuito do cuidado como “obrigação”, algo que ainda veremos com maior profundidade nos Capítulos 2 e 3.

A partir da Tabela 1, percebe-se também que os membros de casais heterossexuais obtiveram os maiores diferenciais intraconjugais, com destaque para os referentes às horas trabalhadas remuneradamente na semana de referência e aos rendimentos por hora. Homens heterossexuais trabalhavam e recebiam, em média, 5h24min (5,4h) e R\$ 2,79 por hora a mais do que suas respectivas cônjuges. Elas, por sua vez, dedicavam, em média, 5h40min48s (5,68h) a menos às suas atividades remuneradas do que seus parceiros e ganhavam R\$ 2,83 a menos que eles. Entre heterossexuais, também havia as maiores médias do diferencial de anos de estudo. Enquanto os homens possuíam 1,03 anos de escolaridade a menos que suas companheiras, elas tinham, em média, 1,04 anos de estudo a mais.

Em contrapartida, entre os homens e as mulheres que estavam em relacionamentos homoafetivos, os diferenciais intraconjugais de horas trabalhadas fora de casa, de renda por hora e anos de estudo foram praticamente nulos. Esses resultados contrariam aqueles encontrados por Lena e Oliveira (2015) e Lena (2016) a respeito dos padrões de associação entre os membros de casais heterossexuais e homoafetivos, gays e lésbicos. As mulheres lésbicas apresentaram a menor média dos diferenciais de anos de estudo.

**TABELA 1 – Características sociodemográficas, por gênero e conjugalidade.
Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.**

| | Homens | | Mulheres | |
|---|----------------------|---------------------|-----------------------|---------------------|
| | Heterossexuais | Gays | Heterossexuais | Lésbicas |
| Médias | | | | |
| Idade | 42,39*** (0,12) | 34,46*** (1,58) | 39,73*** (0,1) | 35,42* (1,204) |
| Anos de estudo | 10,41*** (0,044) | 13,93*** (0,271) | 11,30*** (0,04) | 12,40* (0,317) |
| Rendimento por hora | 17,02*** (0,302) | 128,4 (97,34) | 13,76*** (0,267) | 12,81* (1,566) |
| Horas semanais de trabalho remunerado | 42,64*** (0,106) | 37,21*** (2,052) | 37,03*** (0,118) | 38,97* (1,122) |
| Horas semanais de trabalho doméstico e de cuidado | 11,00*** (0,087) | 12,66*** (0,993) | 19,54*** (0,141) | 14,70* (0,768) |
| Diferencial de anos de estudo | -1,032*** (0,029) | -0,072 (0,064) | 1,046*** (0,027) | -0,008 (0,019) |
| Diferencial de rendimento por hora | 2,793*** (0,191) | -0,183 (0,123) | -2,837*** (0,184) | 0,006 (0,007) |
| Diferencial de horas trabalhadas | 5,403*** (0,136) | -0,454 (0,278) | -5,684*** (0,127) | 0 (.) |
| Proporções | | | | |
| Faixa etária | | | | |
| Até 24 anos | 0,0272*** (0,001) | 0,124** (0,036) | 0,057*** (0,002) | 0,118* (0,034) |
| 25 a 34 anos | 0,232*** (0,005) | 0,518*** (0,066) | 0,274*** (0,005) | 0,419* (0,069) |
| 35 a 44 anos | 0,336*** (0,005) | 0,178** (0,044) | 0,355*** (0,004) | 0,278* (0,054) |
| 45 a 54 anos | 0,264*** (0,004) | 0,111** (0,035) | 0,230*** (0,004) | 0,158* (0,05) |
| 55 a 64 anos | 0,113*** (0,003) | 0,619* (0,026) | 0,073*** (0,002) | 0,027 (0,023) |
| Mais de 65 anos | 0,272*** (0,001) | 0,008 (0,007) | 0,0101*** (0,0008) | - - |
| Cor/raça | | | | |
| Branca | 0,503*** (0,005) | 0,656*** (0,055) | 0,511*** (0,005) | 0,557* (0,061) |
| Preta | 0,0853*** (0,003) | 0,078* (0,029) | 0,071*** (0,002) | 0,052* (0,023) |
| Amarela | 0,006*** (0,0008) | 0,0193 (0,014) | 0,006*** (0,0007) | 0,005 (0,005) |
| Parda | 0,403*** (0,005) | 0,245*** (0,046) | 0,410*** (0,005) | 0,386* (0,058) |
| Indígena | 0,002*** (0,0004) | 0,002 (0,002) | 0,002*** (0,0003) | - - |
| Nível de instrução | | | | |
| Sem instrução, menos de 1 ano de estudo | 0,220*** (0,001) | 0,002 (0,002) | 0,015*** (0,0008) | 0,009 (0,007) |
| Ensino Fundamental incompleto | 0,257*** (0,004) | 0,0144 (0,009) | 0,191*** (0,004) | 0,0815* (0,0292) |
| Ensino Fundamental completo | 0,104*** (0,003) | 0,026 (0,0143) | 0,09*** (0,00243) | 0,049* (0,0181) |
| Ensino Médio incompleto | 0,055*** (0,002) | 0,033* (0,015) | 0,051*** (0,002) | 0,048* (0,02) |
| Ensino Médio completo | 0,336*** (0,005) | 0,299*** (0,055) | 0,350*** (0,004) | 0,385* (0,053) |
| Ensino Superior incompleto | 0,039*** (0,002) | 0,122*** (0,036) | 0,0454*** (0,002) | 0,186* (0,041) |
| Ensino Superior completo | 0,187*** (0,005) | 0,503*** (0,062) | 0,259*** (0,005) | 0,241* (0,059) |
| Observações | 25.635 | 121 | 29.209 | 154 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

A Tabela 2 contém informações sobre os perfis sociodemográficos dos casais presentes em nossa amostra. Nela, é possível observar que 98,6% e 72,3% dos casais gays e lésbicos, nessa ordem, não residiam com filhos. 35,6% dos casais heterossexuais moravam com apenas um. Ao compararmos tais grupos de acordo com as idades de seus filhos, constatamos que 20% dos casais heterossexuais possuía um filho com até 5 anos e 30,9% tinham um com 6 a 18 anos. Entre os casais lésbicos, 11,7% e 13,5% residiam com filhos dessas faixas etárias, respectivamente. Tais resultados estão de acordo com aquilo que já havia sido constatado por Lena (2016).

Assim como os números de filhos corresidentes nos domicílios, as distribuições dos casais segundo as áreas em que moram também reiteram os resultados de pesquisas anteriores (BARBOSA et al., 2019; LENA, 2016; LENA; OLIVEIRA, 2015; SILVA; SANTOS, 2016). A maioria dos casais homoafetivos residiam em áreas urbanas. Entre casais gays e lésbicos, os que moravam nesses locais correspondiam a 96,2% e 96,7% desses grupos, respectivamente. Dentre as uniões heterossexuais, aqueles que viviam em locais urbanos representavam 90,3% do total.

A variável referente à presença de empregado doméstico morando no domicílio é um importante indicativo da capacidade de delegação das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas que os casais possuem. Na Tabela 2, observamos que apenas 0,01% dos casais heterossexuais corresidiam com empregados domésticos. 100% dos entrevistados que faziam parte de uniões gays e lésbicas moravam em domicílios nos quais não havia trabalhadores domiciliares residentes.

TABELA 2 – Características sociodemográficas dos casais heterossexuais, gays e lésbicos. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Casais heterossexuais | Casais gays | Casais lésbicos |
|--|------------------------|------------------------|------------------------|
| Médias | | | |
| Rendimento domiciliar efetivo | 1.769,10*** (29,84) | 4.566,00*** (733,9) | 1.706,00*** (144,9) |
| Proporções | | | |
| Filhos | | | |
| Total | | | |
| Nenhum | 0,246*** (0,004) | 0,986*** (0,011) | 0,723*** (0,068) |
| 1 filho | 0,356*** (0,004) | 0,014 (0,011) | 0,137* (0,047) |
| 2 filhos ou mais | 0,398*** (0,005) | - - | 0,14* (0,005) |
| Até 5 anos de idade | | | |
| Nenhum | 0,775*** (0,004) | 0,99*** (0,01) | 0,881*** (0,054) |
| 1 filho | 0,2*** (0,004) | 0,01 (0,01) | 0,117* (0,054) |
| 2 filhos ou mais | 0,025*** (0,001) | - - | 0,002 (0,002) |
| 6 a 18 anos de idade | | | |
| Nenhum | 0,505*** (0,005) | 0,996*** (0,004) | 0,808*** (0,059) |
| 1 filho | 0,309*** (0,004) | 0,004 (0,004) | 0,135* (0,055) |
| 2 filhos ou mais | 0,186*** (0,003) | - - | 0,057* (0,023) |
| Área de residência | | | |
| Rural | 0,097*** (0,002) | 0,038* (0,017) | 0,033 (0,017) |
| Urbana | 0,903*** (0,002) | 0,962*** (0,017) | 0,967*** (0,017) |
| Empregado doméstico reside no domicílio | | | |
| Não | 0,999*** (0,0003) | 1 (.) | 1 (.) |
| Sim | 0,0013*** (0,0003) | - - | - - |
| Rendimento domiciliar per capita | | | |
| 1º quintil (R\$ 0 a R\$ 550) | 0,161*** (0,003) | 0,043 (0,027) | 0,102* (0,036) |
| 2º quintil (R\$ 556 a R\$ 880) | 0,197*** (0,004) | 0,03 (0,021) | 0,136* (0,05) |
| 3º quintil (R\$ 881 a R\$ 1.282) | 0,201*** (0,003) | 0,059* (0,022) | 0,363*** (0,079) |
| 4º quintil (R\$ 1.283 a R\$ 2.075) | 0,213*** (0,004) | 0,289** (0,075) | 0,13* (0,051) |
| 5º quintil (R\$ 2.077 a R\$ 46.940) | 0,228*** (0,005) | 0,58*** (0,07) | 0,269*** (0,063) |
| Observações | 29.317 | 63 | 78 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

A partir da Tabela 2, tem-se que os casais gays apresentaram a maior média de rendimentos domiciliares mensais efetivos: R\$ 4.566,70. A segunda maior média foi obtida pelos casais heterossexuais, equivalendo a R\$ 1.769,10. Os casais lésbicos possuíam os menores rendimentos, recebendo, em média, R\$ 1.706,00 por mês. Dessa forma, nossos resultados confirmam aqueles que já haviam sido observados por Silva e Santos (2016) e Barbosa et al. (2019).

Na Tabela 2, tem-se também a distribuição desses casais de acordo com os quintis de rendimento domiciliar *per capita* nos quais se encontravam. Por um lado, entre os casais heterossexuais, verificamos as proporções esperadas para os quintis, cujos percentuais foram próximos a 20%, por outro, 58% dos casais gays estavam no quinto quintil, ou seja, recebiam de R\$ 2.077,00 a R\$ 46.940,00 para cada pessoa residente em seus domicílios. A maioria dos casais lésbicos (36,3%) ganhava entre R\$ 881,00 a R\$ 1.282,00 *per capita*, intervalo correspondente ao terceiro quintil.

Na presente seção, descrevemos as características dos homens e das mulheres, em casais heterossexuais e homoafetivos. Nossos resultados confirmaram os que já haviam sido obtidos por Lena e Oliveira (2015), Lena (2016), Silva e Santos (2016) e Barbosa et al. (2019): no Brasil, os indivíduos em uniões homoafetivas são mais jovens, brancos, escolarizados e urbanos do que aqueles em casais heterossexuais. Além disso, também constatamos que os homens gays possuíam os maiores rendimentos por hora e domiciliares mensais *per capita*. Enquanto os homens heterossexuais apresentaram, em média, as maiores jornadas de trabalho remunerado, as mulheres heterossexuais dedicavam mais horas aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados.

Ainda cabe ressaltar que, considerando a forma por meio da qual tais dados são coletados, tem-se que eles não são representativos da população homossexual brasileira. Tais resultados refletem, principalmente, as características dos indivíduos que são captados pelas pesquisas realizadas pelo IGBE. Nesse caso específico, a PNAD Contínua. A seguir, discutimos como casais heterossexuais, gays e lésbicos brasileiros dividem tais tarefas.

1.5.2 – Divisão intraconjugual dos afazeres domésticos e de cuidado

Nesta seção, analisamos os resultados referentes à divisão intraconjugual dos afazeres domésticos, rotineiros e discricionários, e de cuidado não remunerados, a partir

das escalas de participação relativa dos membros dos casais em sua realização. Para tanto, apresentamos as proporções dos entrevistados que obtiveram cada um dos valores possíveis para tais escores, segundo seu gênero e sua conjugalidade.

1.5.2.1 – Tarefas domésticas rotineiras

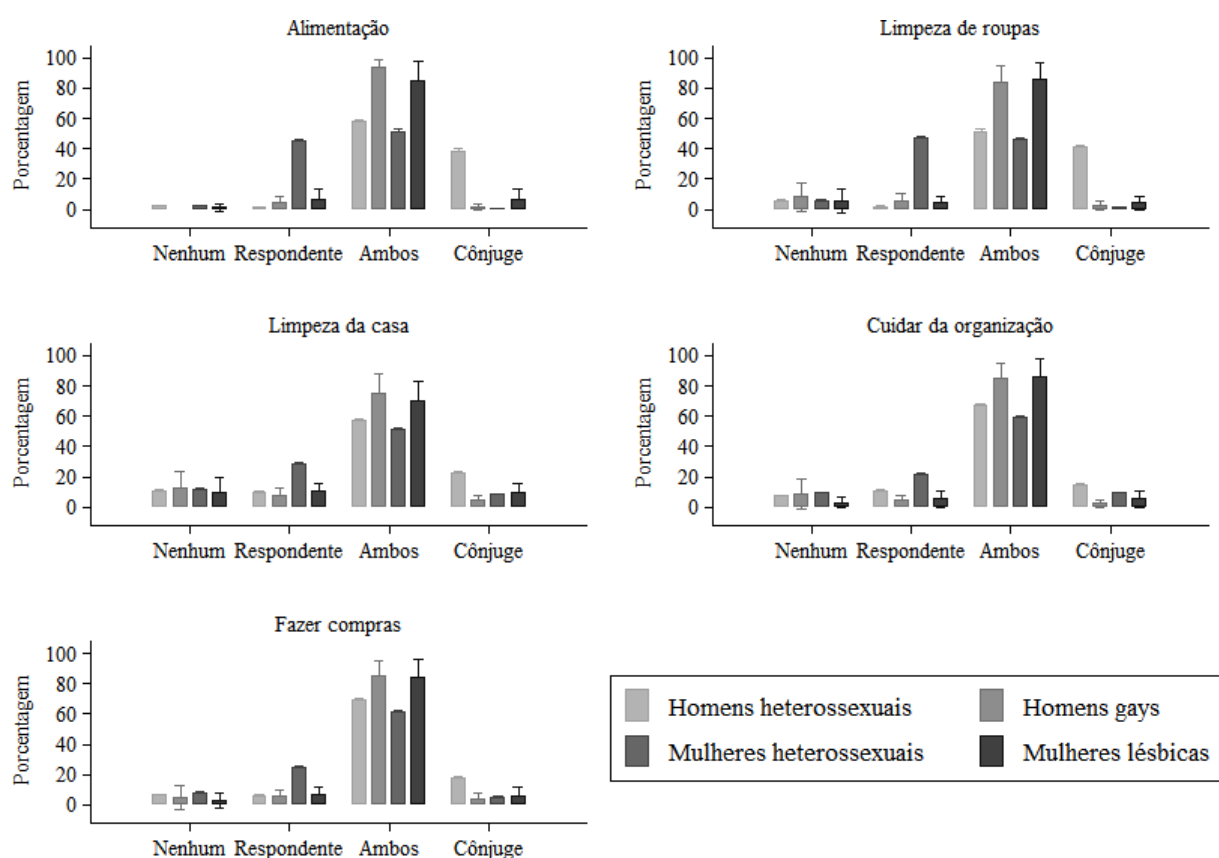
No Apêndice A, observamos que a maioria dos indivíduos havia realizado alguma tarefa doméstica não remunerada no próprio domicílio durante a semana de referência. Em todos os grupos analisados, eles representavam mais de 95% do total, alcançando as seguintes proporções: 100% dos homens gays, 99,8% das mulheres lésbicas, 99,4% das mulheres heterossexuais e 97,3% dos homens heterossexuais. A Figura 1 contém as proporções de participação relativa dos membros dos casais na realização dos afazeres domésticos rotineiros. A partir dela, percebemos que a maioria dos entrevistados as dividiam com seus cônjuges. No entanto, os valores obtidos para os extremos de tais escalas variaram consideravelmente de acordo com seu gênero e sua conjugalidade.

As mulheres heterossexuais apresentaram as maiores proporções de realização individual para as tarefas rotineiras, dentre as quais se destacaram a limpeza e manutenção de roupas e sapatos e o preparo de refeições. Constatamos que 46,8% e 45,4% dessas mulheres, respectivamente, foram as únicas pessoas dos casais dos quais faziam parte a executarem-nas. Homens heterossexuais foram os que menos se envolveram em tais atividades. Entre eles, aqueles cujas cônjuges as realizaram sozinhas representavam 38,7% e 41,2%, nessa ordem. A limpeza do domicílio, sua organização e as compras foram ligeiramente mais divididas entre os membros desses casais. As categorias indicativas da responsabilização de apenas um deles por esses afazeres não excederam 30% dos homens e das mulheres heterossexuais.

A limpeza da casa e das áreas externas também obteve as maiores porcentagens de não envolvimento de nenhum dos membros dos casais em sua realização para todos os grupos comparados. 10,5% dos homens heterossexuais, 12,7% dos homens gays, 11,7% das mulheres heterossexuais e 9,74% das mulheres lésbicas pertenciam a casais que não a haviam executado na semana de referência. Tal resultado é um indicativo de que essa tarefa era delegada, ou seja, feita por outras pessoas, residentes ou não no domicílio. (HIRATA; KERGOAT, 2007). Além disso, também demonstra que o trabalho doméstico

não remunerado apenas deixa de ser uma obrigação caso sejam encontradas substitutas disponíveis para realizá-lo. Em outras palavras, a depender de quem tais substitutas são e sob quais condições o realizam (remuneradamente ou não), tem-se que os indivíduos, especialmente as mulheres, apenas escapam do circuito do cuidado como “obrigação” via os circuitos do cuidado como “ajuda” e profissão.

FIGURA 1 – Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas rotineiras específicas, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

A Figura 1 também revela que, em uniões homoafetivas, predominou a divisão das tarefas domésticas rotineiras. As proporções de homens gays e mulheres lésbicas que as haviam dividido com seus e suas cônjuges ultrapassaram 80% para todas as atividades consideradas, exceto para a limpeza da casa, da garagem, do quintal e do terreno. Ainda assim, 75,3% e 69,9% desses homens e mulheres, respectivamente, a compartilharam.

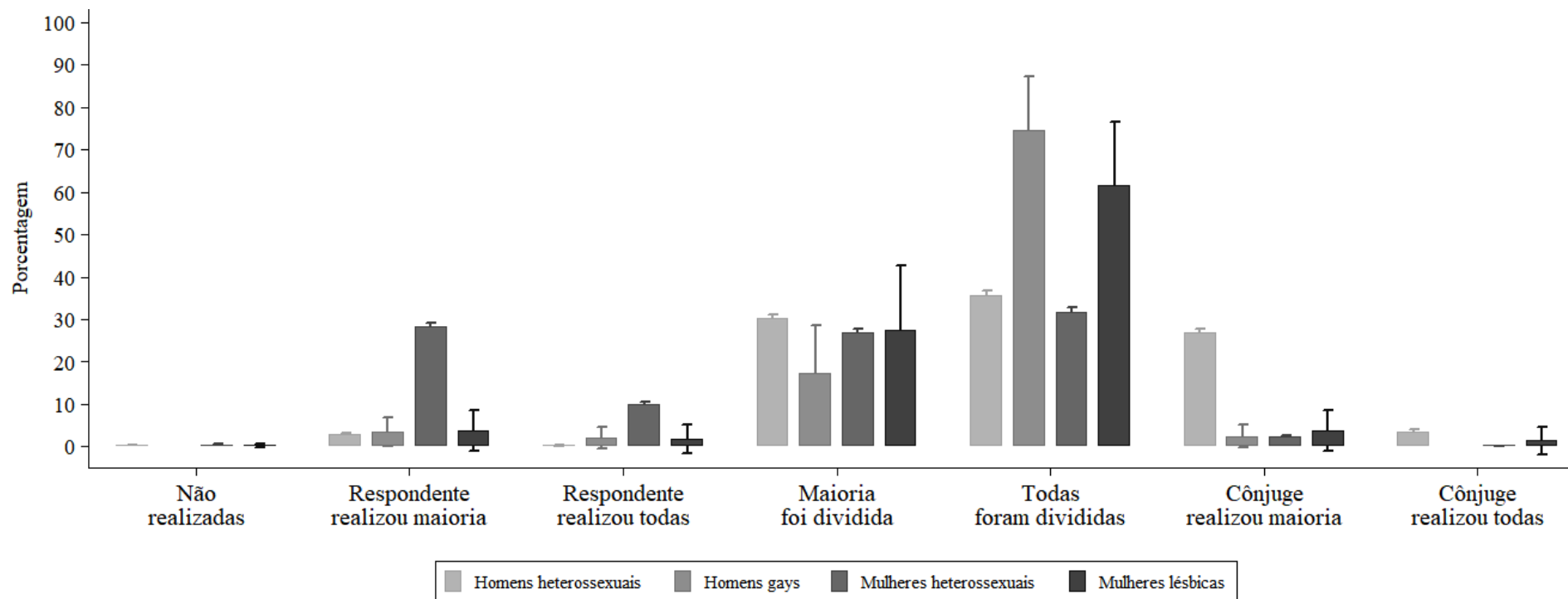
Apesar de o preparo das refeições ter sido o afazer rotineiro com as maiores taxas de desigualdade nas uniões heterossexuais, nos casais gays, ocorreu o contrário: 93,8% desses homens e seus cônjuges cozinharam. Entre as mulheres lésbicas, a tarefa mais dividida foi a organização do domicílio, 86,3% delas pertenciam a casais nos quais ambas a haviam realizado.

Na Figura 2, tem-se as proporções de participação relativa dos membros dos casais na execução de todas as tarefas domésticas rotineiras. Nela, verifica-se que 26,9% dos homens heterossexuais haviam se envolvido na realização de menos tarefas que suas respectivas cônjuges, enquanto 28,3% das mulheres heterossexuais foram as únicas a fazerem a maioria delas. Aproximadamente 30% de ambos os grupos dividiram todos os afazeres rotineiros. Entre homens e mulheres em uniões homoafetivas, 74,7% e 61,5%, respectivamente, compartilhavam todos eles, ou seja, o dobro das suas contrapartes heterossexuais.

Por um lado, tais resultados confirmam o que já foi observado pela literatura internacional: nos casais heterossexuais, as mulheres são as principais responsáveis pela realização das atividades rotineiras, como, por exemplo, cozinhar e lavar a roupa, as quais são essenciais, mais frequentes e também mais demoradas. Ou seja, entre os membros de tais uniões, prevalecem os modelos tradicional e de conciliação (conflito) na divisão dos afazeres rotineiros (HIRATA; KERGOAT, 2007). Nossos resultados também reiteram que casais homoafetivos os dividem de forma mais equilibrada, o que nos remete ao paradigma de parceria.

Por outro lado, nossos resultados também contrariam tais estudos à medida em que os casais gays apresentaram taxas ainda mais altas de distribuição igualitária dos afazeres rotineiros do que os casais lésbicos. Uma vez que os homens gays possuíam os maiores rendimentos individuais e domiciliares *per capita* médios, provavelmente, isso se deve à sua maior capacidade de delegar a realização de tais tarefas às trabalhadoras domiciliares.

FIGURA 2 - Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas rotineiras como um todo, de acordo com o sexo e a conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

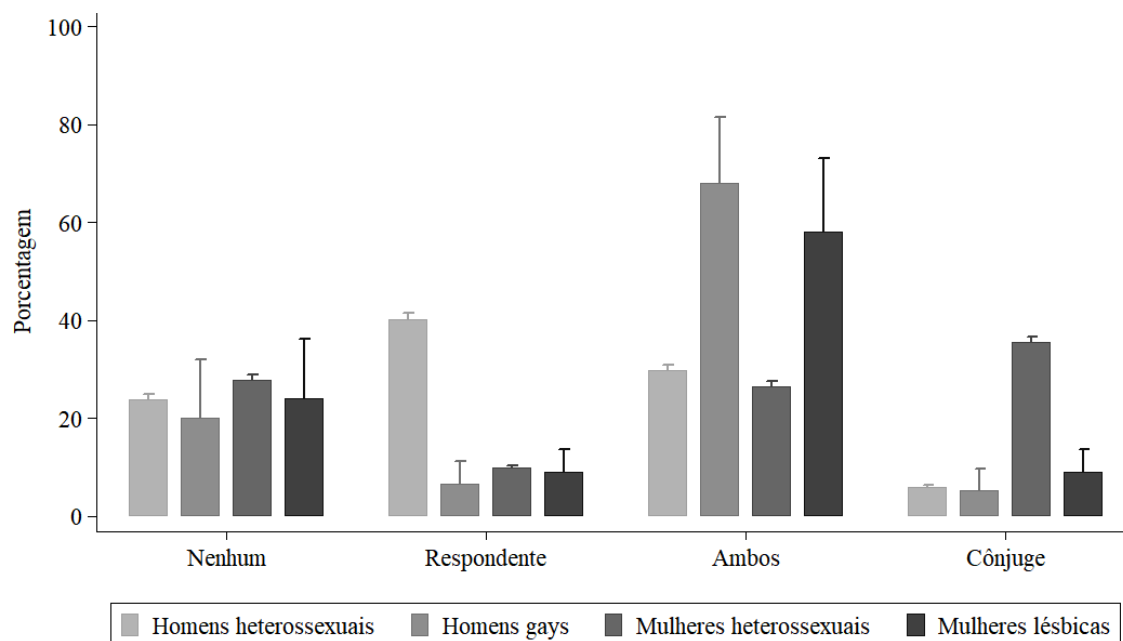
Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

1.5.2.2 – Tarefas domésticas discricionárias

A única tarefa doméstica discricionária abordada pela PNAD Contínua de 2016 foi a realização de “pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos e outros equipamentos”. A Figura 3 contém a participação relativa dos membros dos casais na execução desse afazer. Comparando-o com as demais atividades domésticas analisadas, percebemos que essa foi a menos realizada por todos os grupos. 23,9% dos homens heterossexuais, 20,1% dos homens gays, 27,9% das mulheres heterossexuais e 24% das mulheres lésbicas estavam em casais que não fizeram esse tipo de conserto. Tal resultado indica que, majoritariamente, ele era executado por serviços substitutos contratados.

Os pequenos reparos também foram a única tarefa doméstica para a qual homens heterossexuais apresentaram maior proporção de realização individual do que as mulheres de mesma conjugalidade. 40,1% deles foram os únicos a fazê-los, enquanto 35,6% delas não os executaram, ao contrário de seus respectivos cônjuges. Em uniões homoafetivas, os homens e as mulheres que os haviam dividido eram 68% e 58%, nessa ordem. Ou seja, ambos os grupos os compartilhavam menos do que as demais atividades domésticas. Tais resultados também confirmam aquilo que consta na literatura. Os homens são os membros dos casais heterossexuais encarregados pelos afazeres discricionários, cujas principais características são a não-obrigatoriedade, a ocasionalidade e a rapidez de sua realização. Apesar de os homens e as mulheres homossexuais dividirem menos os pequenos reparos do que as outras tarefas domésticas analisadas, observamos que, mesmo assim, nesses casais, eles eram distribuídos de forma menos desigual do que nas uniões heterossexuais.

FIGURA 3 – Proporções de participação relativa na execução de afazeres domésticos discricionários, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

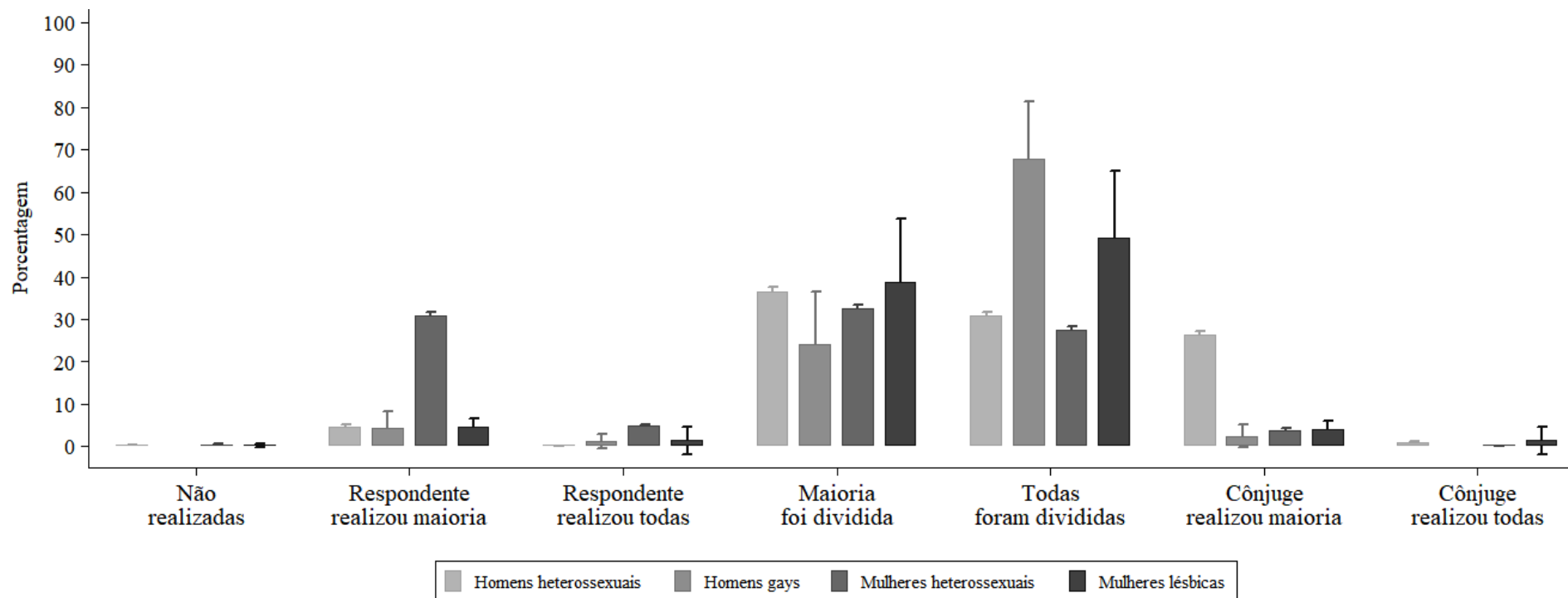


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

A Figura 4 representa as proporções de envolvimento relativo na realização das tarefas domésticas não remuneradas ao todo. Entre homens e mulheres heterossexuais, 36,4% e 32,4%, nessa ordem, haviam partilhado a maioria desses afazeres. Entretanto, 26,5% desses homens se envolveram em menos atividades que suas respectivas cônjuges e 27,4% dessas mulheres fizeram mais atividades que seus parceiros. Na figura 4, também verificamos que 24,1% dos homens gays e 38,8% das mulheres lésbicas dividiram mais tarefas do que as realizaram individualmente. Além disso, 67,8% e 49,1% desses grupos, respectivamente, pertenciam a casais em que ambos os membros executaram todos os afazeres domésticos.

FIGURA 4 - Proporções de participação relativa na realização das tarefas domésticas como um todo, por sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

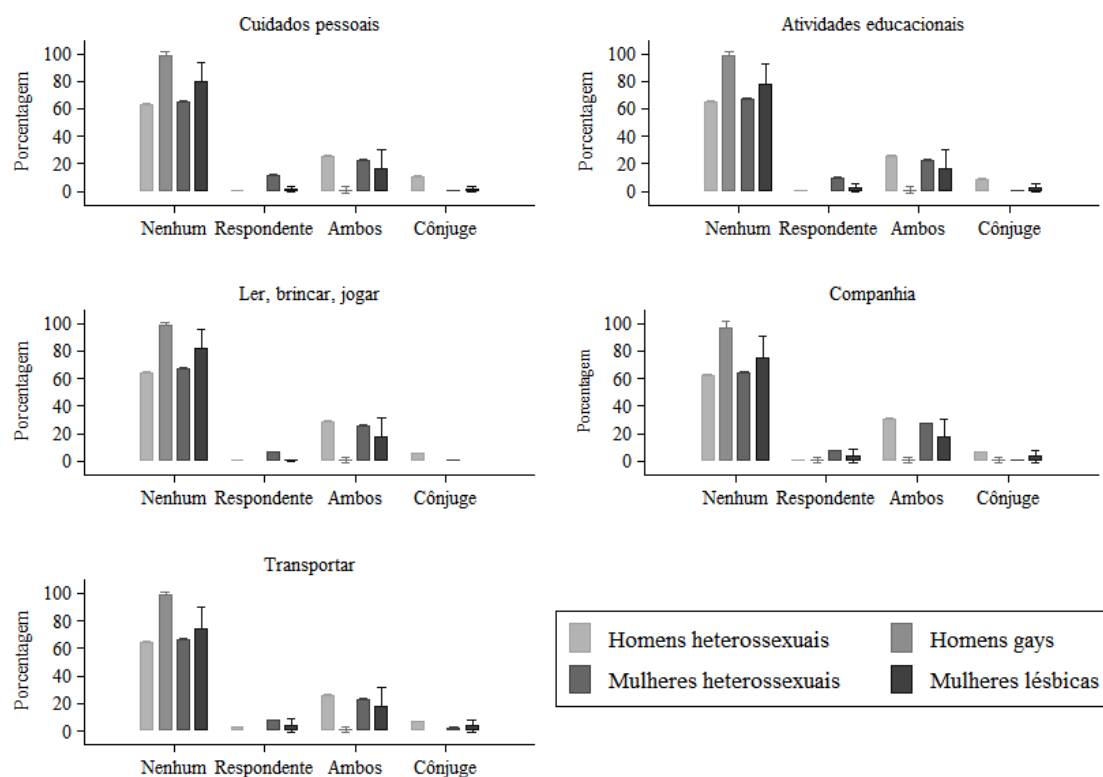
1.5.2.3 – Cuidado a outros moradores

No Apêndice B, tem-se que, ao contrário das tarefas domésticas não remuneradas, as atividades de cuidado não foram realizadas pela maioria dos indivíduos na semana de referência. Se, por um lado, 38,9% e 36,4% das mulheres e homens heterossexuais, nessa ordem, cuidaram de outros moradores de seus domicílios, por outro, apenas 22,9% e 2,1% das mulheres lésbicas e homens gays, respectivamente, fizeram o mesmo. Isso se refletiu nas escalas de participação relativa nas tarefas de cuidado: na Figura 5, verificamos que, em todos os grupos comparados, os valores nulos se destacaram.

Os casais gays apresentaram taxas de não realização de 99% para todas as tarefas de cuidado consideradas em nossa análise, com exceção das atividades de monitoramento e companhia a outros moradores, para a qual essa proporção foi de 96,9%. Embora as mulheres lésbicas tenham sido o segundo grupo com menor envolvimento no cuidado, entre elas, tal taxa não ultrapassou 82% em nenhuma das atividades. Entre elas, os afazeres de cuidado menos realizados foram ler, brincar e jogar, auxiliar nos cuidados pessoais e nas atividades educacionais. Já monitorar e transportar foram os que elas mais executaram. Cerca de 17% das mulheres em uniões homoafetivas dividiram cada uma dessas atividades com suas cônjuges.

A Figura 5 também mostra que, entre os indivíduos heterossexuais, as taxas de não execução das atividades de cuidado não passaram de 67%. Além disso, também observamos que a maioria deles dividiram-nas com seus cônjuges. Essa categoria representou de 20 a 30% do total dos homens e das mulheres membros desses casais para cada atividade de cuidado. Dentre elas, fazer companhia e monitorar foi a mais dividida.

FIGURA 5 – Proporções de participação relativa na realização de atividades específicas de cuidados a outros moradores, de acordo com gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

Os membros dos casais heterossexuais também obtiveram as maiores proporções de realização individual dos afazeres de cuidado, em especial o auxílio nos cuidados pessoais de outros moradores. Por um lado, 11,7% das mulheres haviam sido as únicas pessoas de seus casais a oferecerem-no. Por outro, 10,7% dos homens não o haviam feito, ao contrário de suas cônjuges. A ajuda nas atividades educacionais e o transporte e acompanhamento para/em compromissos fora do domicílio também foram mais realizadas pelas mulheres heterossexuais do que seus cônjuges. Já em relação às atividades de entretenimento de outros moradores, ler, jogar e brincar, observamos que apenas 6,75% das mulheres heterossexuais executaram-nas sozinhas e somente 5,63% dos homens de mesma conjugalidade não se envolveram nas mesmas, apesar de suas cônjuges as terem realizado. Esses resultados indicam que, entre eles, a divisão dos cuidados é menos desigual do que a distribuição das tarefas domésticas não remuneradas.

Quem eram os “outros moradores” beneficiados pelos cuidados providos pelos membros dos casais em seus domicílios? A Tabela 3 evidencia que as maiores taxas de participação em afazeres de cuidado estavam concentradas naqueles que se destinavam a crianças com até 5 anos e também aquelas cujas idades estavam entre 6 e 14 anos. 20,4% das mulheres heterossexuais haviam cuidado de crianças na primeira faixa etária e 21,8% de crianças que estavam na segunda. Entre os homens heterossexuais, os resultados não foram muito diferentes: 19,9% deles cuidaram de crianças pequenas e 20% de crianças com 6 a 14 anos de idade.

TABELA 3 - Proporções de cuidado a outros moradores, por faixa etária de quem o recebeu e o gênero e a conjugalidade de quem o proveu. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Homens | | Mulheres | |
|--|---------------------|--------------------|----------------------|-------------------|
| | Heterossexuais | Gays | Heterossexuais | Lésbicas |
| Proporções | | | | |
| Cuidou de moradores com 0 a 5 anos | | | | |
| Sim | 0,199*** (0,004) | 0,01 (0,01) | 0,204*** (0,004) | 0,124* (0,055) |
| Não | 0,801*** (0,004) | 0,99*** (0,01) | 0,796*** (0,004) | 0,876* (0,055) |
| Cuidou de moradores com 6 a 14 anos | | | | |
| Sim | 0,2*** (0,004) | - - | 0,218*** (0,004) | 0,132* (0,054) |
| Não | 0,8*** (0,004) | 1 (.) | 0,782*** (0,004) | 0,868* (0,054) |
| Cuidou de moradores com 15 a 59 anos | | | | |
| Sim | 0,036*** (0,002) | 0,011 (0,01) | 0,042*** (0,002) | 0,023 (0,014) |
| Não | 0,964*** (0,002) | 0,989*** (0,01) | 0,958*** (0,002) | 0,977* (0,014) |
| Cuidou de moradores com 60 anos ou mais | | | | |
| Sim | 0,005*** (0,001) | - - | 0,009*** (0,0007) | - - |
| Não | 0,995*** (0,001) | 1 (.) | 0,991*** (0,0007) | 1 (.) |
| Observações | 25.635 | 121 | 29.209 | 154 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

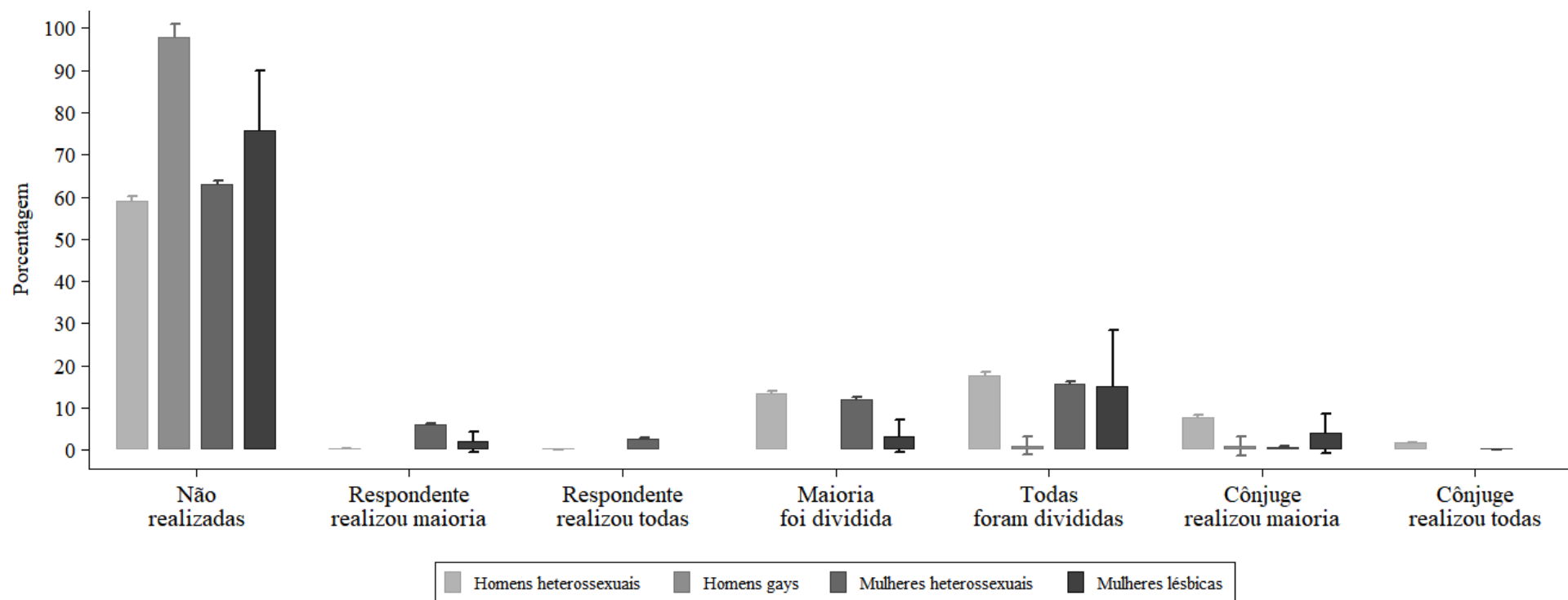
Também verificamos que 12,4% das mulheres lésbicas haviam provido cuidado a crianças de até 5 anos de idade, enquanto 13,2% delas o tinham feito a crianças com 6 a 14 anos. Dentre os grupos comparados, os homens gays foram aqueles que menos se dedicaram a tais tarefas, alcançando apenas 1% de participação naquelas voltadas às crianças pequenas e 1,1% nas destinadas a moradores com 15 a 59 anos de idade. Na

Tabela 3, também consta que homens e mulheres heterossexuais foram os únicos grupos a cuidarem de corresidentes com 60 anos ou mais, porém, apenas 0,5% e 0,9% deles, respectivamente, o fizeram. Na maioria dos domicílios nos quais o cuidado era realizado, ele se destinava a crianças, ou seja, a filhos que corresidiam com seus pais e mães, membros de uniões heterossexuais e homoafetivas.

Na Figura 6, observa-se as porcentagens desses grupos segundo suas participações relativas no provimento do cuidado como um todo. Os homens gays se destacaram à medida em que 97,9% deles eram membros de casais que não realizaram nenhuma das atividades que o compõem. Entre as mulheres lésbicas, 75,7% também não as fizeram e 15,7% dividiram todas suas tarefas. Nas uniões heterossexuais, os índices relativos de não realização do cuidado obtiveram proporções consideravelmente menores: 59,1% dos homens e 63% das mulheres. Nesses casais, também verificamos que os afazeres de cuidado eram mais divididos entre seus membros que os domésticos, uma vez que as categorias indicativas da responsabilização de apenas um cônjuge não ultrapassaram 10%. 17,6% dos homens dividiram todas as atividades de cuidado com suas cônjuges e 15,7% das mulheres também o fizeram com seus parceiros.

Os resultados obtidos a respeito da divisão intraconjugal do cuidado com outros moradores também confirmaram aquilo que já havia sido identificado pela literatura. Apesar de tais atividades também serem predominantemente realizadas pelas mulheres, os homens heterossexuais proviam mais cuidado do que participavam na execução das tarefas domésticas, especialmente as rotineiras. Para Geist e Ruppner (2018) isso se deve aos diferentes valores simbólicos que possuem. Enquanto o trabalho doméstico é considerado oneroso, o cuidado é tido como extremamente prazeroso e recompensante (GEIST; RUPPANNER, 2018; SINGLETON; MAHER, 2004).

FIGURA 6 - Proporções de realização relativa do cuidado como um todo, segundo sexo e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança.

Nesta seção, discutimos a divisão dos afazeres domésticos não remunerados, rotineiros e discricionários, e também do cuidado dedicado a outros moradores. A partir das escalas construídas de participação relativa dos membros dos casais na realização dessas atividades, nós percebemos que as maiores proporções dos indivíduos as dividiam com seus cônjuges. Ou seja, estavam em uniões nas quais ambos os membros as faziam. As principais diferenças foram observadas em suas categorias extremas, referentes à responsabilização individual dos entrevistados ou de seus parceiros pela realização dos afazeres.

Nossos resultados confirmaram o que já foi dito pela literatura internacional. Entre os membros de casais heterossexuais, as mulheres participavam mais da realização das tarefas rotineiras e das tarefas domésticas e de cuidado, como um todo, que seus respectivos cônjuges. Eles apenas se envolveram mais do que elas nos pequenos reparos, afazer tido como discricionário. Em casais heterossexuais, também constatamos que as atividades de cuidado com outros moradores eram mais divididas do que o trabalho doméstico. Homens e mulheres que estavam em uniões homoafetivas obtiveram resultados mais próximos entre si. A divisão das tarefas domésticas entre seus membros era mais equilibrada do que nos casais heterossexuais. No entanto, eles proveram menos cuidados a outros moradores de seus domicílios, muito provavelmente, porque possuíam menos filhos corresidentes.

1.6 – Conclusão

Neste capítulo, nos dedicamos à identificação das principais tarefas que compõem o cuidado como “obrigação” (GUIMARÃES, 2020), realizado nos domicílios brasileiros, e também à descrição da divisão das mesmas entre os membros de casais heterossexuais e homoafetivos. A partir dessa análise, ficou evidente que os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados são obrigações que recaem sobre as mulheres em relacionamentos com homens.

Utilizando microdados da 5ª visita da PNAD Contínua, coletados durante o ano de 2016 comparamos as características dos homens e mulheres que faziam parte de casais

heterossexuais e homoafetivos. Dessa forma, verificamos que os segundos eram mais jovens, brancos, urbanos, escolarizados e corresidiam com menos filhos que os primeiros. Enquanto homens gays apresentaram os maiores rendimentos médios, os heterossexuais possuíam as maiores jornadas de trabalho remunerado e as mulheres, dessa mesma conjugalidade, as maiores jornadas de trabalho não remunerado, isso é, de afazeres domésticos e de cuidado. Tais resultados confirmaram as diferenças entre esses grupos que já haviam sido constatadas por Lena e Oliveira (2015), Lena (2016), Silva e Santos (2019) e Barbosa et al. (2019).

Em relação aos trabalhos não remunerados, realizados nos domicílios, notamos que mais de 95% da amostra analisada havia executado algum afazer doméstico na semana de referência. Porém, apenas 40% das mulheres heterossexuais proveram algum cuidado a outros moradores.

Os resultados, aqui apresentados, sobre a divisão das tarefas domésticas rotineiras e discricionárias entre os membros dos casais heterossexuais reforçam a literatura sobre o tema: enquanto as primeiras são realizadas pelas mulheres, as segundas são executadas pelos homens (CIVETTINI, 2016; GOTTA et al., 2011; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005). As principais diferenças entre as taxas de participação desses grupos foram verificadas nos afazeres relacionados à alimentação, à limpeza de roupas e sapatos e aos pequenos reparos.

Apesar de as tarefas voltadas à organização dos domicílios e às compras serem tidas como rotineiras, verificamos atuação expressiva dos homens heterossexuais em sua realização. Isso nos leva a refletir sobre as atividades que, na PNAD Contínua de 2016, estavam reunidas sob essas denominações, sendo elas: “pagar contas, contratar serviços, orientar empregados domésticos etc.” e “fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio”. Esses afazeres envolvem a lida com o dinheiro e, até mesmo, com certa autoridade. Isso pode fazer com que, em uniões heterossexuais, homens participem de sua execução como reflexo das hierarquias intrafamiliares. Por um lado, neste trabalho, as classificamos como rotineiras porque representam demandas que devem ser atendidas com certa frequência. Por outro, Civettini (2016) as exclui de sua análise, pois defende que tais atividades não são influenciadas pelo gênero, o que constitui um obstáculo à sua classificação.

Enfrentamos dificuldade semelhante para categorizar a limpeza ou arrumação do domicílio, da garagem, do quintal ou do jardim. Enquanto as faxinas realizadas dentro das casas são consideradas rotineiras, aquelas feitas em suas áreas exteriores são tidas como discricionárias. Porém, considerando que nem todos os domicílios possuem garagens ou quintais, classificamo-las como afazeres rotineiros. Tal escolha foi confirmada pelos resultados que obtivemos, à medida em que mulheres heterossexuais apresentaram taxa de participação nessas tarefas maior que a dos homens que estavam nesse mesmo tipo de união.

No que se refere aos casais gays e lésbicos, nós observamos que seus membros dividiam as tarefas domésticas, fossem elas rotineiras ou discricionárias, de formas mais equilibradas que os casais heterossexuais. Esses resultados confirmam o que já havia sido identificado por Gotta et al. (2011) e Solomon, Rothblum e Balsam (2005). Além disso, tais grupos alcançaram taxas de participação muito semelhantes para todas as tarefas domésticas consideradas em nossa análise.

Dentre nossos resultados, também se destacaram as baixas taxas de participação de homens e mulheres, independentemente de sua conjugalidade, nos cuidados dedicados a outros moradores de seus domicílios. Apenas 36,4% dos homens heterossexuais, 38,9% das mulheres heterossexuais, 22,9% das mulheres lésbicas e 2,1% dos homens gays os haviam realizado na semana de referência. À luz do que observamos a respeito da faixa etária de quem foi cuidado, podemos dizer que o cuidar, ou não, de outros moradores estava relacionado principalmente à presença de crianças corresidentes. Assim como as pequenas diferenças verificadas entre as taxas de participação de homens e mulheres heterossexuais na realização dessas tarefas, essa informação nos remete ao estudo de Singleton e Maher (2004). Para esses autores, durante a segunda metade do século XX, não houve uma transformação significativa nos comportamentos masculinos perante o trabalho doméstico não remunerado, mas, sim, no cuidado com os filhos (SINGLETON; MAHER, 2004).

Dessa forma, neste capítulo, contribuímos para a literatura sobre a divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, à medida que, além de descrevermos como é feita em casais heterossexuais e homoafetivos, identificamos aqueles que mais são realizados nos domicílios brasileiros. Até o presente momento, tal comparação ainda não havia sido feita por estudos quantitativos no país. Embora Barbosa et al. (2019) tenham sido os primeiros a constatarem as diferenças nas jornadas de trabalho doméstico

não remunerado por gênero e orientação sexual, eles apenas consideraram a quantidade de horas dedicadas à sua realização.

Nossa análise também possui limitações. Em primeiro lugar, seu caráter descritivo não nos permite identificar quais são os fatores que levam os indivíduos a executarem as tarefas domésticas rotineiras, as discricionárias e a proverem cuidado em maiores ou menores proporções que seus(suas) respectivos(as) cônjuges. As pesquisas de Gotta et al. (2011), Solomon, Rothblum e Balsam (2005), Civettini (2016) e Quadlin e Doan (2018) nos fornecem pistas sobre a importância que as desigualdades intraconjugais têm sobre esse fenômeno, algo que discutimos com maior profundidade no Capítulo 2.

Também cabe mencionar que, em nossa amostra, não incluímos necessariamente ambos os membros de um mesmo casal, uma vez que, para serem selecionados, deveriam corresidir com seus cônjuges e possuir informações válidas para todas as variáveis de interesse. Isso influenciou consideravelmente a construção das escalas de participação relativa nos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Segundo Pinheiro (2018), ao participarem de pesquisas sobre esse tema, homens e mulheres respondem às perguntas de acordo com seus papéis sociais e as expectativas a eles associadas. Eles tendem a subestimar o próprio envolvimento na realização dessas tarefas, enquanto elas o superestimam. A autora também menciona que mulheres e idosos são os grupos que mais respondem perguntas sobre os trabalhos doméstico e de cuidado. Tais diferenças revelam porque, em nossa amostra, havia mais mulheres do que homens heterossexuais.

Além disso, Pinheiro (2018) ressalta que saber se uma pessoa realiza, ou não, determinada tarefa não é suficiente. É fundamental discernir a intensidade e a frequência com as quais alguém se envolve nos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados (PINHEIRO, 2018). A principal forma de fazê-lo é mensurando o tempo que é gasto com as atividades que os compõem. A partir dos dados da PNAD Contínua, não é possível saber a quantidade de horas dedicadas a cada tarefa. Tem-se apenas o tempo total que foi destinado à realização desses tipos de trabalho na semana de referência.

Nos próximos capítulos investigamos os fatores determinantes para que homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos, aloquem tempo na execução dos afazeres domésticos e de cuidado. Neste exercício, examinamos não só a influência das desigualdades intraconjugais, tradicionalmente abordadas pela literatura, mas também da própria conjugalidade sobre tal fenômeno.

2 – DETERMINANTES DA DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADO ENTRE HOMENS E MULHERES EM UNIÕES HETEROSSEXUAIS E HOMOAFETIVAS

2.1 – Introdução

Trabalho e família são temas relevantes para a sociologia contemporânea (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019). Isso se deve à centralidade dessas esferas na vida social e às maneiras por meio das quais elas se articulam. Se, por um lado, o trabalho remunerado é geralmente exercido fora de casa, por outro, nela, os indivíduos também se deparam com trabalhos a serem realizados: as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas.

O interesse sociológico pela articulação entre atividades remuneradas e não remuneradas se intensificou a partir de mudanças observadas nas famílias formadas por casais heterossexuais, desde a segunda metade do século XX: a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2006), o aumento das taxas de divórcio, e a diminuição das taxas de fecundidade, causando a diminuição do tamanho das famílias (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016). Tais mudanças, entretanto, não provocaram grandes impactos na divisão dos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados: as mulheres continuaram sendo as grandes responsáveis por sua realização. Evidenciou-se, portanto, que a participação na execução dessas tarefas não decorre apenas da atuação, ou não, dos membros dos casais no mercado de trabalho.

Além de representar uma das principais desigualdades de gênero, o diferencial de alocação de tempo em atividades domésticas e de cuidado é também uma das tantas formas através das quais o próprio gênero é criado e reafirmado cotidianamente (WEST; ZIMMERMAN, 1987). Por meio do trabalho doméstico não remunerado, não apenas são reforçadas as obrigações e expectativas sociais que recaem sobre maridos e esposas, mas também se constroem o ser homem e o ser mulher, propriamente ditos (DEUTSCH, 2007; GOLDBERG, 2013; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Na literatura sobre esse tema, especialmente naquela produzida no Brasil, há uma importante lacuna a ser preenchida: pouco se sabe sobre como homens e mulheres, inseridos em contextos familiares que não os formados por casais heterossexuais, dividem as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas. Como essas atividades criam e reafirmam o próprio gênero, é importante conhecer tal dinâmica também em casais do mesmo sexo, para buscar e revelar tanto a dimensão relacional das desigualdades de

gênero, quanto a possibilidade de essas serem utilizadas enquanto ferramentas de exibição de conformidade, referindo-se àquilo que foi chamado de *doing* ou *undoing gender* (CIVETTINI, 2016; DEUTSCH, 2007; GOLDBERG, 2013; POLLITT; ROBINSON; UMBERSON, 2018; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Neste capítulo, procuramos investigar os motivos pelos quais homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos, destinam seu tempo à realização de afazeres domésticos e de cuidado. As seguintes perguntas guiaram essa investigação:

- 1) Quais são os fatores determinantes da alocação de tempo na realização do trabalho doméstico não remunerado para homens e mulheres que moram nos mesmos domicílios que seus respectivos parceiros?
- 2) Qual é a relação entre o tipo de união (heterossexual ou homoafetiva) e a quantidade de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado?

Para respondê-las, analisamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), coletados durante a 5ª visita no ano de 2016. Nas próximas seções, além de revisarmos a literatura sobre esse tema, discutindo as hipóteses explicativas para a alocação de tempo no trabalho doméstico não remunerado à luz de evidências empíricas, também descrevemos os dados utilizados e a estratégia metodológica empregada. Em seguida, apresentamos e discutimos os resultados obtidos.

2.2 – Sobre a divisão intraconjugal de tarefas domésticas e de cuidado

O cerne da literatura sobre trabalho doméstico não remunerado está na investigação da sua divisão entre os membros de famílias formadas por casais heterossexuais. Tais estudos buscam explicar as desigualdades existentes e persistentes em sua distribuição não apenas em termos da quantidade de tempo que cada indivíduo dedica à sua realização, mas também no que concerne aos tipos de atividades pelos quais se responsabilizam (BIANCHI *et al.*, 2000; CIVETTINI, 2016; JOHNSON; GALAMBOS; ANDERSON, 2016; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005). Além de demonstrarem que as mulheres são as principais encarregadas dos afazeres domésticos e de cuidado, essas pesquisas também revelam que elas geralmente se dedicam a tarefas rotineiras como cozinhar, lavar roupa, limpar a casa e fazer as compras de supermercado, enquanto os homens participam menos e são responsáveis por tarefas

discricionárias, como fazer pequenos reparos e cuidar do quintal (CIVETTINI, 2016; PINHEIRO, 2016, 2018; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005).

2.2.1 - Determinantes da alocação do tempo em afazeres domésticos e de cuidado

Três hipóteses se atrevem a explicar as desigualdades na execução de atividades domésticas: 1) a hipótese do ciclo de vida; 2) a dos recursos relativos (capital humano, disponibilidade de tempo e poder de barganha) e 3) a hipótese derivada da perspectiva de gênero.

A abordagem do ciclo de vida pressupõe que a participação na realização de tarefas domésticas varia de acordo com as fases em que os indivíduos se encontram. Essas, por sua vez, são definidas a partir de uma combinação entre sua idade, seu estado civil, a idade de seus filhos e outros marcadores de eventos importantes que ocorrem ao longo de suas vidas (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; PINHEIRO, 2016).

Já a segunda hipótese, a dos recursos relativos, assume que os diferenciais de competências, de disponibilidade de tempo, e de poder de barganha, observados entre os membros dos casais, determinariam a intensidade de suas participações na realização dos afazeres domésticos (BECKER, 1993; BIANCHI *et al.*, 2000; JESUS, 2018).

Em termos de competências, ou seja, a partir do capital humano detido pelos membros do casal, assume-se que o membro que for mais escolarizado ou mais experiente dedicará mais tempo aos trabalhos remunerados uma vez que, relativamente, tais atributos fazem com que ele ou ela possuam maiores chances de sucesso no mercado de trabalho (BECKER, 1993). Alternativamente, o membro do casal que for mais habilidoso para cozinhar, limpar e cuidar de outros residentes do domicílio será aquele que mais se ocupará das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, considerando que possui as habilidades necessárias para a realização das mesmas.

O segundo recurso relativo, a disponibilidade do tempo, aponta para a importância do tempo para a execução dos afazeres domésticos e de cuidado: o membro do casal que possuir mais horas disponíveis será, justamente, aquele que mais se dedicará aos mesmos (PINHEIRO, 2016). Em relação aos diferenciais de competências e de tempo, assume-se que os objetivos dos membros dos casais, além de serem orientados pela racionalidade econômica, coincidem e são voltados à eficiência coletiva. Consequentemente, atribui-se certa harmonia à decisão que fazem a respeito de quem se dedicará a quais tipos de tarefa.

Já o terceiro recurso relativo da segunda hipótese, o poder de barganha, é a capacidade que as pessoas possuem de fazer com que suas vontades individuais prevaleçam em disputas a respeito de quem terá o ônus da execução das tarefas domésticas (JESUS, 2018). Sendo determinado por fatores como gênero, raça, escolaridade e, sobretudo, riqueza e salários, quanto maior o poder de barganha, menor será a dedicação do seu detentor aos afazeres domésticos (JESUS, 2018). Diferentemente das hipóteses do capital humano e da disponibilidade de tempo, o poder de barganha fundamenta-se na ideia de que a realização dessas tarefas, por ser onerosa, é fonte de conflitos entre os membros das famílias, o que os leva a tomarem decisões individualistas a seu respeito.

A terceira hipótese é derivada da perspectiva de gênero, ou seja, é sustentada pela compreensão de que as condutas dos indivíduos são definidas por aspectos psicológicos e sociológicos constituintes das identidades de gênero. Sob tal perspectiva, as tarefas domésticas podem ser vistas tanto como obrigações socialmente designadas aos indivíduos de acordo com seu gênero quanto como uma forma de expressá-lo e produzi-lo na vida cotidiana (WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Ao interpretarmos as desigualdades na participação de homens e mulheres na realização das tarefas domésticas como decorrentes dos diferentes papéis que lhes são socialmente designados, devemos primeiramente entender o que é a divisão sexual do trabalho. Resumidamente, esse seria um fenômeno histórico e social a partir do qual houve a separação e a hierarquização das esferas produtiva e reprodutiva da vida social (HIRATA; KERGOAT, 2007; JESUS, 2018). A primeira compreenderia os trabalhos remunerados, voltados à produção de bens e serviços pertencentes à esfera pública, geralmente atribuídos aos homens e considerados hierarquicamente superiores. Já a segunda esfera da vida social seria constituída pelos trabalhos não remunerados, dirigidos à reprodução da vida, realizados no âmbito privado, que caberiam às mulheres e seriam tidos como inferiores (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

Como consequência dessa divisão, haveria também a naturalização da inserção de homens e mulheres em cada uma dessas esferas, cujas causas seriam atribuídas às diferenças sexuais supostamente intrínsecas. Enquanto a participação dos homens na realização de tarefas domésticas é valorizada e interpretada como “ajuda” (JESUS, 2018), a das mulheres é tida como uma mera decorrência de suas características “naturalmente vantajosas” para a realização de tais atividades, como, por exemplo, “a solicitude e a atenção ao outro” (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016, p. 56), além do

“comprometimento biológico com a produção e a alimentação das crianças” (BECKER, 1993, p. 37–39, tradução nossa).

Definir o “fazer gênero” dessa forma, como uma decorrência natural das diferenças biológicas é, no mínimo, uma interpretação limitada do que constitui o gênero. O gênero é mais do que a consequência da atribuição de diferentes papéis sociais aos indivíduos de acordo com seu sexo biológico, ele é também um produto das nossas interações sociais cotidianas. Em outras palavras, o gênero é um constante fazer que emerge das nossas relações com os outros. No caso deste trabalho em específico, portanto, um fazer que emerge da forma como os membros dos casais dividem as tarefas domésticas (WEST; ZIMMERMAN, 1987, p. 144, tradução nossa):

o que é produzido e reproduzido não é meramente uma atividade e artefato da vida doméstica, mas, sim, a incorporação material dos papéis assumidos por esposas e maridos, derivados das suas condutas femininas e masculinas.

Inspirados pelas ideias de West e Zimmerman (1987), e considerando que os membros de casais homoafetivos pertencem ao mesmo sexo⁸, pesquisadores passaram a investigar a hipótese derivada da perspectiva de gênero examinando se, nesses domicílios, a divisão das tarefas domésticas reforça, neutraliza ou contraria aquilo que é prescrito pelas normas e expectativas sociais referentes aos papéis masculinos e femininos (CIVETTINI, 2016; DEUTSCH, 2007; GOLDBERG, 2013). A próxima seção discute esses estudos.

2.2.2 - A especialização em casais homoafetivos na literatura interacional

Há pesquisas sobre a divisão dos afazeres domésticos entre os membros de casais homoafetivos nos Estados Unidos (CIVETTINI, 2016; GIDDINGS, 1998; JEPSEN; JEPSEN, 2015; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005; WIDISS, 2016), na Europa (ÁLVAREZ BERNARDO; ROMO AVILÉS; GARCÍA BERBÉN, 2018; NICO; RODRIGUES, 2013), no Brasil (CARVALHO, 2020; CARVALHO; PORCHAT, 2018;

⁸ O gênero dos indivíduos será acessado a partir do sexo biológico, uma vez que esta é a única informação disponível na PNAD Contínua. É importante enfatizar, no entanto, que sexo e gênero são palavras que possuem significados e implicações diferentes. Se, por um lado, na teoria feminista, o primeiro seria uma espécie de origem natural, enquanto o segundo seria um destino cultural (SCOTT, 1995), por outro, na teoria queer, proposta por Butler (2020, p. 56), “o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra”.

HEILBORN, 2004), na África do Sul (ADEAGBO, 2015) e uma multisituada, cujo objetivo foi comparar diversos países (BAUER, 2016).

Solomon, Rothblum e Balsam (2005) compararam como os membros de casais estadunidenses, em diferentes tipos de uniões, lidavam com a divisão das tarefas domésticas, separando-as entre aquelas que são rotineiras e discricionárias. Utilizando uma escala de participação relativa na realização dessas atividades, os autores buscaram observar como os resultados, obtidos pelos indivíduos, eram influenciados por variáveis relacionadas à orientação sexual, à divisão das finanças entre eles e seus parceiros, ao regime de tempo do emprego e à quantidade de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas.

Solomon, Rothblum e Balsam (2005) verificaram que, para as mulheres, a orientação sexual, a diferença de rendimento, a contribuição para as finanças conjuntas e o número de horas gastas com trabalho doméstico na semana contribuíram significativamente para explicar a divisão dos afazeres domésticos rotineiros. Já para os homens, apenas a orientação sexual e o tempo dedicado à realização dessas tarefas como um todo se mostraram significativas. Estar em um relacionamento homoafetivo foi o preditor mais importante de suas participações na realização dos afazeres domésticos. Além disso, em relação às atividades discricionárias, os autores observaram que, tanto entre os homens quanto entre as mulheres, a orientação sexual foi o único determinante a obter resultados estatisticamente significativos.

Apesar de apontar para a importância da conjugalidade, o estudo de Solomon, Rothblum e Balsam (2005) possui uma série de limitações. A nosso ver, a principal delas consiste na inclusão do tempo dedicado aos afazeres domésticos como covariável e não como variável dependente. Outra que merece destaque é a estratégia de coleta de dados utilizada. Ao enviarem 400 questionários aos casais homoafetivos, cujos registros civis haviam sido feitos no estado de Vermont, os autores obtiveram também os contatos de seus amigos, membros de casais gays e lésbicos, e irmãos e irmãs que estavam em casais heterossexuais, os quais foram incluídos na pesquisa. Por um lado, isso fez com que houvesse importantes semelhanças entre os entrevistados, em termos de raça, idade, *background* familiar e tempo de relacionamento, o que favoreceu as comparações realizadas entre casais heterossexuais e homoafetivos. Por outro, apenas incluíram na amostra os entrevistados que, além de estarem em uniões civis homoafetivas, também estivessem dispostos a fazer contato com irmãos e amigos que pudessem ser indicados à pesquisa (SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005).

Bauer (2016) realizou exercício semelhante ao feito por Solomon, Rothblum e Balsam (2005), embora tenha optado por utilizar uma fonte diferente de dados: a pesquisa *Generations and Gender Survey* (GGS) - realizada na Áustria, Bélgica, França, Holanda, Noruega, Suécia e Austrália, em 2002 e 2013. Em seu estudo, casais gays e lésbicos mostraram dividir as tarefas domésticas e de cuidado de uma forma mais igualitária do que os casais heterossexuais. Além disso, o autor também verificou que quanto menores eram as diferenças de rendimento e escolaridade entre os membros dos casais, mais equilibradas eram suas participações nessas atividades. No entanto, como ele mesmo ressalta, deve-se considerar que a diferença de rendimento pode ser consequência e não causa da especialização (BAUER, 2016). Já a presença de, pelo menos, um filho com menos de 18 anos de idade, fez com que casais heterossexuais e lésbicos dividissem os afazeres domésticos e de cuidado de forma mais desigual.

Diferentemente de Bauer (2016), Jepsen e Jepsen (2015) observaram que casais gays apresentam maiores índices de especialização e, por isso, se assemelhariam mais aos casais heterossexuais do que aos lésbicos. Segundo esses autores, isso poderia ser explicado por dois motivos principais. Considerando que homens possuem maiores rendimentos médios, eles argumentam que a presença de um membro cujo salário é maior pode incentivar casais heterossexuais e gays a se decidirem pela especialização, embora os últimos o façam em menor grau. Jepsen e Jepsen (2015) também alegam que, devido à ausência do que chamam de exemplos públicos, não existe a expectativa social de que casais homoafetivos, no geral, se especializem, ou seja, seus membros teriam maior liberdade para fazerem essa escolha e, por esse motivo, se especializam menos que os casais heterossexuais. Ao discutirem essa mesma questão, Pollitt, Robimson e Umberson (2018) afirmam que, na verdade, a expectativa social que recai sobre tais casais é a de que sejam mais igualitários.

Goldberg e Perry-Jenkins (2007) mostram que, em casais lésbicos com filhos recém-nascidos, as mães biológicas costumam ser aquelas que mais se dedicam tanto às tarefas domésticas quanto às de cuidado. Para as autoras, isso se deve a duas causas: além de serem as responsáveis pela amamentação, as mães biológicas também são, geralmente, as que possuem vínculos legais com seus filhos, o que lhes permite acessar uma série de direitos e benefícios, atrelados à participação ativa no cuidado com a prole. Outras pesquisas também apontam para o fato de que, em casais lésbicos, tais desigualdades seriam fontes de conflitos, gerando ressentimento e insatisfação nas mulheres que os compõem (ÁLVAREZ BERNARDO; ROMO AVILÉS; GARCÍA BERBÉN, 2018;

GOLDBERG, 2013; HERRERA, 2007; NICO; RODRIGUES, 2013). Isso, no entanto, não fora observado entre homens que fazem parte de casais gays.

Civettini (2016), por sua vez, interessada em observar como as tarefas domésticas podem servir como instrumentos de exibição do gênero, aplicou, entre os anos de 2007 e 2009, um *websurvey*, voltado a casais gays e lésbicos residentes nos Estados Unidos. A autora observou que, para os entrevistados, o trabalho doméstico não remunerado era, na verdade, uma ferramenta de exibição não normativa do gênero, encontrando importantes diferenças entre os casais gays e lésbicos (CIVETTINI, 2016). Se, por um lado, as mulheres lésbicas evitavam a realização de tarefas domésticas rotineiras como uma forma de demonstrarem traços estereotípicos de masculinidade, por outro, homens gays as executavam como uma maneira de exibirem atributos estereotípicos de feminilidade. Além disso, Civettini (2016) também verificou que as variáveis de recursos relativos não foram determinantes significativos para as medidas proporcionais de realização dos afazeres domésticos rotineiros.

2.2.3 - Divisão dos afazeres domésticos e de cuidado no Brasil: a conjugalidade ainda é uma questão incipiente

No Brasil, as hipóteses do ciclo de vida, dos recursos relativos e da perspectiva de gênero apenas foram exploradas por pesquisas voltadas à divisão dos afazeres domésticos entre os membros de casais heterossexuais, a maioria delas utilizando dados coletados pela PNAD para a realização de análises de caráter descritivo (PINHEIRO, 2018). Pinheiro (2018) afirma que os determinantes da alocação de tempo na execução dessas tarefas ainda não receberam a devida atenção da literatura nacional sobre esse tema.

Bruschini (2006), por exemplo, a partir da PNAD de 2002, ao comparar a quantidade de tempo dedicada a esses afazeres por homens e mulheres, observou que a diferença era, em média, de 11 horas semanais. Em geral, seus resultados corroboram as hipóteses do ciclo de vida e dos recursos relativos, especialmente, no que se refere à disponibilidade de tempo. Em contrapartida, Soares (2008), utilizando dados da PNAD de 2006, nos fornece fortes indicativos para sua rejeição, principalmente, em relação ao poder de barganha. A autora verificou que as mulheres, mesmo quando eram responsáveis pelos domicílios, dedicavam mais tempo às tarefas domésticas.

Quanto ao capital humano, Bruschini (2006) observou que ele, na verdade, contribuiria para a diminuição das diferenças entre homens e mulheres, uma vez que

indivíduos altamente escolarizados e com rendimentos relativamente altos podem contratar serviços domésticos, ou seja, podem delegar sua realização a outras mulheres, geralmente, negras, pobres e pouco escolarizadas (ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; PINHEIRO, 2018; PINHEIRO *et al.*, 2019). Em todos os cenários analisados por essas autoras, as mulheres eram aquelas que mais se dedicavam à realização das tarefas domésticas (BRUSCHINI, 2006; BRUSCHINI; RICOLDI, 2012; SOARES, 2008; SOARES; SABÓIA, 2007).

Pinheiro (2018) investigou os fatores determinantes da participação e alocação de tempo na realização das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, para homens e mulheres brasileiros, membros de casais heterossexuais, que possuíam de 18 a 65 anos de idade. A partir das PNADs coletadas entre os anos de 2001 e 2015, a autora observou que duas importantes mudanças aconteceram nesse período: por um lado, as mulheres diminuíram a quantidade de horas que dedicavam semanalmente a estes afazeres. Por outro, os homens aumentaram sua taxa de participação na realização de trabalho doméstico, ao mesmo tempo em que suas jornadas não se alteraram.

Além disso, em sua pesquisa, Pinheiro (2018) também verificou que o sexo foi a principal variável explicativa, ou seja, aquela responsável pela maior parte da variância de seus modelos, indicando a persistência da divisão sexual do trabalho no Brasil. Quando calculados separadamente para homens e mulheres, não só houve a diminuição dos ajustes dos mesmos, como também foram obtidas diferenças importantes entre esses grupos. A participação das mulheres nas tarefas domésticas e de cuidado e o tempo que elas gastavam com as mesmas foram mais sensíveis às hipóteses, anteriormente mencionadas, do que o envolvimento e as jornadas dos homens.

Em relação à hipótese do ciclo de vida e das características sociodemográficas, a autora constatou que, para homens e mulheres, a idade não produziu efeitos significativos sobre a participação e as horas de trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados (PINHEIRO, 2018). A relação que possuíam com o responsável por seus domicílios foi relevante para ambos os grupos, embora tenha apresentado efeitos contrários. Entre as mulheres, ser cônjuge significava aumentar o tempo dedicado a tais trabalhos. Entre os homens, essa mesma condição diminuía tanto as horas quanto a taxa de atuação na realização desses afazeres. Pinheiro (2018) observou algo similar a respeito da escolaridade. Enquanto os homens mais instruídos gastavam mais tempo com os afazeres domésticos, as mulheres mais escolarizadas o diminuía. Segundo a autora, isso indica que a educação atua em diferentes sentidos de acordo com o gênero. Para homens, ela

significa mudanças culturais em relação aos padrões de gênero. Para mulheres, ela representa a possibilidade de maiores salários que, conseqüentemente, as torna capazes de contratarem serviços domésticos substitutos. Além disso, Pinheiro (2018) observou que, entre elas, o tipo de união em que estavam também importava: aquelas que estavam em uniões estáveis obtiveram jornadas de trabalho doméstico menores do que as que as haviam formalizado. Isso estaria associado ao fato de que estavam em relações menos tradicionais.

As hipóteses dos recursos relativos apenas obtiveram os resultados esperados para os homens, ou seja, quanto mais recursos possuíam em relação a suas cônjuges, menos eles se dedicavam aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados (PINHEIRO, 2018). Para as mulheres, em contrapartida, Pinheiro (2018) verificou que, independentemente de estarem, ou não, em posições de vantagem em comparação com seus maridos, elas gastavam mais tempo com a realização dessas tarefas.

A autora também examinou como a presença de outras pessoas no domicílio pode, ou não, impactar a participação e as horas dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidado por homens e mulheres. Nesse sentido, Pinheiro (2018) observou que outros adultos diminuía as chances de realizá-los de formas semelhantes para ambos os grupos. Porém, seus efeitos sobre as jornadas variaram de acordo com o gênero de quem deu e de quem recebeu a “ajuda”. A presença de outras mulheres adultas diminuía o tempo dedicado a essas tarefas por ambos os cônjuges. Já a presença de outros homens adultos apenas fazia o mesmo para os maridos, aumentando as jornadas de trabalho doméstico para as mulheres. Idosos, por sua vez, ampliavam o tempo que elas dedicavam às tarefas domésticas e de cuidado, apesar de reduzirem as taxas de atuação de homens e mulheres. Em relação aos filhos, Pinheiro (2018) declarou que a presença dos mesmos nos domicílios produzia efeitos maiores sobre as jornadas do que sobre as taxas de realização dos afazeres domésticos e de cuidado. Quanto mais novos e, conseqüentemente, mais dependentes, maiores eram tais efeitos. Quando eram mais velhos, adolescentes, eles diminuía o tempo que seus pais dedicavam aos afazeres domésticos e de cuidado. No entanto, para as mães, isso dependia do gênero deles: meninos faziam com que gastassem mais horas com tais tarefas, e meninas com que destinassem menos horas.

Pinheiro (2018) também obteve resultados relativos à cor/raça dos indivíduos. A autora verificou que homens e mulheres negros possuíam mais chances de realizar os trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados do que homens e mulheres brancos. Além disso, homens negros também dedicavam mais tempo a tais atividades do que

homens brancos, embora tal variável não tenha sido relevante para as jornadas femininas. Pinheiro (2018) também constatou que, por um lado, as hipóteses dos determinantes de alocação do tempo na realização dos afazeres domésticos produziram efeitos semelhantes em homens e mulheres de ambos os grupos raciais comparados. Por outro, tais efeitos diferiram em intensidade. Em geral, suas influências mais acentuadas foram observadas entre as mulheres brancas, seguidas pelas mulheres negras, homens brancos e homens negros.

Não encontramos nenhum estudo que, além de ter sido realizado no Brasil, abordasse a divisão das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas em casais homoafetivos a partir das hipóteses anteriormente descritas. Nesse país, tais pesquisas ainda são escassas e, em sua maioria, usam métodos qualitativos.

Heilborn (2004), entre o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, entrevistou homens e mulheres que, além de estarem em relacionamentos heterossexuais e homoafetivos igualitários, tinham entre 36 e 46 anos de idade e pertenciam às camadas médias cariocas⁹. Nessa pesquisa, a autora analisou como tais indivíduos articulavam suas crenças e discursos igualitários com suas práticas relacionais cotidianas. Ao abordar como tais casais dividiam as tarefas domésticas e o cuidado com seus filhos, a autora nos mostra que eles, na verdade, tensionavam constantemente ideais de tradição e modernidade (HEILBORN, 2004).

Essa tensão era ainda mais forte entre homens e mulheres heterossexuais. Em suas entrevistas, eles simultaneamente afirmavam seu comprometimento com a divisão igualitária dessas tarefas e reconheciam o maior envolvimento de suas parceiras (HEILBORN, 2004). Já as mulheres de mesma orientação sexual enfatizavam a inabilidade de seus cônjuges para realizá-las, chegando, até mesmo, a infantilizá-los (HEILBORN, 2004). Segundo Heilborn (2004), também havia uma importante distinção entre homens gays e mulheres lésbicas.

A autora observou que, para os homens em casais homossexuais, dividir os afazeres domésticos de forma equilibrada significava suprimir a possibilidade de que a feminilidade se tornasse um princípio organizador de suas relações (HEILBORN, 2004). Para as mulheres lésbicas, essas tarefas se encontravam naturalizadas, não sendo,

⁹ Heilborn (2004) defende que tais grupos eram, naquela época, a vanguarda brasileira dos comportamentos igualitários e sexuais. A autora destaca que suas vidas foram fortemente influenciadas pelos movimentos *hippie*, de contracultura e feministas das décadas de 1960 e também por experiências de exílio no exterior durante a ditadura militar (HEILBORN, 2004).

portanto, fonte de conflitos ou preocupações (HEILBORN, 2004). Heilborn (2004) também afirma que, nos casais homoafetivos, as participações de seus membros na realização do trabalho doméstico se davam conforme suas habilidades e preferências. Disso, a autora conclui que:

na comparação entre as três modalidades de casal, o heterossexual desponta como o que expressa maior complementariedade, e o casal feminino o que exibe maior simetria. O par gay encontra-se em uma posição intermediária. A demanda da não distinção no tópico do trabalho doméstico e do cuidado da relação atestam, em verdade, a aproximação de um domínio que não é o do papel social conectado ao sexo masculino, apesar de o modelo gay moderno buscar de algum modo a diminuição dessa distância (HEILBORN, 2004, p. 189).

Carvalho (2020), assim como Civettini (2016), também investigou a relação entre conformidade ao gênero e a divisão das tarefas domésticas. A partir de entrevistas realizadas com os membros de três casais gays, residentes no interior de São Paulo, o autor observou que, entre eles, a divisão do trabalho doméstico não remunerado era influenciada pelos costumes de suas famílias de origem, por questões relativas ao companheirismo e às necessidades daqueles que os compõem.

Barbosa et al. (2019) foram os únicos a investigarem a quantidade de tempo que homens e mulheres em casais homoafetivos brasileiros dedicam à realização dos afazeres domésticos e de cuidado. A partir de dados da PNAD Contínua de 2016 a 2019, os autores demonstraram que mulheres em casais lésbicos gastavam, em média, 17 horas semanais realizando afazeres domésticos (7 horas a menos do que as mulheres em casais heterossexuais), enquanto homens em casais gays dedicavam, em média, 14 horas (3 horas a mais do que os homens em uniões heterossexuais). Tendo a discriminação no mercado de trabalho como principal foco, eles não investigaram quais são os determinantes da alocação do tempo nessas tarefas para esses grupos. Apenas as consideraram, pois, conforme a literatura, podem impactar a inserção dos indivíduos em trabalhos remunerados.

O presente trabalho contribui para a elucidação desse fenômeno à medida em que utilizamos a quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos como variável a ser explicada, e não explicativa, como fizeram Solomon, Rothblum e Balsam (2005) e Civettini (2016). No Brasil, esse é o primeiro estudo a usar dados da PNAD Contínua para testar simultaneamente as hipóteses sobre o ciclo de vida, a distribuição de recursos relativos e a perspectiva de gênero como potenciais explicações para a desigualdade na alocação de tempo em atividades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres, tanto

em casais heterossexuais quanto homoafetivos. A seguir apresentamos os métodos empregados em tal análise.

2.3 - Métodos

Utilizamos dados da quinta rodada de entrevistas da PNAD Contínua de 2016, uma pesquisa amostral, nacional e domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cuja abrangência geográfica é todo o território nacional, exceto as áreas com características especiais, possuindo as capitais como menor nível de agregação. Realizada trimestralmente, essa pesquisa usa um esquema de rotação, no qual os domicílios entrevistados em determinado mês devem permanecer fora da amostra por dois meses consecutivos, para, posteriormente, voltarem, repetindo essa sequência cinco vezes em um ano.

Além de conter perguntas permanentes sobre as características sociodemográficas dos indivíduos, como, por exemplo, escolaridade e trabalhos remunerados, tal pesquisa também capta, na quinta rodada de entrevistas, informações adicionais sobre outras formas de trabalho, dentre as quais estão as tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas realizadas no próprio domicílio ou em domicílios de parentes. Tal entrevista, por ter sido feita em todos os domicílios que compõem a amostra da PNAD Contínua, contém dados coletados em cada um dos quatro trimestres do ano de 2016.

Em nossa amostra, apenas foram incluídos homens e mulheres que residiam nos mesmos domicílios que seus parceiros¹⁰, independentemente de suas idades, do *status* de suas uniões¹¹ e da presença de filhos ou outros moradores. Além disso, também selecionamos os indivíduos que apresentaram valores válidos para todas as variáveis de interesse. Naqueles casos em que estavam desempregados, transformamos seus valores *missing* de rendimento mensal e horas trabalhadas fora de casa em nulos, para que permanecessem em nossa amostra. Tais escolhas, portanto, podem ter gerado vieses de seleção que influenciam nossos resultados.

¹⁰ No Censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu, pela primeira vez, a categoria “Cônjuge do mesmo sexo” como uma resposta possível para sua pergunta referente à relação do entrevistado com o responsável pelo domicílio. Na PNAD, tal categoria apenas passou a ser utilizada em 2012. Embora tenha sido um importante avanço no sentido de reconhecer a existência de famílias compostas por casais homossexuais (Browne 2018), é importante observar que não possuímos estatísticas oficiais que digam respeito, especificamente, às orientações sexuais e às identidades de gênero da população brasileira.

¹¹ O estado civil dos entrevistados não pode ser acessado por meio da PNAD Contínua.

A Tabela 4 mostra as médias e as proporções das variáveis utilizadas na nossa investigação. A amostra das mulheres possui um ano a mais de escolaridade que seus(suas) cônjuges, possui rendimento domiciliar *per capita* e salário horário cerca de R\$ 69,6 e R\$2,8 menores respectivamente, e trabalham (fora de casa) cerca de 5,6 horas a menos por semana do que seus(suas) cônjuges. O maior diferencial entre homens e mulheres está no número de horas dedicadas ao cuidado de pessoas e às atividades domésticas. Mulheres gastam 77 por cento a mais de horas nestas atividades do que os homens. A tabela também mostra que a proporção amostral de homens e mulheres que possuem filhos com menos de cinco anos (23%), que se encontram em relacionamentos conjugais com pessoas do mesmo sexo (0,5%), e que residem em domicílios nos quais há empregada doméstica trabalhando em tempo integral¹² (0,1%) é praticamente a mesma. Em nossa análise, não incluímos variáveis referentes à cor/raça dos indivíduos, pois, em testes preliminares, seus efeitos não foram estatisticamente significativos.

¹² Na PNAD Contínua, apenas é possível verificar se há a contratação de serviços domésticos em um determinado domicílio se o empregado residir em seu local de trabalho. Para que isto seja identificado, portanto, é necessário observar a relação dos entrevistados com os responsáveis pelos domicílios.

TABELA 4 - Médias e proporções de variáveis no banco de dados por sexo. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | <u>Homens</u> | <u>Mulheres</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Médias | | |
| Horas semanais de trabalho doméstico e de cuidado | 11,03*** (0,0898) | 19,51*** (0,1430) |
| Anos de idade | 42,38*** (0,1220) | 39,74*** (0,1020) |
| Diferencial de escolaridade | -1,012*** (0,0288) | 1,024*** (0,0272) |
| Renda domiciliar | 1.851,9*** (33,8500) | 1.782,3*** (30,7200) |
| Diferencial de salário/hora | 2,817*** (0,1960) | -2.857*** (0,1880) |
| Diferencial de horas trabalhadas | 5,372*** (0,1380) | -5,645*** (0,1280) |
| Proporções | | |
| Filhos <= 5 anos | 0,235*** (0,0039) | 0,225*** (0,0036) |
| Filhos >= 6 anos | 0,489*** (0,0053) | 0,493*** (0,0049) |
| 1 = casal homoafetivo | 0,00499*** (0,0008) | 0,00547*** (0,0009) |
| 1 = empregado doméstico em tempo integral | 0,00135*** (0,0004) | 0,00130*** (0,0003) |
| 1 = domicílio em área urbana | 0,910*** (0,0021) | 0,906*** (0,0020) |
| Porção de valores discrepantes | 0,00764*** (0,0009) | 0,00682*** (0,0008) |
| Observações | 25.756 | 29.363 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

Nossa estratégia metodológica foi organizada em duas etapas. A primeira consistiu em estimar a associação entre o número de horas dedicadas às atividades de cuidado e trabalho doméstico e uma série de covariáveis, que representam as três hipóteses de interesse. Para isso, utilizamos modelos de mínimos quadrados ordinários (MQO), separados para homens e mulheres. Esses modelos são formalizados pela seguinte equação matricial:

$$y^s = H1\beta_1 + H2\beta_2 + H3\beta_3 + X\beta_4 + \varepsilon \quad (1)$$

y^s é um vetor específico por sexo de observações individuais da variável dependente, o número de horas dedicadas ao cuidado e aos afazeres domésticos; H1, H2 e H3 são matrizes contendo observações das variáveis independentes correspondendo às três hipóteses testadas, e X é um vetor contendo observações referentes às variáveis de

controle. Os β s são vetores contendo o componente sistemático dos modelos, os coeficientes a serem estimados; e ε é um vetor contendo o componente estocástico, os termos de erro da regressão. As hipóteses testadas são representadas pelas seguintes covariáveis:

H1 – Ciclo de vida: idade declarada dividida em cinco categorias binárias (até 24 anos; 25 a 44 anos; 45 a 54 anos; 55 a 64 anos; 65 ou mais anos de idade).

H2 – Distribuição relativa de recursos humanos e financeiros: tercis binários dos diferenciais entre os anos de estudos, o salário horário e o número de horas trabalhadas fora de casa do(a) chefe e do(a) cônjuge do domicílio. Além disso, incluímos também variáveis binárias para captar os quintis da renda domiciliar *per capita*, a fim de inferir a classe econômica do domicílio. O Apêndice C descreve a correspondência entre esses tercis e os diferenciais contínuos, a partir das seguintes medidas: valor mínimo, valor máximo, média, desvio padrão e o número de observações. Tais medidas também foram calculadas para os quintis referentes à renda domiciliar *per capita* e sua variável contínua.

H3 – Perspectiva de gênero: essa hipótese é representada pelo *status* marital dos indivíduos (se heterossexual ou homoafetivo) e pela sua interação com os diferenciais salariais, de escolaridade e de horas trabalhadas. Além disso, para captarmos a existência da “penalidade materna”, incluímos, nessa hipótese, variáveis indicadoras da presença de filhos com até cinco anos e filhos cujas idades variavam entre 6 e 18 anos no domicílio¹³.

X – Controles: variáveis indicadoras da presença de empregada doméstica que reside no domicílio, cujo objetivo é apontar para a capacidade que os indivíduos possuem de delegar os afazeres domésticos e de cuidado, do *status* domiciliar urbano, uma vez que, segundo Bruschini (2006), no meio rural, tais tarefas tendem a se confundirem com as atividades remuneradas, e da presença de pontos

¹³ Apesar de Pinheiro (2018), em sua pesquisa, indicar a importância da presença de outros adultos e idosos no domicílio, não incluímos variáveis a este respeito em nossa análise, uma vez que, a partir da PNAD Contínua, não é possível identificar se tais indivíduos possuem, ou não, doenças crônicas ou quaisquer deficiências que podem fazer com que necessitem de cuidados providos por terceiros.

discrepantes, sinalizando a presença de 310 observações discrepantes, isso é, valores atípicos, concentrados no 15º percentil da distribuição qui-quadrática, entre os dados utilizados¹⁴ (BILLOR; HADI; VELLEMAN, 2000; WEBER, 2010).

A segunda estratégia metodológica consiste em, a partir dos modelos estimados, comparar as horas preditas entre tipos ideais masculinos e femininos, assumindo que esses dois arquétipos tenham as mesmas características observáveis. Nessas comparações, enfatizamos perfis contrafactuais nos quais as desigualdades de atributos entre homens e mulheres, em uniões heterossexuais e também homossexuais, seriam máximas (Figura 10) e mínimas (Figura 11)¹⁵. Tais simulações nos permitem mostrar, por exemplo, qual é a combinação de características que condicionam o número de horas de trabalho doméstico trabalhadas por homens e mulheres com diferentes perfis maritais e socioeconômicos, enfatizando aqueles que tornam as desigualdades de gênero menores e também os que as tornam mais evidentes.

2.4 – Resultados

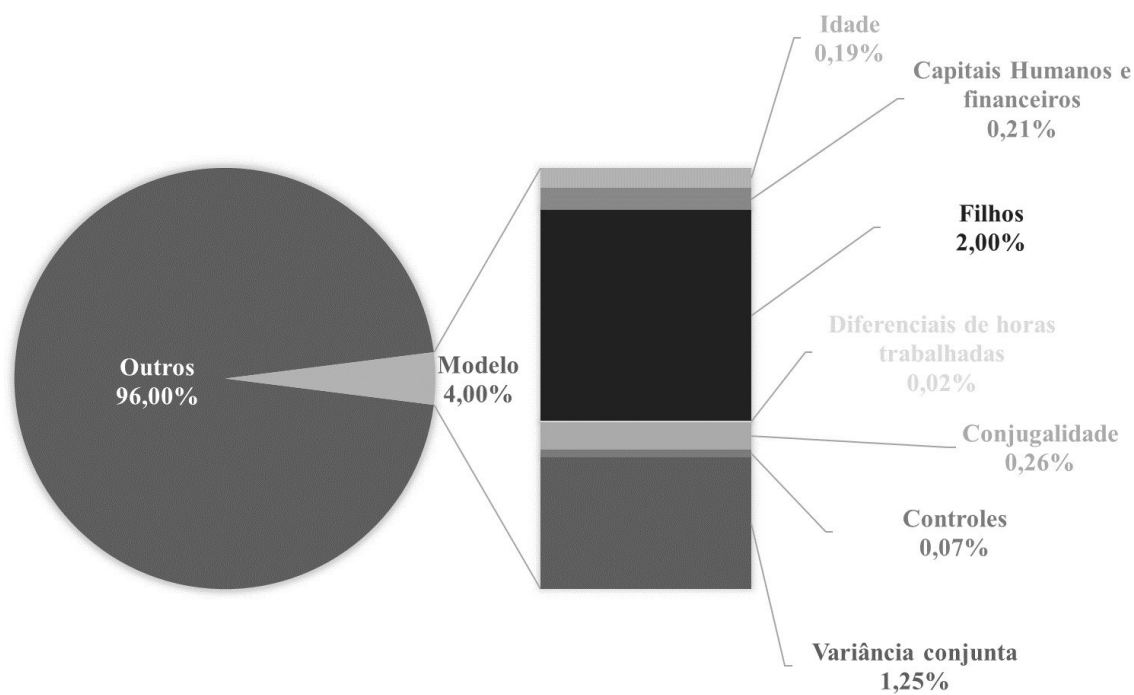
Nesta seção, discutimos os resultados obtidos por meio dos modelos MQO, calculados separadamente para homens e mulheres. A partir deles, pretendíamos testar a validade das hipóteses do ciclo de vida, dos recursos relativos e da perspectiva de gênero, sendo elas as principais abordagens explicativas para a alocação de tempo nos afazeres domésticos e de cuidado encontradas na literatura sobre esse tema.

As Figuras 7 e 8 mostram a decomposição dos coeficientes de determinação dos modelos estimados para a amostra de homens e mulheres. De acordo com Grömping (2007) e Huettner e Sunder (2012), esse procedimento é importante, à medida em que, além de revelar a contribuição dos preditores individuais para o ajuste dos modelos, também permite comparar a importância de cada um deles com a relevância de fatores não observados.

¹⁴ Para identificarmos os valores discrepantes mencionados, utilizamos o comando *bacon*, computacionalmente implementado por Weber (2010) no *software* STATA. Tal comando, portanto, nos permitiu observar os valores atípicos a partir da combinação de todas as covariáveis que foram inseridas em nossos modelos de mínimos quadrados comuns.

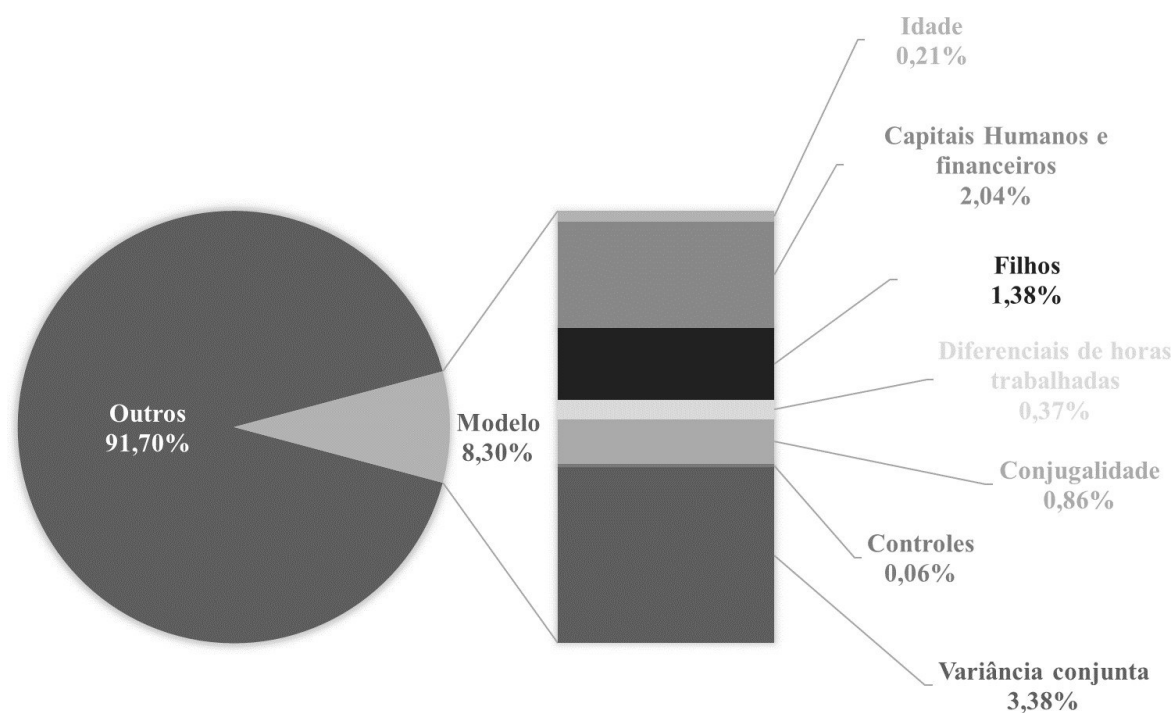
¹⁵ Estas simulações e os efeitos marginais apresentados (Figura 9) foram produzidos utilizando o programa criado por Jann (2014).

FIGURA 7 - Decomposição da variância de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

FIGURA 8 - Decomposição da variância de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, mulheres em uniões, 2016.

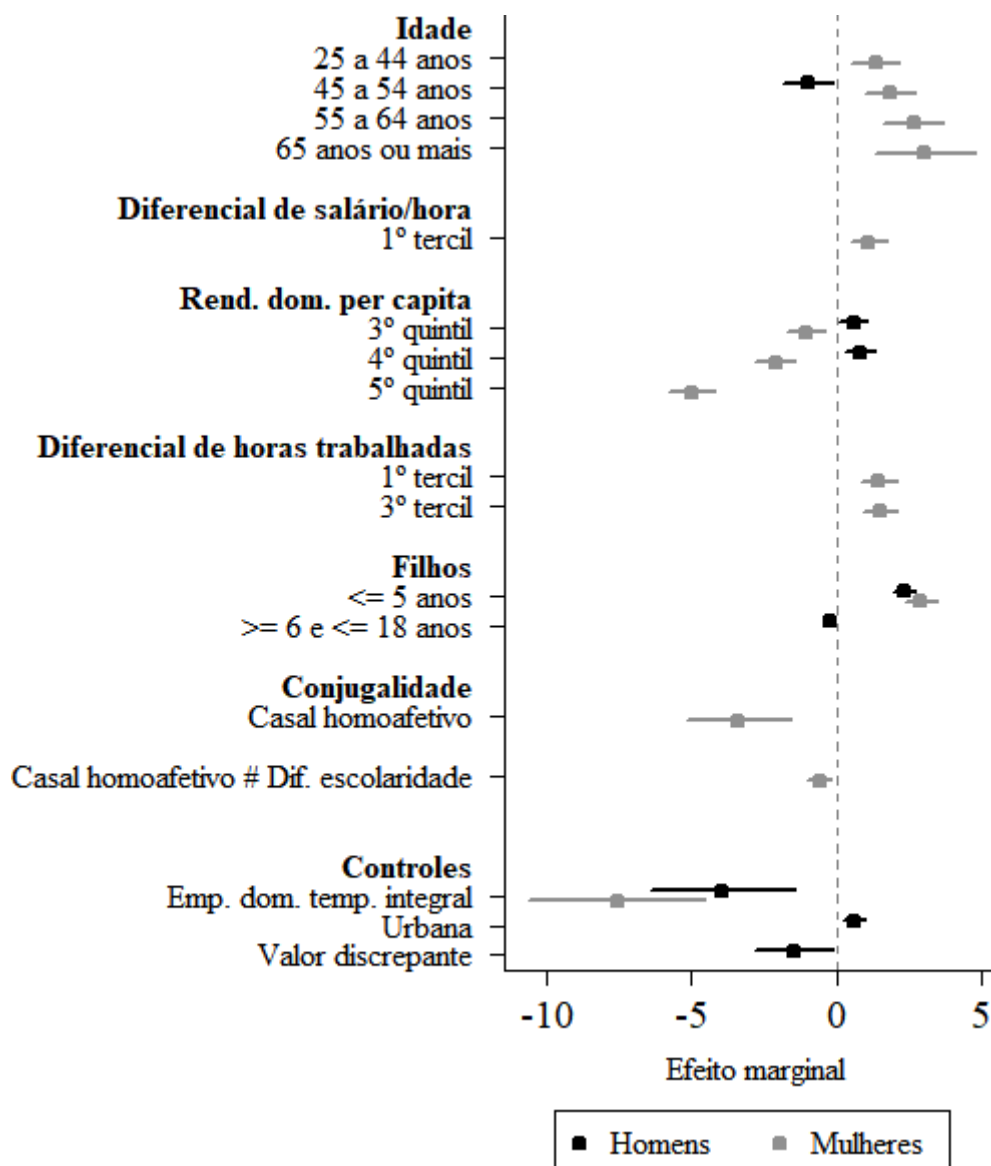


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

As covariáveis do modelo estimado para as mulheres estão associadas a uma parcela maior da variância do número de horas dedicadas ao cuidado e ao trabalho doméstico do que no caso dos homens. Para os homens, ter filhos (pequenos) em casa explica cerca de metade da variabilidade da variável dependente explicada pelo modelo. Já para as mulheres, a maior parte da variabilidade da variável dependente está atrelada não apenas ao número de crianças com menos de cinco anos presentes no domicílio, mas também aos diferenciais intraconjugais de escolaridade e renda por hora, e à variação conjunta de todas as hipóteses consideradas. O tempo dedicado às atividades domésticas pelas mulheres é, portanto, muito mais sensível às hipóteses consideradas do que o dos homens, ainda que, conjuntamente, as covariáveis avaliadas sejam responsáveis por menos de 10 por cento da variabilidade da variável dependente.

A Figura 9 apresenta os efeitos marginais das variáveis estatisticamente significativas. Os efeitos marginais, contidos no eixo horizontal, representam o acréscimo no número de horas dedicadas ao trabalho doméstico em função de uma variação unitária nas covariáveis do modelo, caso elas sejam contínuas, e as diferenças observadas entre categorias, para aquelas que são binárias. Nesta seção, analisamos esses resultados em conjunto com aqueles apresentados nos Apêndices D e E, relativos aos modelos estimados separadamente para homens e mulheres.

**FIGURA 9 - Efeitos marginais das covariáveis estatisticamente significativas.
Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Notas: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Apenas variáveis estatisticamente significativas foram incluídas nessa figura.

2.4.1 - Hipótese do ciclo de vida

Em relação às variáveis indicadoras de faixa etária, representantes da hipótese do ciclo de vida, observamos que todas apresentaram efeitos estatisticamente significativos para as mulheres. Enquanto aquelas cujas idades estavam nas faixas etárias de 25 a 44, 45 a 54 e 55 a 64 anos gastavam, respectivamente, 1h21min58s (1,366h), 1h54min3s

(1,901h) e 2h41min2s (2,684h) a mais com a realização dos afazeres domésticos do que as mulheres que possuíam menos de 24 anos, a categoria de referência utilizada, as que tinham mais de 65 anos o faziam por, aproximadamente, 3h3min32s (3,059h) a mais. Já para os homens, apenas a variável binária referente à faixa de 45 a 54 anos foi estatisticamente significativa. Aqueles que possuíam entre 45 e 54 anos dedicavam, aproximadamente, 57min39s (0,961h) a mais às tarefas domésticas e de cuidado do que os homens que tinham menos de 24 anos de idade. Tais resultados, portanto, indicam que mulheres mais velhas destinavam mais tempo às atividades domésticas do que homens e mulheres mais jovens.

2.4.2 - Hipótese dos recursos relativos

Como indicam a Figura 9 e os Apêndices D e E, as variáveis correspondentes aos tercis dos diferenciais de escolaridade entre os membros dos casais, representantes da hipótese dos recursos relativos, associadas ao capital humano, não apresentaram resultados estatisticamente significativos para os homens nem para as mulheres. Por outro lado, a variável equivalente ao primeiro tercil dos diferenciais intraconjugais de renda por hora, relacionada, por sua vez, ao poder de barganha, foi estatisticamente significativa para as mulheres. Entre elas, receber menos do que seus(suas) cônjuges significava dedicar 1h7min48s (1,13h) a mais ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado do que aquelas que estavam no segundo tercil, ou seja, que recebiam, aproximadamente, os mesmos valores que seus parceiros e parceiras.

Ainda no que se refere ao rendimento dos indivíduos, tem-se que os modelos estimados também mostram que mulheres com maior rendimento domiciliar *per capita* tendem a gastar menos horas em atividades domésticas. Aquelas que se encontravam no topo da distribuição, no último quintil, gastam cerca de 4h57min32s (4,959h) a menos com essas tarefas do que as que estavam no primeiro quintil. Diferentemente, para os homens, estar no quinto quintil da distribuição de renda domiciliar *per capita* não apresentou efeitos estatisticamente significativos. Entre eles, apenas o terceiro e o quarto quintis obtiveram resultados estatisticamente significativos, representando aumentos de, aproximadamente, 36min14s (0,604h) e 50min45s (0,846h) nos tempos semanais destinados às tarefas domésticas não remuneradas em relação àqueles que estavam na categoria de referência.

Já as últimas variáveis componentes da hipótese dos recursos relativos, os tercís referentes aos diferenciais de horas trabalhadas remuneradamente, correspondentes à disponibilidade de tempo, apenas foram estatisticamente significativas para mulheres. Quando possuíam jornadas de trabalho mais curtas do que seus respectivos(as) cônjuges, elas tendiam a gastar 1h29min2s (1,484h) a mais com as tarefas domésticas do que aquelas cujos diferenciais em relação a seus respectivos parceiros e parceiras eram nulos. Ao contrário do que esperávamos conforme tal hipótese, mesmo quando eram os membros dos casais que possuíam as jornadas mais extensas de trabalho remunerado, as mulheres dedicavam cerca de 1h32min24s (1,54h) a mais à realização dos afazeres domésticos.

2.4.3 - Hipótese derivada da perspectiva de gênero

Quanto às variáveis que utilizamos para testar hipóteses derivadas da perspectiva de gênero, observamos que, enquanto os resultados obtidos para a quantidade de filhos pequenos nos domicílios foram estatisticamente significativos e semelhantes para homens e mulheres, a variável indicadora de conjugalidade apenas apresentou efeito significativo para mulheres.

Observamos, portanto, que homens e mulheres destinavam 2h21min18s (2,355h) e 2h55min58s (2,933h) a mais, respectivamente, aos afazeres domésticos e de cuidado a cada filho pequeno (com até 5 anos de idade) residente no domicílio. Em relação aos filhos cujas idades variavam entre 6 e 18 anos, verificamos que cada um deles representava uma diminuição de 11min42s (0,195h) no tempo que homens alocavam nessas atividades. Para as mulheres, no entanto, tal variável não apresentou efeitos estatisticamente significativos. A conjugalidade, por sua vez, não os apresentou entre os homens. Mulheres que faziam parte de casais lésbicos gastavam 3h21min43s (3,362h) a menos com a realização das tarefas domésticas e de cuidado do que aquelas que estavam em casais heterossexuais.

As interações entre conjugalidade e os diferenciais intraconjugais de escolaridade, rendimento e disponibilidade de tempo calculados também não foram estatisticamente significativos para os homens. Para as mulheres, apenas sua interação com os diferenciais de escolaridade foi estatisticamente significativa, indicando que, a cada ano de escolaridade a mais que possuíam em relação às suas cônjuges, aquelas que estavam em

casais lésbicos dedicavam 33min57s (0,566h) a menos à realização dos afazeres domésticos e de cuidado.

2.4.4 – Variáveis de controle

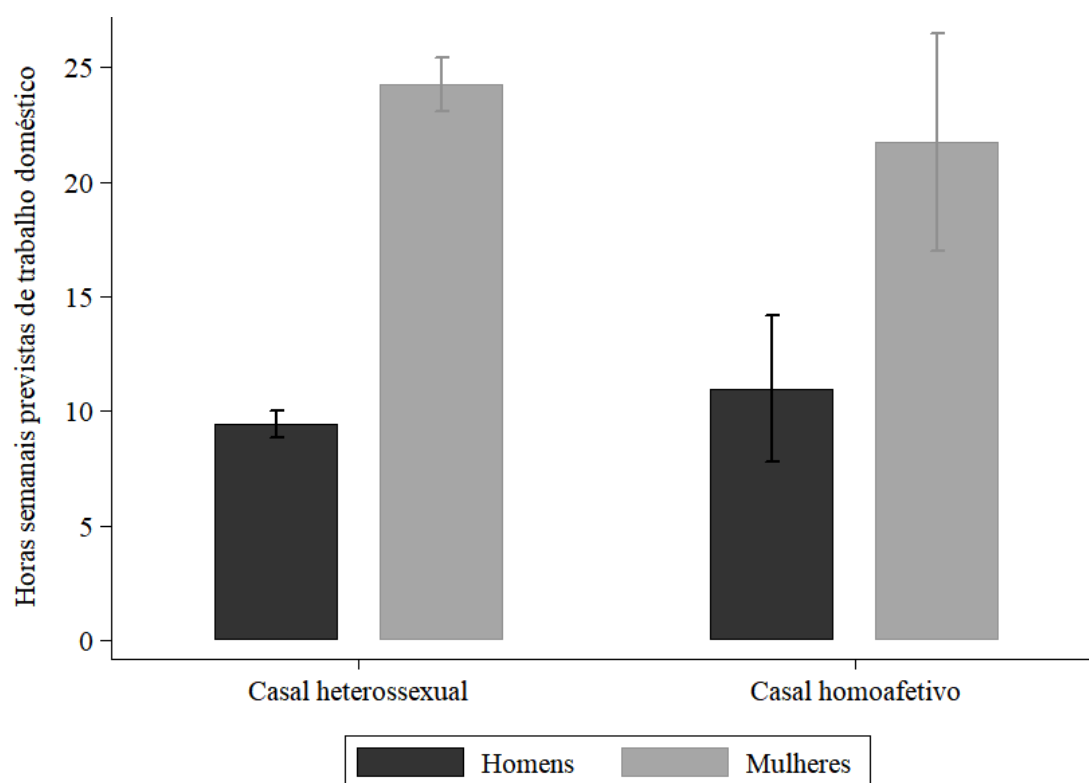
Em relação às variáveis de controle, observamos que aquela relativa à presença de, pelo menos, um empregado doméstico residente no domicílio reforça aquilo que já havia sido demonstrado pelo rendimento domiciliar *per capita*. Para as mulheres, a presença desses profissionais possibilitava diminuir em 7h25min15s (7,421h) o tempo que dedicavam aos afazeres domésticos e de cuidado. Apesar de serem mais modestos, seus efeitos entre os homens também chamam a atenção: para eles, contratá-los reduzia em, aproximadamente, 3h41min38s (3,694h) o tempo que gastavam com tais atividades. Também observamos que, para eles, a variável indicadora de residência em áreas urbanas apresentou efeitos estatisticamente significativos, representando 39min10s (0,653h) a mais em trabalho doméstico, comparados com os que residiam em áreas rurais, mas, para as mulheres, tal condição não foi estatisticamente significativa. O mesmo fora observado a respeito da variável indicadora de valores discrepantes, embora não tenha sido estatisticamente significativa para as mulheres, ela o foi entre os homens, reduzindo seu tempo médio de trabalho doméstico não remunerado em 1h22min48s (1,38h).

2.4.5 - Discussão: simulações contrafactuais

Elaboramos simulações contrafactuais para elucidar como diferentes cenários, em termos das desigualdades observadas entre os indivíduos e seus respectivos(as) parceiros(as), podem vir a afetar o tempo que alocam em afazeres domésticos e de cuidado. Em última instância, tais simulações permitem verificar se essas desigualdades possuem, ou não, diferentes consequências para a participação de homens e mulheres, membros de casais heterossexuais e homoafetivos, na realização dessas tarefas. A principal vantagem de se simular cenários é, sem dúvida, permitir que perguntas do tipo “o que aconteceria se” sejam elaboradas, a partir da fixação e homogeneização de alguns atributos observáveis entre os grupos comparados, ao mesmo tempo em que há a variação de outros, cujas influências se deseja perceber.

A Figura 10 mostra qual seria a distribuição de horas de trabalho doméstico entre homens e mulheres caso as desigualdades intraconjugais fossem máximas. As simulações contrafactuais apresentadas assumem que os diferenciais de escolaridade, renda e horas trabalhadas entre os membros dos casais são os maiores possíveis, enquanto os demais atributos do modelo são fixados em valores similares para homens e mulheres. Nesse cenário, nos casais heterossexuais, as mulheres dedicariam quase 2,5 vezes mais horas às atividades domésticas do que os homens. No caso de casais homossexuais, esse diferencial seria um pouco menor, refletindo normas institucionais de igualdade entre os indivíduos que, deles, fazem parte. Estatisticamente, no entanto, o número de horas de trabalho doméstico preditas para pessoas em uniões heterossexuais e homoafetivas é o mesmo.

FIGURA 10 – Horas semanais de trabalho doméstico não remunerado previstas para cenários de desigualdades intraconjugais máximas por gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016

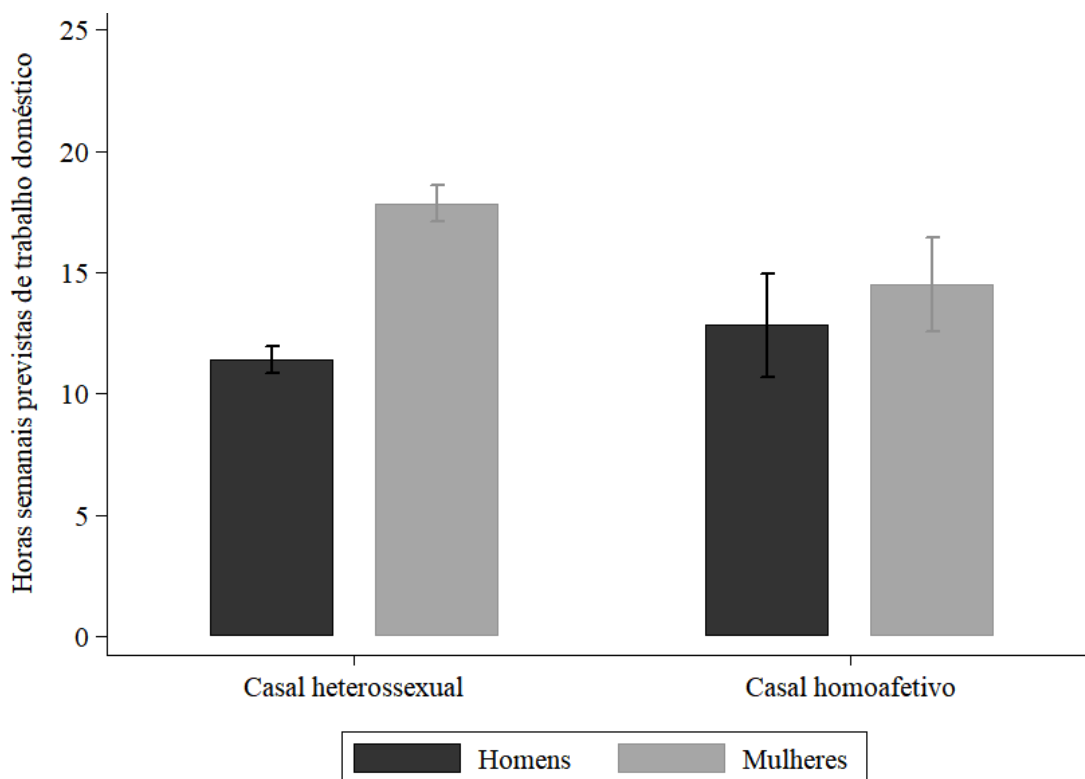


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Os valores previstos são baseados em tipos ideais, isto é, são baseados em valores fixados para covariáveis selecionadas. Nosso tipo ideal masculino possui diferenciais contínuos de horas trabalhadas, salários por hora e escolaridade fixados no 95º percentil e os diferenciais categóricos fixados no terceiro tercil, ele mora em área urbana, possui um rendimento domiciliar *per capita* mediano, reside em um domicílio em que não há empregado doméstico trabalhando em tempo integral, tem de 22 a 44 anos de idade e não possui filhos. Nosso tipo ideal feminino tem um perfil parecido, mas possui diferenciais contínuos de horas trabalhadas, salários por hora e escolaridade fixados no 5º percentil, e diferenciais categóricos fixados no primeiro tercil.

A Figura 11 mostra o número de horas de trabalho doméstico predito pelo tipo de união conjugal, caso os membros dos casais possuíssem os mesmos atributos produtivos, ou seja, os menores diferenciais intraconjugais possíveis em termos de escolaridade, renda horária e horas trabalhadas. Nesse cenário de desigualdade mínima, entre os casais heterossexuais, as mulheres ainda gastariam quase 50 por cento a mais de horas semanais com as tarefas domésticas e o cuidado do que os homens. No caso dos casais homossexuais, o número de horas dispendido em atividades domésticas por homens e mulheres é estatisticamente o mesmo, variando entre 10 e 15 horas por semana.

FIGURA 11 – Horas semanais de trabalho doméstico não remunerado previstas para cenários de desigualdades intraconjugais mínimas por gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Os valores previstos são baseados em “tipos ideais”, ou seja, são baseados em valores fixos para covariáveis selecionadas. Nossos tipos ideais (masculinos e femininos) possuem diferenciais contínuos de horas trabalhadas, salário por hora e escolaridade fixados em 0, e diferenciais categóricos fixados no segundo tercil, moram em área urbana, possuem um rendimento domiciliar *per capita* mediano, residem em domicílios em que não há empregado doméstico trabalhando em tempo integral, têm de 22 a 44 anos de idade e não têm filhos.

2.5 – Conclusão

Ao longo deste capítulo, discutimos os determinantes da alocação de tempo de homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Em particular, captamos a influência que o tipo de união (heterossexual ou homoafetiva) exerce sobre suas jornadas nessas atividades, o que ainda não havia sido devidamente explorado pela literatura nacional sobre esse tema.

Além de testarmos a hipótese da perspectiva de gênero, também examinamos os efeitos de variáveis correspondentes às hipóteses do ciclo de vida e dos recursos relativos, isso é, das desigualdades intraconjugais de escolaridade, renda horária e disponibilidade de tempo. Resultados obtidos por estudos anteriores já indicavam que tais hipóteses

possuem diferentes implicações para homens e mulheres (PINHEIRO, 2018; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005). Por um lado, entre eles, há menor sensibilidade às covariáveis em geral. Por outro, entre elas, há maior sensibilidade às mesmas, embora seus efeitos não sejam, necessariamente, os esperados. É possível dizer que tais resultados foram confirmados por nossa análise.

Para os homens, verificamos que poucas variáveis estão associadas à quantidade de horas alocadas nas tarefas domésticas, sendo elas: possuir entre 45 e 54 anos de idade, estar no terceiro e no quarto quintis de distribuição de rendimento domiciliar *per capita*, o número de filhos, a presença de, pelo menos, uma empregada doméstica em tempo integral, residir em área urbana e ter apresentado valores discrepantes. O número de filhos pequenos e a presença de empregada doméstica residente no domicílio apresentaram os efeitos mais intensos para os homens. A cada filho com até 5 anos de idade, eles aumentavam em 2h21min18s (2,355h) o tempo gasto com as tarefas domésticas e de cuidado, já a presença de empregada doméstica moradora possibilitava que homens o diminuíssem em 3h41min45s (3,696h). As hipóteses testadas não são suficientes para explicar a quantidade de horas que eles dedicam a essas atividades, correspondendo a apenas 4,0% de sua variabilidade. Embora se assemelhem ao que já havia sido observado por Solomon, Rothblum e Balsam (2005), tais resultados também se distanciam à medida em que, entre eles, os efeitos de fazer parte de um casal homoafetivo não foram estatisticamente significativos.

Para as mulheres, o número de filhos com menos de cinco anos de idade, estar em um relacionamento homoafetivo e, por fim, a presença de empregada doméstica em tempo integral foram os fatores que apresentaram os maiores efeitos sobre a quantidade de tempo que destinavam aos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados. Entre elas, a cada filho pequeno, eram acrescidas 2h55min58s (2,933h) a esse tempo, enquanto fazer parte de um relacionamento homoafetivo e a presença de empregado doméstico residente no domicílio o diminuíram em 3h21min43s (3,362h) e 7h25min15s (7,421h), respectivamente.

Além disso, para elas, também houve a aceitação integral das hipóteses do ciclo de vida e da perspectiva de gênero. Já a hipótese dos recursos relativos foi apenas parcialmente aceita, uma vez que somente as variáveis referentes aos primeiros tercís dos diferenciais de renda horária e horas trabalhadas remuneradamente apresentaram os efeitos esperados. Conjuntamente, tais hipóteses corresponderam a, aproximadamente, 8,3% da variabilidade da quantidade de horas que as mulheres dedicavam aos afazeres

domésticos e de cuidado não remunerados. Tem-se, portanto, que tais resultados também se aproximam daqueles observados por Solomon, Rothblum e Balsam (2005) e Pinheiro (2018).

Ainda no que se refere à disponibilidade de tempo, constatamos que, mesmo quando possuíam jornadas de trabalho mais longas do que as de seus cônjuges, as mulheres destinavam mais tempo à realização das tarefas domésticas. Esse resultado, portanto, nos indica que a divisão dessas atividades não é fruto de meros cálculos racionais, visando eficiência máxima dos membros dos casais. É possível que, assim, tais casais estejam buscando, na verdade, neutralizar desvios de gênero expressos pela maior carga horária de trabalho remunerado das mulheres. Em outras palavras, dessa forma, seus membros também fazem gênero.

A distribuição do rendimento domiciliar *per capita* e a presença de empregada doméstica residente no domicílio, por sua vez, reforçam algo que já havia sido observado por Bruschini (2006): no Brasil, a possibilidade de se contratar serviços domésticos é um importante fator de evitação do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, tanto para os homens quanto para as mulheres. Além dessas variáveis, o número de filhos com menos de cinco anos residentes no domicílio também apresentou resultados semelhantes para ambos os grupos, demonstrando que, por serem extremamente dependentes, filhos nessa faixa etária demandam que seus pais destinem mais tempo às tarefas domésticas e de cuidado.

Nossos resultados também mostram que, em casais heterossexuais, há maiores desequilíbrios na divisão dessas atividades, assim como Bauer (2016) e Heilborn (2004) já haviam identificado. Como fora observado por Pinheiro (2018), independentemente das demais desigualdades observadas entre os membros desses casais, as mulheres são as principais responsáveis por essas tarefas, o que é evidenciado pelo tempo que dedicam semanalmente à sua realização. Em contrapartida, nos casais homoafetivos, em geral, existe um maior equilíbrio na partilha dos afazeres domésticos e de cuidado. Essa diferença nos mostra que a participação, ou não, na realização desses afazeres depende, fundamentalmente, das relações nas quais os indivíduos se encontram.

Neste capítulo, apresentamos pistas sobre as formas por meio das quais membros de casais heterossexuais e homoafetivos dividem os trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados, questão que, como dissemos anteriormente, ainda fora pouco explorada pela literatura sobre esse tema, especialmente, naquela produzida no Brasil. Embora

consideremos que este estudo seja um importante primeiro passo, devemos reconhecer e discutir suas limitações.

Em decorrência do uso dos dados da PNAD Contínua, nossa variável dependente representou conjuntamente o tempo dedicado aos afazeres domésticos e às atividades de cuidado, o que é extremamente controverso. Por um lado, autoras como Tronto (1998), por exemplo, defendem uma visão mais abrangente do que é o cuidado, considerando que ele é composto tanto pela atenção voltada para a manutenção do ambiente quanto por aquela que é a direcionada às pessoas com as quais convivemos. Por outro, parte da literatura sobre trabalho doméstico não remunerado chama a atenção para a importância de que essas tarefas sejam analisadas separadamente, uma vez que os indivíduos tendem a ver o cuidado com os filhos como uma atividade mais agradável (PEPIN; SAYER; CASPER, 2018), enquanto os afazeres domésticos são tidos como mais onerosos.

Ainda sobre o cuidado destinado a terceiros, também devemos reconhecer que limitamos nossa análise a uma concepção extremamente nuclear de família, constituída apenas pelos membros dos casais ou, nos casos em que esses possuíam filhos, pelas crianças e por aqueles que são responsáveis por elas. Não observamos, por exemplo, como a presença de idosos e também de outros adultos (PEPIN; SAYER; CASPER, 2018; PINHEIRO, 2018) pode influenciar o tempo que homens e mulheres dedicam aos afazeres domésticos e de cuidado, seja contribuindo para sua realização ou demandando algum tipo específico de atenção.

Por último, também merece destaque o baixo valor de R² que nossos modelos obtiveram, demonstrando que a alocação do tempo nos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados, tanto para homens quanto para mulheres, é majoritariamente determinada por fatores não observados. Conseqüentemente, podemos afirmar que a participação na realização dessas tarefas não é determinada apenas pelos atributos individuais e diferenciais observados entre os membros dos casais, mas também, como aponta a literatura, por questões relacionadas a fatores demográficos, à existência, ou não, de políticas estatais de intervenção e a valores culturais de gênero (AMARANTE; ROSSEL, 2018; ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016; PINHEIRO, 2018). Segundo Pollitt, Robimson e Umberson (2018), por exemplo, casais heterossexuais e homoafetivos diferem, principalmente, nas crenças e atitudes perante papéis de gênero: enquanto os primeiros seriam mais tradicionais e, por isso, tendem a reforçar e reproduzir desigualdades, os últimos seriam mais progressistas, o que faz com que se esforcem para constituírem relações mais igualitárias.

No Capítulo 3, utilizamos o modelo de decomposição Oaxaca-Blinder para mensurar em que medida as diferenças observadas entre os tempos médios gastos por homens e mulheres com os afazeres domésticos e de cuidado estão associadas às suas características distintas. Consideramos também fatores não-observados, como o sistema de normas e expectativas de gênero.

3 – DECOMPOSIÇÃO DO HIATO DE GÊNERO NO TEMPO DEDICADO AOS TRABALHOS DOMÉSTICO E DE CUIDADO NÃO REMUNERADOS

Neste capítulo, respondemos às seguintes perguntas:

- 1) Em que medida as diferenças observadas entre as médias de horas semanais que homens e mulheres dedicam aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados estão associadas às diferenças em suas características?
- 2) Em que medida tais diferenças podem ser atribuídas aos efeitos diferenciais que os atributos desses grupos têm sobre o tempo gasto com tais atividades?

Utilizamos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (PNAD Contínua), referentes à pesquisa suplementar anual “outras formas de trabalho” de 2016, para a aplicação do método de decomposição de Oaxaca (1973) e Blinder (1973). A próxima seção discorre sobre o potencial elucidativo desse modelo a partir de estudos que o utilizaram. Em seguida, descrevemos os dados usados e os aspectos metodológicos da análise. Por fim, discutimos como os resultados obtidos auxiliam a compreender o fenômeno da alocação de tempo nos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados no Brasil.

3.1 – O modelo de decomposição Oaxaca-Blinder

A maioria das pesquisas que empregam o método de decomposição Oaxaca-Blinder investigam a discriminação no mercado de trabalho (BARBOSA *et al.*, 2019; BLINDER, 1973; JANN, 2008; OAXACA, 1973; VILELA; COLLARES; DE NORONHA, 2015). Tendo a diferença entre os salários médios de dois grupos como variável de interesse, calcula-se a porção dela que pode ser atribuída às características divergentes entre subgrupos e qual se associa às diferenças nos retornos que os mesmos atributos possuem para cada um dos grupos, vulgarmente entendida como um indicativo da existência de discriminação¹⁶.

¹⁶ “Discriminação” refere-se aos obstáculos enfrentados por indivíduos pertencentes a determinados grupos raciais e sociais no mercado de trabalho. Identificamos a porção de discriminação a partir da decomposição Oaxaca-Blinder, mas não podemos fazer declarações mais específicas sobre como ela ocorre.

3.1.1 - Discriminação no mercado de trabalho

Vilela, Collares e De Noronha (2015) usaram esse método em sua pesquisa sobre a discriminação contra migrantes no mercado de trabalho brasileiro, comparando-os de acordo com sua nacionalidade, no caso dos imigrantes internacionais latinos, sua raça, quando migrantes brasileiros interestaduais e o estado de destino. As autoras verificaram que, em relação aos migrantes brancos brasileiros, os imigrantes negros e os latinos sofriam discriminação negativa, ou seja, recebiam menos do que aquilo que seria condizente com seus atributos. Dentre os quais estavam: idade, área urbana, escolaridade, jornada de trabalho semanal, possuir deficiência, idade ao migrar, tempo de residência, condição no domicílio, estado civil, religião, ser empreendedor, ocupação e PIB *per capita* do estado de destino.

Em São Paulo, por exemplo, 29% do salário médio dos migrantes brasileiros negros não pôde ser atribuído a diferenças entre suas características e as dos brancos, isso é, se devia à discriminação que sofrem. Nesse mesmo estado, 42% e 19% dos salários médios dos bolivianos e dos paraguaios, respectivamente, também eram associados à discriminação, enquanto uruguaios e peruanos não tiveram seus salários afetados por esse fator. Em contrapartida, no Amazonas, os peruanos recebiam valores 115% inferiores e os negros ganhavam 35% menos do que deveriam, dados seus atributos (VILELA; COLLARES; DE NORONHA, 2015). Nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, paraguaios e uruguaios também sofriam discriminação negativa mais intensa do que os negros, em comparação com brasileiros migrantes brancos. Ao contrastarem esses grupos internacionais com os migrantes interestaduais negros, as autoras observaram que apenas os peruanos, residentes no Amazonas, e os uruguaios, no Rio Grande do Sul, sofriam discriminação negativa.

Segundo Vilela, Collares e De Noronha (2015), tais resultados reforçam que migrantes brasileiros negros possuem vantagens em relação aos migrantes latino-americanos internacionais, especialmente em Rondônia, Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul. São Paulo é uma exceção: nesse estado, negros são mais discriminados que uruguaios, peruanos e paraguaios.

Barbosa et al. (2019) compararam as jornadas de trabalho (não remunerado e remunerado) e os rendimentos dos membros de casais homoafetivos e heterossexuais brasileiros, entrevistados pela PNAD Contínua entre os anos 2016 e 2019. Para identificar

a orientação sexual dos indivíduos, os autores se valeram da mesma estratégia que nós: a partir da pergunta sobre a relação com o responsável pelo domicílio, eles verificaram os entrevistados que, por residirem com cônjuges de “sexo diferente” ou do “mesmo sexo”, estavam em relacionamentos heterossexuais ou homoafetivos (BARBOSA *et al.*, 2019).

Os autores constataram que os casais homoafetivos são “mais jovens, mais urbanos, têm menos filhos e, em alguns períodos, são mais escolarizados e possuem maior renda em relação aos casais heterossexuais” (BARBOSA *et al.*, 2019, p. 50), assim como Lena e Oliveira (2015), Lena (2016) e Silva e Santos (2016) também observaram. Em relação às jornadas de trabalho, Barbosa *et al.* (2019) verificaram que, entre as mulheres heterossexuais e lésbicas, havia a diferença de 7 horas semanais no tempo que dedicavam aos afazeres domésticos e de cuidado, enquanto, entre os homens, tal diferença foi de apenas 3 horas semanais. Semelhantemente, a maior diferença entre as jornadas de trabalho remunerado também se deu entre as mulheres. As heterossexuais, por gastarem mais tempo com as tarefas domésticas, trabalhavam menos horas fora de casa do que as lésbicas.

Quanto aos rendimentos, Barbosa *et al.* (2019) utilizaram a decomposição Oaxaca-Blinder para identificar em que medida as diferenças observadas entre homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, deviam ser atribuídas às características dos grupos (idade, cor/raça, possuir, ou não, ensino superior) ou à discriminação sofrida. Os autores observaram que, entre as mulheres, 82% da diferença entre seus salários médios era explicada pela discriminação positiva que favorecia mulheres lésbicas, enquanto, entre os homens, essa porção correspondia a 55% e também beneficiava os homens gays. Segundo Barbosa *et al.* (2019), tais resultados demonstram que as diferenças entre os salários médios de tais grupos estavam mais associadas às normas e instituições sociais do que aos fatores demográficos observados nos modelos.

Arráiz (2018), também interessada em analisar discriminação no mercado de trabalho, comparou os diferenciais dos lucros médios, obtidos por empresas equatorianas, de acordo com os gêneros de seus proprietários. Nesse exercício, a autora testou duas hipóteses: a primeira delas está atrelada à teoria feminista liberal, segundo a qual tais diferenças se devem às desigualdades de gênero nos acessos e nas características que homens e mulheres possuem; e a segunda delas, originada na teoria social feminista, os atribui ao processo de socialização de gênero, durante o qual homens desenvolvem habilidades que os fariam melhores gerentes que as mulheres (ARRÁIZ, 2018).

Testando-as por meio da decomposição Oaxaca-Blinder, Arráiz (2018) incluiu as seguintes covariáveis em sua análise: escolaridade, número de filhos com menos de dois anos de idade, horas diárias dedicadas ao negócio, tempo destinado ao cuidado com as crianças e às tarefas domésticas, os pais dos entrevistados terem sido empresários, ser empreendedor de oportunidade (ou de necessidade) e características da empresa (local da sede, tempo de existência, número de funcionários, quantidade de clientes diários, capital, tipo de atividade etc.).

A autora observou que 87% da diferença entre os lucros médios de homens e mulheres era explicada por distinções nas características desses grupos, isso é, aos acessos diferenciais a recursos, os quais beneficiavam os homens. Seus resultados confirmaram a perspectiva da teoria feminista liberal. Eles apontaram para a ideia de que, desde que tenham acessos iguais aos mesmos recursos, homens e mulheres são gerentes igualmente eficientes. Dentre as variáveis testadas, destacou-se o tempo que dedicavam aos afazeres domésticos e de cuidado: caso as mulheres gastassem a mesma quantidade de horas com essas tarefas que os homens, seu lucro médio aumentaria em 9,9% (ARRÁIZ, 2018).

Graças ao uso que fazem da decomposição Oaxaca-Blinder, esses estudos vão além da simples constatação de que os grupos em questão apresentam diferentes rendimentos ou lucros médios. Também conseguem examinar a quais fatores tais diferenças devem ser atribuídas: às características observadas, constituindo sua “porção explicada”, ou aos diferentes coeficientes, que representam a parcela denominada “porção inexplicada” e também “discriminação”, como nos casos dos trabalhos de Vilela, Collares e De Noronha (2015), Barbosa et al. (2019) e Arráiz (2018).

3.1.2 - Uso do tempo

Embora analisar a discriminação sofrida por indivíduos no mercado de trabalho seja o uso mais comum da decomposição Oaxaca-Blinder, também encontramos estudos que a empregaram para comparar o uso que diferentes grupos fazem do tempo. Tal aplicação se justifica à medida em que o tempo é um recurso finito do qual os indivíduos dispõem, e, por isso, seu uso também é perpassado por uma série de desigualdades sociais (PINHEIRO, 2018).

Pepin, Sayer e Casper (2018) compararam o tempo que mulheres mães destinavam às atividades de lazer, a depender de seus *status* maritais (nunca-casadas, divorciadas, co-residentes e casadas). O principal objetivo das autoras foi testar as hipóteses derivadas

das perspectivas de gênero e da pobreza de tempo. A primeira delas considera que o casamento seria uma instituição na qual homens e mulheres executam papéis de gênero e, por isso, as mulheres casadas gastariam mais tempo com os trabalhos doméstico e de cuidado. Consequentemente, também disporiam de menos horas de lazer. Já a segunda hipótese supõe que mulheres não-casadas destinariam menos tempo ao lazer. Dada a impossibilidade de se especializarem, por não possuírem parceiros, elas seriam as únicas responsáveis tanto pelo cuidado da casa e dos filhos quanto pelos trabalhos remunerados (PEPIN; SAYER; CASPER, 2018).

As autoras utilizaram a decomposição Oaxaca-Blinder para mensurar qual era a porção da diferença entre as horas médias diárias de lazer que se deviam às diferentes características (idade, estrutura familiar, escolaridade, situação de emprego, raça) desses grupos de mães e a qual era a porção não-explicada atribuída ao casamento.

Pepin, Sayer e Casper (2018) observaram que mães casadas eram aquelas que tinham menos tempo para atividades de lazer e também apresentavam menos horas de sono, à medida em que se dedicavam mais aos afazeres domésticos e de cuidado. Para as autoras, ao contrário do que a hipótese derivada da perspectiva de pobreza de tempo pressupõe, “não é só a presença de mãos extras que importa, mas também a quem essas mãos pertencem” (PEPIN; SAYER; CASPER, 2018, p. 19, tradução nossa).

Ao compararem o tempo médio que mães casadas gastavam diariamente com atividades sedentárias de lazer com aqueles gastos por mães nunca-casadas, divorciadas e corresidentes, elas também verificaram que 71%, 82% e 32% das diferenças entre elas, respectivamente, eram explicadas pelas composições desses grupos, a escolaridade tendo sido seu principal fator. Pepin, Sayer e Casper (2018) também demonstraram que, em um cenário contrafactual no qual mães nunca-casadas possuíssem as mesmas características que as casadas, as primeiras diminuiriam em 9 minutos o tempo que passavam assistindo à televisão sozinhas, atividade negativamente associada à saúde mental e física. Embora as mães não casadas dispusessem de mais tempo de lazer, elas realizavam atividades mais sedentárias que as mães casadas (PEPIN; SAYER; CASPER, 2018).

Nos estudos de Plessz e Étilé (2019), Álvarez e Miles (2003), Amarante e Rossel (2018) e Pinheiro (2018), a decomposição Oaxaca-Blinder fora utilizada na investigação das diferenças entre os tempos médios que indivíduos de grupos (ou momentos) distintos dedicavam às tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas propriamente ditas.

Interessados em compreender como se deu a diminuição da quantidade média de horas que as pessoas dispensavam à preparação de alimentos nos anos de 1985 e 2010,

Plessz e Étilé (2019) usaram a decomposição Oaxaca-Blinder para comparar esses dois pontos no tempo. Nesse estudo, os autores procuraram identificar se tal diminuição se deveu a mudanças nas características da população ou em comportamentos relacionados às refeições e à comida.

Além de considerarem, fatores como, por exemplo, o número de refeições feitas em casa e em outros lugares, a presença de um parceiro e de filhos, a idade, a situação de emprego, a escolaridade e o momento da semana em que a entrevista foi feita (durante ou no final de semana), os autores também compararam dados coletados na França e nos Estados Unidos. Como justificativa para tal escolha, eles argumentaram que esses países são conhecidos por possuírem hábitos de alimentação muito distintos entre si, o que estaria associado a diferenças em diversos fatores culturais.

A partir desse exercício, Plessz e Étilé (2019) observaram que, na França, a média de horas gastas com o preparo de alimentos por dia diminuiu 18% entre 1985 e 2010, tendo as mudanças na composição demográfica da população como seu principal fator. Nos Estados Unidos, sua queda foi ainda maior, alcançando um terço, e sendo explicada pelo enfraquecimento da correlação entre as refeições feitas em casa e cozinhar (PLESSZ; ÉTILÉ, 2019). Outra distinção constatada entre os dois países estava relacionada às mudanças nos hábitos de alimentação. Enquanto, na França, essas somaram apenas 26% do total da diminuição do tempo voltado ao preparo da comida, nos Estados Unidos, elas representavam 52% (PLESSZ; ÉTILÉ, 2019). Os resultados obtidos por Plessz e Étilé (2019) indicam que, nos Estados Unidos, a redução do tempo dedicado à preparação de alimentos fora motivada por transformações culturais. Em contrapartida, na França, tal diminuição estava ligada a mudanças na composição da população.

Álvarez e Miles (2003) aplicaram a decomposição Oaxaca-Blinder para analisar a diferença entre as jornadas de homens e mulheres na realização dos afazeres domésticos não remunerados na Espanha, em 1991. Em sua amostra, os autores apenas incluíram os indivíduos que atendiam aos seguintes critérios: estavam em casais nos quais ambos os membros eram assalariados e cujas ocupações apresentavam taxas de participação iguais para homens e mulheres.

Seus resultados reforçaram a existência de desigualdades de gênero na divisão dos afazeres domésticos não remunerados entre os membros de casais heterossexuais. Além de observarem que ela era equilibrada em poucos domicílios, Álvarez e Miles (2003) também verificaram que mulheres possuíam chances cinco vezes maiores de serem as responsáveis por sua realização em comparação com os homens. Segundo os autores, a

igualdade entre cônjuges era mais provável quando as tarefas a serem executadas eram poucas. Mediante aumentos na carga de trabalho doméstico, as mulheres assumiam o “prejuízo” (ÁLVAREZ; MILES, 2003).

Os resultados do modelo de Oaxaca-Blinder sinalizaram que as diferenças entre os atributos (idade, escolaridade, participação nos rendimentos conjuntos) dos membros dos casais não eram a principal explicação para a desigualdade da distribuição dos afazeres domésticos, mas, sim, os retornos diferenciais que possuíam (ÁLVAREZ; MILES, 2003). Exercícios contrafactuais demonstraram que, caso homens e mulheres apresentassem as mesmas características, a probabilidade de divisão igualitária das tarefas domésticas seria 7% maior. Se tais atributos possuíssem os mesmos retornos para esses grupos, a chance de isso acontecer aumentaria 93%. Esse resultado se refere à porção inexplicada dos diferenciais observados entre homens e mulheres, à qual Álvarez e Miles (2003) denominaram “efeito de gênero”.

Amarante e Rossel (2018) compararam a quantidade de horas médias que homens e mulheres mexicanos, peruanos, uruguaios e colombianos dedicavam aos afazeres domésticos. Assim como Plessz e Étilé (2018), as autoras decidiram contrastar países para realçar diferentes combinações entre atitudes e crenças de gênero, políticas de bem-estar social, sistemas de proteção social e taxas de participação feminina no mercado de trabalho (AMARANTE; ROSSEL, 2018). Segundo a literatura sobre esse tema, todos esses fatores podem vir a influenciar a participação de homens e mulheres na realização do trabalho doméstico não remunerado.

Esse é um dos estudos que mais se assemelham tanto ao trabalho de Álvarez e Miles (2003) quanto à análise que realizamos. Além de utilizarem a decomposição Oaxaca-Blinder, Amarante e Rossel (2018) também se valeram de variáveis semelhantes àquelas da regressão de MQO, apresentada no Capítulo 2. As autoras não empregaram o modelo de regressão MQO, mas, sim, o modelo Tobit, método mais adequado a dados censurados, como aqueles que usaram. Tal modelo também serviu de base para a decomposição realizada por elas.

Os resultados que Amarante e Rossel (2018) obtiveram para os quatro países comparados são parecidos aos que obtivemos para o Brasil: as variáveis de gênero, idade, rendimento e presença de filhos no domicílio foram estatisticamente significativas e apresentaram efeitos mais intensos para as mulheres. A partir do modelo de decomposição, as autoras constataram que, em todos esses países, a maior parte das

diferenças observadas entre homens e mulheres se devia aos coeficientes de seus atributos e não às características observáveis dos grupos.

A partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), coletados em 2015, Pinheiro (2018) apurou qual porção da diferença entre a participação e as jornadas médias de trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados de homens e mulheres brasileiros se devia ao “termo de gênero”, ou, nas palavras de Álvarez e Miles (2003), ao “efeito de gênero”. Em sua amostra, a autora incluiu indivíduos que, além de possuírem entre 18 e 65 anos de idade, também residiam em áreas urbanas com cônjuges do sexo oposto.

Pinheiro (2018) considerou as seguintes características em seu modelo de decomposição Oaxaca-Blinder: idade; cor/raça; região do país; relação com o responsável pelo domicílio (cônjuge ou chefe); *status* da união (formal ou não); autodeclaração (ou não); nível de instrução; diferencial de escolaridade; jornada de trabalho remunerado (variáveis binárias e contínuas); frequência à escola, diferencial de horas trabalhadas; situação de ocupação própria e do cônjuge; contribuição relativa para a renda do casal e presença de filhos (crianças e adolescentes), idosos e outros adultos residentes no domicílio.

Segundo a autora, em 2015, 95% das mulheres brasileiras em uniões realizavam os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados, destinando-lhes, em média, 26 horas semanais. Caso possuíssem as mesmas características que os homens brasileiros em uniões, 86% delas ainda executariam tais atividades, com jornadas médias de 24,4 horas por semana (PINHEIRO, 2018). Se esses atributos implicassem, para as mulheres, os mesmos retornos que davam aos homens, apenas 63% delas fariam tarefas domésticas, pelo tempo médio de 12 horas semanais. Pinheiro (2018) concluiu que 80% da participação das mulheres nessas tarefas e 90% de suas jornadas de trabalho doméstico eram atribuídas ao “termo de gênero”, isso é, a fatores não-observáveis.

Entre os homens brasileiros casados, apenas 55,7% se dedicavam às atividades domésticas e de cuidado, gastando, em média, 10,3 horas semanais com as mesmas. Após a aplicação das características das mulheres brasileiras casadas aos homens, observou-se que sua jornada média aumentou em 4,3 horas (PINHEIRO, 2018). Já os coeficientes das mulheres foram responsáveis por uma ampliação de 15 horas no tempo que, em média, os homens dedicavam semanalmente ao trabalho doméstico. Tomando-os como grupo de referência, Pinheiro (2018) constatou que 25% das diferenças entre as jornadas de tarefas domésticas e de cuidado femininas e masculinas se deviam aos distintos atributos desses

grupos. No entanto, em relação às diferenças entre suas taxas de participação, a autora verificou que apenas 2,6% delas eram atribuídas a variáveis observadas, todo o restante correspondendo ao “termo de gênero”.

Os resultados obtidos por Pinheiro (2018) nos indicam a importância do “efeito de gênero” tanto para a participação quanto para as jornadas de homens e mulheres brasileiros em uniões na execução das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas. Além disso, também nos demonstram que ele influencia tais grupos de maneiras distintas. Por um lado, o “termo de gênero” responsabiliza as mulheres por essas tarefas. Por outro, desobriga os homens de se envolverem nos trabalhos doméstico e de cuidado.

A interpretação do “efeito de gênero” requer certa cautela. Ele é composto por todos os fatores não observáveis, ou seja, por todos aqueles que não foram incluídos no modelo de decomposição. Isso significa que, no estudo feito por Pinheiro (2018), seu valor expressa não apenas a importância das crenças e atitudes de gênero dos indivíduos e de seus cônjuges, mas também das formas por meio das quais foram socializados, da participação feminina no mercado de trabalho, da existência, ou não, de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e ao provimento do cuidado, e outros fatores micro e macrosociais (AASSVE *et al.*, 2015; AMARANTE; ROSSEL, 2018; ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016; FUWA, 2004).

Nesta seção, discutimos o potencial elucidativo do modelo de decomposição Oaxaca-Blinder, contrapondo seu uso sociológico mais comum, feito em estudos sobre discriminação no mercado de trabalho, à sua aplicação alternativa, por nós, utilizada: a análise da importância do “efeito de gênero” (ÁLVAREZ; MILES, 2003) sobre as jornadas de trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados de homens e mulheres. Embora, no Brasil, tal análise tenha sido realizada por Pinheiro (2018), nossa abordagem difere da dela ao demonstrar a contribuição individual dos preditores para as diferenças médias entre tais grupos, e também por ser o primeiro estudo a considerar a conjugalidade como um potencial condicionante das jornadas de realização dos afazeres domésticos e de cuidado.

3.2 - Método e dados

Utilizamos os microdados da 5ª visita da PNAD Contínua, coletados durante o ano de 2016 como parte da pesquisa suplementar anual sobre “outras formas de trabalho”, dentre as quais estavam os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. A amostra

analisada é a mesma dos capítulos anteriores. Nela, estavam os indivíduos que moravam com seus respectivos cônjuges e apresentaram valores válidos para as variáveis de interesse. Nos casos em que as pessoas estavam desempregadas, substituímos os valores *missing* de salário e horas trabalhadas fora de casa por valores nulos.

Procuramos identificar qual porção do diferencial das médias de horas dedicadas aos trabalhos domésticos e de cuidado por homens e mulheres pode ser “explicada” pelas diferenças existentes em seus atributos, separando-a de sua porção residual. Isso é, da parte desse mesmo diferencial que não podendo ser atribuída às características observáveis, relaciona-se a uma sensibilidade diferencial das variáveis independentes (JANN, 2008; O’DONNELL *et al.*, 2008; OAXACA, 1973; VILELA; COLLARES; DE NORONHA, 2015).

Empregamos o modelo de decomposição contrafactual desenvolvido por Oaxaca (1973) e Blinder (1973) e computacionalmente implementado por Jann (2008). Tal método foi escolhido por três motivos. Em primeiro lugar, ele nos permite avaliar como os atributos das mulheres seriam capazes de alterar o tempo médio que os homens dedicam às tarefas domésticas e de cuidado, caso fossem observados entre eles. Em segundo lugar, nos possibilita analisar como esse tempo mudaria se as características dos homens possuíssem os mesmos efeitos que as das mulheres. Por fim, graças à sua versão *threefold*, também intercambiamos simultaneamente os atributos e coeficientes desses grupos (ETEZADY *et al.*, 2021; JANN, 2008). Tal decomposição é representada pela seguinte equação:

$$R = E + C + I \quad (2)$$

R corresponde à diferença calculada entre as médias de horas semanais que homens e mulheres gastavam com os afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. O termo E , também conhecido como *endowments effect*, evidencia as características distintas desses grupos. Já C retrata o suposto “efeito de gênero” – sendo constituído pelas diferenças entre os coeficientes obtidos para homens e mulheres e o intercepto – enquanto I reflete a interação entre os termos E e C (JANN, 2008).

As porções explicada (V) e inexplicada (U) do diferencial das médias de horas gastas com os trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados são obtidas a partir das seguintes equações (O’DONNELL *et al.*, 2008):

$$V = \frac{E+(D*I)}{R} \quad (3) \text{ e}$$

$$U = \frac{C+[(1-D)*I]}{R} \quad (4)$$

D indica os grupos comparados, assumindo o valor 1 para os homens e 0 para as mulheres. Considerando os demais termos da decomposição Oaxaca-Blinder, observa-se que:

$$E = [E(X_A) - E(X_B)]' \beta_B \quad (5);$$

$$C = E(X_B)'(\beta_A - \beta_B) \quad (6) \text{ e}$$

$$I = [E(X_A) - E(X_B)]'(\beta_A - \beta_B) \quad (7)$$

Em (3), (4) e (5), os subscritos A e B se referem aos grupos cujas médias desejamos comparar, ou seja, referem-se respectivamente às mulheres e aos homens. Como em uma regressão linear, β_A e β_B são os coeficientes das covariáveis utilizadas e o intercepto das amostras de mulheres e homens; enquanto X_A e X_B são vetores contendo as covariáveis agrupadas para refletirem as seguintes hipóteses:

H1 – Ciclo de vida: cinco variáveis binárias representando faixas etárias: até 24 anos (categoria de referência); de 25 a 44 anos; 45 a 54 anos; 55 a 64 anos; 65 anos ou mais.

H2 – Distribuição relativa de recursos humanos e financeiros: os diferenciais contínuos¹⁷ de escolaridade, de rendimento por hora e de horas trabalhadas fora do domicílio, calculados em relação a seus respectivos cônjuges, e as variáveis binárias referentes aos quintis de distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, cuja categoria de referência foi o 1º quintil.

¹⁷ Usamos as variáveis contínuas dos diferenciais de escolaridade, rendimento por hora e horas trabalhadas, pois as variáveis binárias referentes aos tercís, descritas no Capítulo 2, foram calculadas separadamente para os homens e para as mulheres. Apenas variáveis com valores válidos foram utilizadas.

H3 – Perspectiva de gênero: número de filhos com menos de 5 anos de idade, quantidade de filhos com 6 a 18 anos, variável indicadora para casal homoafetivo.

X – Controles: presença de empregado doméstico residente no domicílio (pelo menos um empregado doméstico corresidente = 1/nenhum empregado doméstico corresidente = 0), área do domicílio (urbana = 1/rural = 0), valor discrepante (valor discrepante = 1/valor não discrepante = 0).

A diferença entre as jornadas médias feminina e masculina de trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados pode ser superestimada, caso não consideremos que as mulheres possuem mais chances de realizá-los e, conseqüentemente, de serem incluídas na análise. Procurando minimizar esse viés de seleção amostral, também incluímos o critério de correção de Heckman (2013, 1976) em nosso modelo. O *software* utilizado, STATA, não permite a inserção direta desse parâmetro na decomposição Oaxaca-Blinder *threefold* ponderada¹⁸. Por esse motivo, optamos por estimá-lo manualmente, adotando o procedimento de duas etapas descrito por Jann (2008). Primeiro, utilizamos o modelo probit¹⁹ para calcular a probabilidade de que homens realizassem tais afazeres a partir das covariáveis descritas nesta seção (exceto, aquela referente aos valores discrepantes). Em seguida, seus resultados foram usados para que obtivéssemos a variável correspondente à razão inversa de Mills (λ), a qual é “uma função monótona decrescente da probabilidade de que uma observação seja incluída na amostra” (HECKMAN, 2013, p. 156, tradução nossa). Uma vez criada, ajustamos a decomposição através dessa variável.

Nesse exercício, analisamos como cada um desses preditores influencia o hiato observado entre homens e mulheres. As funções referentes à decomposição Oaxaca-Blinder correspondem à decomposição total que, por sua vez, é a soma da decomposição de cada um dos preditores (JANN, 2008). A partir da equação (5), estimamos qual seria a diferença entre as médias de horas que os homens e as mulheres dedicariam às tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas, caso homens possuíssem as mesmas características que as mulheres. Já (6) nos permite calcular como tal desigualdade teria sido alterada se os homens apresentassem os mesmos coeficientes que as mulheres

¹⁸ Segundo Silva, Carvalho e Neri (2006), a maioria dos estudos que utilizam dados da PNAD para realizar a decomposição Oaxaca-Blinder não consideram seu desenho complexo de amostragem probabilística, o que leva a erros de mensuração. Neste trabalho, com o objetivo de evitá-los, ponderamos nosso modelo a partir do comando *svy*, disponível no STATA.

¹⁹ Esse modelo também foi ponderado por meio do comando *svy* (SILVA; CARVALHO; NERI, 2006).

(JANN, 2008). A equação (7) mensura como ela se modificaria a partir da aplicação contrafactual simultânea dos atributos e retornos das mulheres aos homens.

Costuma-se usar o modelo de decomposição Oaxaca-Blinder para comparar os desempenhos de homens e mulheres no mercado de trabalho, a partir das diferenças entre seus rendimentos médios (JANN, 2008; OAXACA, 1973). Nesses estudos, sua porção inexplicada é atribuída à discriminação. Considerando os objetivos do presente trabalho, nós a interpretamos como um indicativo da influência do “efeito de gênero” sobre as jornadas de homens e mulheres brasileiros, membros de casais corresidentes, na execução das atividades domésticas e de cuidado (ÁLVAREZ; MILES, 2003; PINHEIRO, 2018). A porção inexplicada é composta por todos os fatores não observáveis, inclusive a discriminação. Em outras palavras, ela não apenas representa a influência das crenças e comportamentos de gênero dos indivíduos, mas também de outros aspectos, como, por exemplo, os macrossociais: a cultura, a existência de políticas públicas etc.

3.3 – Resultados

A Tabela 5 apresenta a média de horas semanais que homens e mulheres gastavam com a realização das tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas: 11h e 19h30min36s (19,51h), respectivamente. A diferença observada entre tais grupos foi de cerca de 8h30min32s (8,509h) semanais. Já a diferença ajustada foi de apenas 6h25min1s (6,417h). Ou seja, sem a correção do viés de seletividade, o hiato de gênero foi superestimado em aproximadamente 2h5min31s (2,092h) (JANN, 2008).

TABELA 5 - Tempo médio semanal dedicado às tarefas domésticas e de cuidado por gênero, predição feita a partir da decomposição Oaxaca-Blinder. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Horas de afazeres domésticos e de cuidado |
|---------------------------|--|
| Mulheres | 19,51*** (144,93) |
| Homens | 11,00*** (128,74) |
| Diferença | 8,509*** (71,76) |
| Diferença ajustada | 6,417*** (14,12) |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Coeficientes e erros padrão, em parênteses, são baseados na amostra ponderada.

* p<0,05; ** p<0,01; *** p<0,001.

A Tabela 6 contém as contribuições totais dos termos para a diferença ajustada. A partir dela, observamos que, quando as características das mulheres foram aplicadas aos homens (*endowments effect*), apenas 27min21s (0,456h) foram acrescentados à desigualdade entre seus tempos médios de trabalho doméstico e de cuidado. Uma vez aplicados seus coeficientes, tal diferença aumentou 5h8min2s (5,134h). Ao imputarmos características e coeficientes simultaneamente, observamos o acréscimo de 49min37s (0,827h) no hiato de gênero. Os termos *E*, *C* e *I* foram responsáveis por 7,11%, 83,52% e 12,89% da diferença ajustada entre as jornadas médias femininas e masculinas de tarefas domésticas e de cuidado. No Apêndice F, observamos o detalhamento das contribuições individuais de cada um dos preditores considerados para tais termos.

TABELA 6 - Contribuições totais dos termos para a diferença ajustada entre os tempos médios de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Horas de afazeres domésticos e de cuidado | % do hiato total |
|---------------------------------------|--|-------------------------|
| E (<i>endowments effect</i>) | 0,479*** (4,67) | 7,46% |
| C (coeficientes) | 5,142*** (10,69) | 80,03% |
| I (interações) | 0,804*** (4,31) | 12,51% |
| R (diferença ajustada) | 6,425*** (14,8) | 100% |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Coeficientes e erros padrão, em parênteses, são baseados na amostra ponderada.

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$.

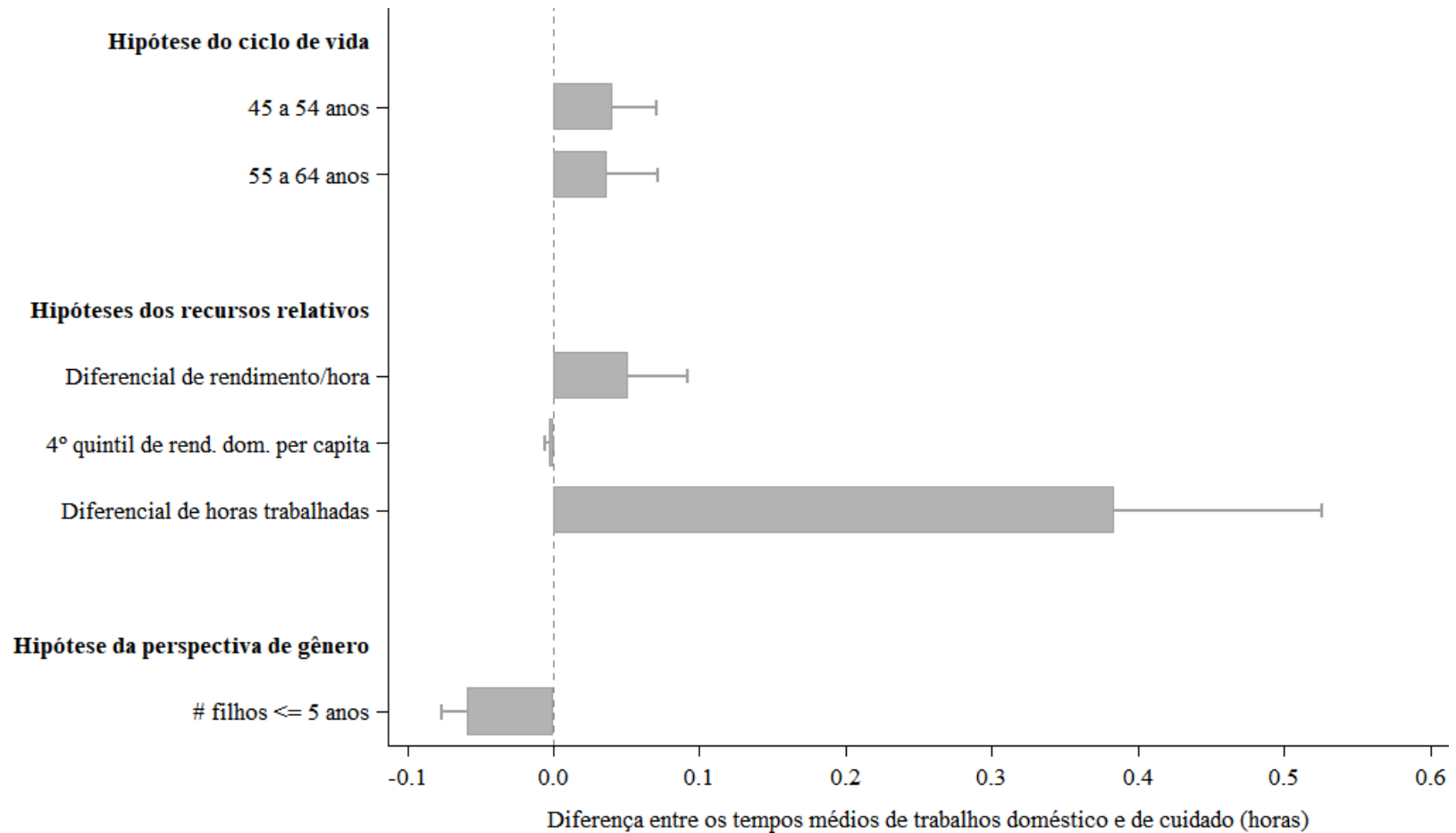
3.3.1 – *Endowments effect*

A Figura 12 apresenta as contribuições individuais das covariáveis estatisticamente significativas para o componente relativo às características dos grupos. Ou seja, nos indica como se alteraria o hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado não remunerados caso os homens possuíssem os mesmos atributos que as mulheres. O diferencial intraconjugal de horas trabalhadas fora de casa o aumentaria em 22min59s (0,383h), representando 83,99% do termo *E* e apenas 5,96% da diferença total. Em outras palavras, imputados os diferenciais de jornadas semanais de trabalhos remunerados das mulheres em relação a seus(suas) cônjuges aos homens, tal desigualdade se ampliou em 22min59s.

As demais covariáveis tiveram efeitos relativamente menores. Em um cenário em que os diferenciais intraconjugais de salário por hora das mulheres fossem observados para os homens, apenas 3min4s (0,051h) seriam acrescentados às diferenças entre suas jornadas de tarefas domésticas e de cuidado. Tal diferencial foi responsável por 11,18% da porção da desigualdade creditada às características distintas dos grupos analisados. As variáveis indicadoras das faixas etárias de 45 a 54 anos e 55 e 64 anos apresentaram efeitos ainda mais modestos: causando acréscimos de somente 2min24s (0,04h) e 2min13s (0,037h), respectivamente, no desequilíbrio predito entre homens e mulheres, ou seja, cerca de 8,77% e 8,11% do total do termo *E*. Já o número de filhos com até cinco anos as diminuíram em 3min32s (-0,059h), 12,93% dos efeitos das características.

Esses resultados nos indicam que, apesar do que postulam as hipóteses do ciclo de vida e dos recursos relativos, o hiato de gênero no tempo alocado na realização dos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados não é definido apenas por distinções nas características individuais de homens e mulheres ou pela distribuição dos recursos entre eles e seus(suas) respectivos(as) cônjuges. O termo *E* evidencia que as diferenças em seus atributos foram responsáveis por apenas 7,11% de tal desigualdade.

FIGURA 12 - Contribuições individuais das covariáveis para a porção dos *endowments effects* do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Notas: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Apenas variáveis estatisticamente significativas foram incluídas nessa figura.

3.3.2 – Coeficientes

A Figura 13 contém as contribuições individuais das covariáveis para o termo *C* da decomposição da desigualdade entre as médias de horas semanais que homens e mulheres dedicavam às tarefas domésticas e de cuidado. Ele evidencia como tal disparidade seria alterada se, para eles, os preditores apresentassem os mesmos coeficientes obtidos por elas. Nesse cenário contrafactual, houve uma diferença de cerca de cinco horas semanais, ou seja, aproximadamente, dez vezes maior que a atribuída às características.

A Figura 13 mostra que, quando os coeficientes das mulheres foram imputados aos homens, mais covariáveis foram estatisticamente significativas, exceto os diferenciais intraconjugais de escolaridade e rendimento por hora, a variável indicadora para casais homoafetivos, o número de filhos com 6 a 18 anos e os controles de residência em área urbana e de valores discrepantes. Isso significa que o hiato de gênero no tempo gasto com os afazeres domésticos e de cuidado está mais relacionado aos coeficientes dos preditores considerados do que à sua distribuição entre os grupos analisados.

Além disso, também verificamos que todas as covariáveis relativas à hipótese do ciclo de vida apresentaram efeitos positivos. Até a faixa de 45 a 54 anos, houve aumentos progressivos da diferença entre as horas médias que homens e mulheres gastavam com os afazeres domésticos e de cuidado. Caso a idade implicasse, para homens, os retornos que oferecia às mulheres, aqueles que tivessem entre 25 a 34 anos ampliariam a diferença entre os tempos médios de trabalho doméstico e cuidado em 20min13s (0,337h), enquanto os que possuísem 35 a 44 anos e 45 a 54 anos a acrescentariam 31min15s (0,521h) e 48min10s (0,803h), respectivamente. As faixas etárias de 55 a 64 anos e 65 anos ou mais a aumentaram em 24min18s (0,405h) e 5min31s (0,092h), nessa ordem. As covariáveis relativas à hipótese do ciclo de vida correspondem a 42,03% da porção da diferença entre as jornadas médias femininas e masculinas de tarefas domésticas atribuída ao termo *C* e 33,62% de seu total.

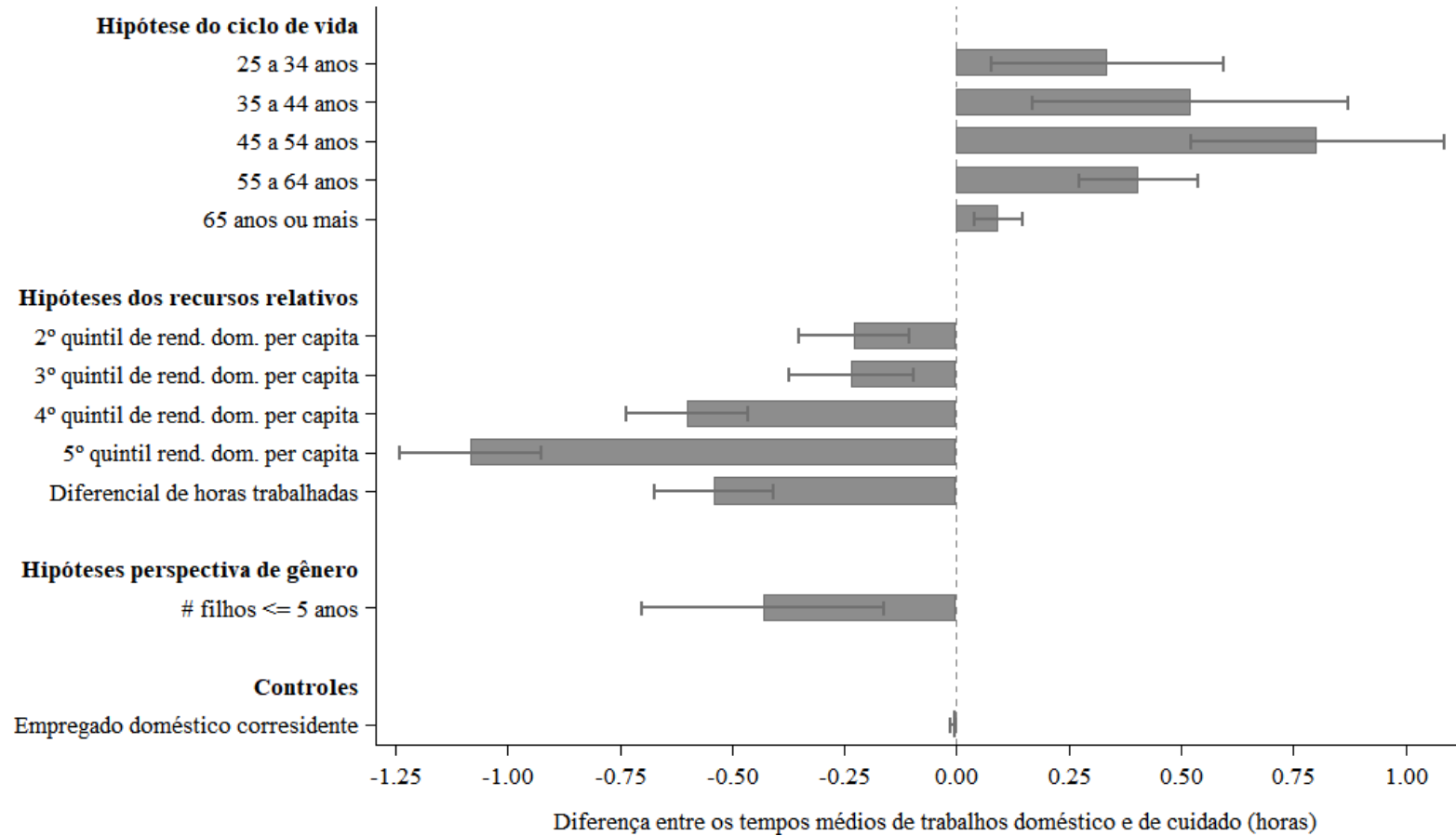
As variáveis indicadoras relativas aos quintis de rendimento domiciliar *per capita* implicaram em diminuições progressivas nas desigualdades entre as horas médias de afazeres domésticos de homens e mulheres. Tendo o primeiro quintil como categoria de referência, observamos que os segundo, terceiro e quarto quintis as diminuíram em 13min40s (-0,228h), 14min9s (-0,236h) e 35min56s (-0,599h), respectivamente. Já a

diminuição atribuída ao último quintil foi de 1h4min55s (-1,082h). Isso significa que, se tal posição na distribuição dos rendimentos domiciliares *per capita* fosse tão importante para os homens quanto o é para as mulheres, o desequilíbrio previsto entre suas jornadas médias seria 1h4min55s menor. Ao todo, tais covariáveis o diminuiriam em 2h8min42s (-2,145h), ou seja, 41,78% do total desse hiato. Para as mulheres, a renda é um fator relevante de evitação dos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados, permitindo a contratação de serviços substitutos.

Embora o diferencial de horas trabalhadas fora de casa tenha sido o preditor de maior contribuição para o termo *E*, sua contribuição para os coeficientes foi relativamente pequena: diminuindo apenas 32min24s (-0,54h) da diferença observada entre as médias de horas de tarefas domésticas e cuidado de homens e mulheres. Esse valor representa 10,52% do total do termo *C*. No que diz respeito à hipótese derivada da perspectiva de gênero, verificamos que a quantidade de filhos com até 5 anos de idade a diminuiria em 25min55s (-0,432h), 8,41% da porção atribuída aos coeficientes. O único controle estatisticamente significativo foi a presença de empregado doméstico residente no domicílio. Porém, sua contribuição para a diminuição do hiato de gênero não alcançou sequer um minuto.

O termo *C* nos indica que são os distintos retornos das características que homens e mulheres possuem que definem as contrastantes intensidades de suas participações na execução das atividades domésticas e de cuidado não remuneradas. Ele corresponde a 83,52% da diferença entre as jornadas médias de homens e mulheres.

FIGURA 13 - Contribuições individuais das covariáveis para a porção dos coeficientes do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Apenas variáveis estatisticamente significativas foram incluídas nessa figura.

3.3.3 – Interações

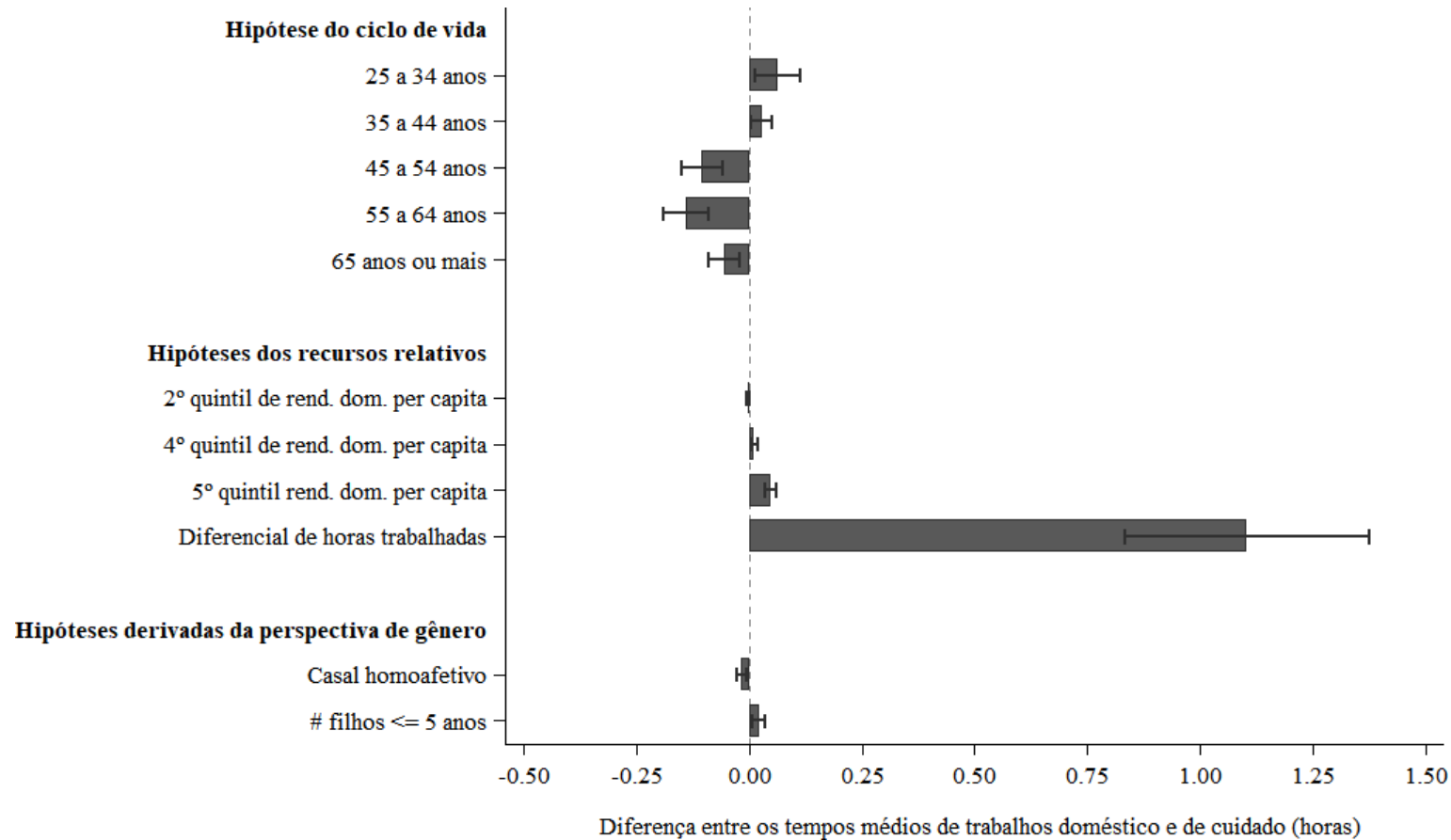
As contribuições individuais das covariáveis estatisticamente significativas para o termo *I* do hiato de gênero no tempo dedicado aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados se encontram graficamente representadas na Figura 14. Tal componente consiste na imputação simultânea das características e coeficientes observados entre as mulheres aos homens (ETEZADY *et al.*, 2021).

Constatamos que, entre as covariáveis indicadoras referentes à hipótese do ciclo de vida, apenas as faixas de 25 a 34 anos e 35 a 44 anos apresentaram efeitos positivos: 3min46s (0,063h) e 1min40s (0,028h), respectivamente. Isso significa dizer que, após aplicarmos simultaneamente os atributos das mulheres e seus coeficientes aos homens, tais covariáveis ampliaram a diferença predita entre as médias de tais grupos, representando 7,84% e 3,48% do total do termo *I*. As faixas etárias de 45 a 54 anos, 55 a 64 anos e 64 anos ou mais contribuíram para a redução dessa desigualdade em 6min18s (-0,105h), 8min31s (-0,142h) e 3min28s (-0,058h), nessa ordem. Tais valores correspondem a 13,01%, 17,17% e 7,01% da parcela do hiato de gênero atribuída às interações.

O quinto quintil de rendimento domiciliar *per capita*, covariável representante da hipótese dos recursos relativos, contribuiu para o aumento da desigualdade de gênero nas horas de tarefas domésticas e de cuidado. Ou seja, em um cenário contrafactual em que as características e coeficientes das mulheres foram observados entre os homens, o quinto quintil aumentou tal diferença em 2min45s (0,046h), representando 5,56% do termo *I*. Além dele, apenas o segundo e o quarto quintil também obtiveram efeitos estatisticamente significativos. No entanto, não atingiram nem mesmo um minuto. O diferencial contínuo de horas trabalhadas fora de casa foi a covariável com a maior contribuição para essa porção da diferença observada entre homens e mulheres, a aumentando em 1h6min14s (1,104h), valor 33,49% maior que seu total.

Em relação à hipótese derivada da perspectiva de gênero, observamos que os preditores referentes ao número de filhos com até 5 anos e aos casais homoafetivos foram estatisticamente significativos, mas seus efeitos foram de apenas um minuto. Enquanto o primeiro ampliou o hiato de gênero no tempo de trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados, o segundo o reduziu.

FIGURA 14 – Contribuições individuais das covariáveis para a porção das interações do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Barras de erro referem-se ao intervalo de 95% de confiança. Apenas variáveis estatisticamente significativas foram incluídas nessa figura.

A imputação simultânea das características e dos coeficientes das mulheres nos homens, o termo *I*, correspondeu a 12,89% do total da diferença entre seus tempos médios de afazeres domésticos e de cuidado. Esse resultado nos indica que as interações foram mais importantes que as distinções nos atributos dos grupos analisados (*endowments effects*), porém menos significativas que as diferenças entre seus retornos.

3.3.4 – Porção explicada vs. “efeito de gênero”

Para os homens, a porção explicada representou 19,99% do total da desigualdade entre os tempos médios de trabalho doméstico feminino e masculino. O restante, 80,01%, foi atribuído a fatores não observáveis em nosso modelo. Para as mulheres, tais porções equivaleram a 7,11% e 92,89%, respectivamente.

A preponderância da porção inexplicada concorda com os estudos de Amarante e Rossel (2018), Álvarez e Miles (2003) e Pinheiro (2018): os fatores não observáveis em nosso modelo foram mais importantes do que as características individuais. Verificamos que as diferenças entre as jornadas médias masculinas e femininas de tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas são, majoritariamente, determinadas pelo “efeito de gênero”. Além de incluir as atitudes e crenças culturalmente condicionadas, ele também reflete políticas públicas voltadas ao provimento de cuidado e à participação feminina no mercado de trabalho (AASSVE *et al.*, 2015; ÁLVAREZ; MILES, 2003; AMARANTE; ROSSEL, 2018; ARAÚJO; PICANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016).

3.4 – Conclusão

Analisamos o hiato de gênero no tempo dedicado aos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados no Brasil, procurando identificar em que medida ele pode ser explicado por diferenças nos atributos observados de homens e mulheres corresidentes com seus(suas) respectivos(as) cônjuges e qual é a sua porção residual, atribuída a fatores não observáveis. Para tanto, utilizamos os dados da PNAD Contínua, coletados durante a 5ª visita de 2016 e empregamos o método de decomposição Oaxaca-Blinder *threefold*.

Tal modelo é frequentemente usado para comparar os desempenhos de grupos no mercado de trabalho, a partir das diferenças entre seus rendimentos médios (ARRÁIZ, 2018; BARBOSA *et al.*, 2019; JANN, 2008; OAXACA, 1973; VILELA; COLLARES;

DE NORONHA, 2015). Seus autores costumam interpretar suas porções inexplicadas como indicativos de discriminação. Alternativamente, a decomposição Oaxaca-Blinder também é utilizada em pesquisas que comparam o tempo que grupos gastam com determinadas atividades, como, por exemplo, o lazer e as tarefas domésticas e de cuidado (ÁLVAREZ; MILES, 2003; AMARANTE; ROSSEL, 2018; PEPIN; SAYER; CASPER, 2018; PINHEIRO, 2018; PLESSZ; ÉTILÉ, 2019). Nessas pesquisas, quando homens e mulheres constituem os grupos a serem contrastados, a porção residual é denominada “termo de gênero” ou “efeito de gênero” (ÁLVAREZ; MILES, 2003; PINHEIRO, 2018).

Em nosso modelo de decomposição, inserimos as mesmas covariáveis testadas no Capítulo 2 como determinantes para a alocação de tempo de homens e mulheres nos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados. Tais preditores representaram as hipóteses do ciclo de vida, dos recursos relativos e a derivada da perspectiva de gênero. A amostra selecionada também foi a mesma utilizada nos capítulos anteriores: incluímos apenas os indivíduos que corresidiam com cônjuges (de sexo diferente e do mesmo sexo) e possuíam valores válidos para as variáveis de interesse. Para controlarmos o viés de seletividade decorrente das maiores chances que as mulheres possuem de realizarem tais afazeres, utilizamos o critério de correção de Heckman (2013, 1976), mensurado a partir do procedimento de duas etapas descritos por Jann (2008).

Observamos que mulheres brasileiras, que corresidiam com seus(suas) cônjuges, dedicavam, em média, 19h30min36s (19,51h) semanais às tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens lhes destinavam apenas 1h. A diferença não-ajustada entre tais grupos foi de 8h30min32s (8,509h), enquanto a diferença ajustada foi de 6h25min1s (6,417h). Ou seja, devido ao viés de seletividade, houve superestimação do hiato de gênero em 32,6%.

Em relação à desigualdade ajustada, verificamos que sua porção atribuída aos *endowments effects* (termo *E*), obtidos por meio da imputação das características das mulheres aos homens, foi apenas 7,11%. A covariável do diferencial intraconjugal de horas trabalhadas fora de casa apresentou a maior contribuição individual para esse termo, representando 83,99% de seu valor total. Além dessa, os preditores relativos à faixas etárias de 45 a 54 anos e de 55 a 64 anos, ao quarto quintil do rendimento domiciliar *per capita* e ao número de filhos com até 5 anos também foram estatisticamente significativas para os efeitos das distinções nas características de homens e mulheres sobre o desequilíbrio entre seus tempos médios de afazeres domésticos e de cuidado.

O termo *C* (referente aos coeficientes), foi responsável por 83,52% do total desse hiato. Ao analisarmos as contribuições individuais das covariáveis, verificamos que apenas os diferenciais intraconjugais de escolaridade e renda por hora, a quantidade de filhos com 6 a 18 anos de idade e os controles de residência em área urbana e valores discrepantes não foram estatisticamente significativas. Entre as que o foram, o último quintil de rendimento domiciliar *per capita* se destacou à medida em que reduziu tal porção em 21,08%. Esse cenário contrafactual, obtido a partir da aplicação dos retornos das mulheres aos homens, evidencia que os atributos possuem diferentes implicações para as jornadas de trabalho doméstico desses grupos.

Ao termo *I*, referente à imputação simultânea das características e coeficientes das mulheres aos homens, atribuiu-se 12,89% do hiato de gênero. O diferencial de horas trabalhadas fora de casa apresentou a principal contribuição para esse termo: seu efeito individual foi 33,49% maior que a soma das interações de todos os preditores considerados.

Constatamos que, para os homens, 19,99% da diferença entre seu tempo médio semanal de tarefas domésticas e o das mulheres era explicada por seus atributos distintos, enquanto 80,01% eram atribuíveis a fatores não observáveis. Para as mulheres, tais porções representavam 7,11% e 92,89%, nessa ordem. Corroboramos tanto o que Álvarez e Milles (2003) e Pinheiro (2018) observaram, quanto os resultados do Capítulo 2. O “termo de gênero” desponta como o fator predominante para a desigualdade na alocação de tempo de homens e mulheres nos trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados (AASSVE *et al.*, 2015; ÁLVAREZ; MILES, 2003; AMARANTE; ROSSEL, 2018; ARAÚJO; PIKANÇO; CANO, 2019; ESPING-ANDERSEN, 2016; HIRATA, 2020). Cabe ressaltar que o “efeito de gênero” representa todos os fatores não observáveis, os quais estão conectados ao sistema de normas e expectativas de gênero.

A análise apresentada ao longo deste capítulo possui limitações, relacionadas, principalmente, às covariáveis inseridas em nosso modelo. Por um lado, suas magnitudes e efeitos podem ter sido influenciados por fatores que, embora abordados pela PNAD Contínua, decidimos não considerar, como, por exemplo, a presença de idosos e outros adultos residentes no domicílio, seu gênero e também o dos filhos (PINHEIRO, 2018). Por outro, também podem ter sido impactados por aspectos sobre os quais não se têm informações disponíveis na PNAD Contínua, como, por exemplo, as crenças e atitudes individuais perante o sistema de normas e expectativas de gênero.

Neste trabalho, partindo da ideia de que o gênero tanto estrutura nossas relações quanto é um produto que emerge das mesmas, procuramos identificar como a conjugalidade pode vir a influenciar o tempo que homens e mulheres dedicam aos afazeres domésticos e de cuidado. A partir do modelo de decomposição Oaxaca-Blinder, observamos que apenas sua contribuição para o termo *I* foi estatisticamente significativa. No entanto, seu efeito foi substantivamente pequeno. Caberia investigar se os resultados seriam similares caso, ao invés de contrastarmos apenas homens e mulheres, nós também os comparássemos segundo os tipos de casais dos quais fazem parte. Assim, poderemos mensurar em que medida a conjugalidade interfere no tempo dedicado a tais afazeres, seja porque homens gays e mulheres lésbicas possuem características distintas das dos homens e mulheres heterossexuais ou porque diferem nas implicações das mesmas.

CONCLUSÃO

Investigamos a divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados entre homens e mulheres brasileiros, membros de uniões heterossexuais e homossexuais. Este é o primeiro estudo a utilizar os microdados da pesquisa suplementar anual sobre “outras formas de trabalho” da PNAD Contínua para comparar tais grupos, tanto em termos das atividades específicas executadas quanto em relação ao tempo que lhes dedicavam.

A partir dos dados dessa pesquisa, coletados em 2016, selecionamos os indivíduos que residiam com seus cônjuges, de sexo diferente e do mesmo sexo, e que também possuíam informações válidas para idade, escolaridade, horas de trabalho remunerado e de afazeres domésticos e de cuidado não remunerados na semana de referência, rendimento efetivo de todos os trabalhos e renda domiciliar *per capita*. Para que as pessoas desempregadas também fossem incluídas em nossa análise, imputamos valores nulos às suas jornadas de trabalho fora de casa e a seus rendimentos. Essa amostra foi utilizada em todos os três capítulos aqui apresentados.

Ao longo do Capítulo 1, delimitamos o escopo desta pesquisa ao cuidado como “obrigação”. Segundo Guimarães (2020), tal circuito consiste nas tarefas realizadas como dever de todos os adultos não-dependentes residentes no mesmo domicílio, mas cuja carga recai majoritariamente sobre as mulheres. Graças à divisão sexual do trabalho, tal desigualdade é naturalizada como consequência de diferenças sexuais supostamente intrínsecas e é encoberta por sentimentos de amor e responsabilidade. Além de definir a participação, ou não, de homens e mulheres nos trabalhos doméstico e de cuidado, tal fenômeno também determina quais atividades esses grupos realizam: as consideradas rotineiras, por serem essenciais, mais demoradas e frequentes, ou as tidas como discricionárias, pois são eletivas, pontuais e mais rápidas (CIVETTINI, 2016; GOTTA et al., 2011; PINHEIRO, 2018; QUADLIN; DOAN, 2018; SOLOMON; ROTHBLUM; BALSAM, 2005). Estudos anteriores demonstram que, por meio desses afazeres, homens e mulheres reafirmam, desafiam e constroem constantemente o próprio gênero, o que também depende dos tipos de casais dos quais fazem parte.

Constatamos que homens gays e mulheres lésbicas eram mais jovens, brancos, urbanos e escolarizados do que as pessoas heterossexuais. Além disso, os casais gays apresentaram os maiores rendimentos domiciliares *per capita*. Já as uniões heterossexuais

obtiveram os maiores diferenciais intraconjugais de escolaridade, renda por hora e horas trabalhadas fora do domicílio. Tais resultados confirmaram os estudos de Lena e Oliveira (2015), Lena (2016), Silva e Santos (2016) e Barbosa et al. (2019).

A partir de escalas de participação relativa dos membros das uniões na realização de cada uma das atividades específicas, das tarefas domésticas, rotineiras e discricionárias, e de cuidado como um todo, observamos que os homens e as mulheres homossexuais os dividem de formas mais equilibradas do que os homens e as mulheres heterossexuais. Apesar de a maioria dos indivíduos pertencerem a casais nos quais ambos os membros os realizaram, entre os heterossexuais, houve as maiores proporções de execução individual de tais afazeres. Enquanto as mulheres eram as principais responsáveis pelas atividades rotineiras, dentre as quais se destacaram cozinhar e lavar a roupa, os homens se encarregavam dos pequenos reparos, única tarefa discricionária abordada pela PNAD Contínua. Por um lado, tais resultados confirmam aquilo que já fora observado pela literatura. Por outro, também os contrariam à medida em que homens gays apresentaram taxas de divisão dos afazeres domésticos ainda maiores que as mulheres lésbicas.

Em relação aos cuidados com outros moradores, predominaram as uniões cujos membros não os haviam provido na semana de referência. No entanto, os indivíduos que estavam em casais heterossexuais foram os que mais se dedicaram aos cuidados. Isso se deve, principalmente, à menor presença de filhos nos domicílios dos casais homoafetivos, considerando que as crianças foram as principais beneficiadas pelos cuidados. Homens e mulheres heterossexuais dividiam mais as atividades que o compõem do que as tarefas domésticas. Ainda assim, as mulheres se envolveram mais nos cuidados pessoais e nas atividades educacionais do que seus respectivos cônjuges.

Embora tais resultados apontem para importantes diferenças entre os homens e as mulheres membros de casais heterossexuais e homoafetivos, eles não são suficientes para afirmarmos que há influência da conjugalidade sobre a divisão dos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Para isso, também foi preciso analisar as intensidades com as quais tais grupos se envolviam em sua realização (PINHEIRO, 2018). A PNAD Contínua contém apenas o tempo dedicado a todas as tarefas, ou seja, não o detalha para cada uma delas, nem o separa entre as horas de trabalho doméstico e de cuidado.

No Capítulo 2, discutimos as hipóteses explicativas para a alocação do tempo na realização desses trabalhos. A primeira delas, a hipótese do ciclo de vida, supõe que a quantidade de horas que os indivíduos gastam com tais atividades varia de acordo com a fase da vida em que se encontram (PINHEIRO, 2018). O segundo grupo delas, constituído pelas hipóteses dos recursos relativos, ressalta que os diferenciais intraconjugais de escolaridade, renda e horas trabalhadas fora do domicílio determinam o tempo que os membros dos casais dedicam às tarefas domésticas. Aquele que possui mais recursos será o que menos se envolverá na execução das mesmas e vice-versa (BECKER, 1993; BIANCHI et al., 2000). A terceira e última hipótese, derivada da perspectiva de gênero, se refere a aspectos sociais e psicológicos constituintes da identidade de gênero (JESUS, 2018). De acordo com a mesma, a divisão dos afazeres domésticos não apenas é definida pela divisão sexual do trabalho, mas também é uma forma de se fazer ou desfazer o próprio gênero (DEUTSCH, 2007; WEST; ZIMMERMAN, 1987).

Na análise realizada nesse capítulo, adicionamos progressivamente os conjuntos de preditores referentes a tais hipóteses nos modelos de regressão MQO. Uma série de variáveis binárias correspondentes às faixas etárias dos indivíduos representou a hipótese do ciclo de vida. As hipóteses dos recursos relativos foram testadas por meio de tercís dos diferenciais intraconjugais de escolaridade, renda por hora e horas trabalhadas e os quintis de rendimento domiciliar *per capita*. A hipótese derivada da perspectiva de gênero foi incluída através do número de filhos com até cinco anos, a quantidade deles que possuíam entre seis e dezoito anos e também da variável indicadora de casal homoafetivo. Além desses, também consideramos controles relativos à presença de empregado doméstico morando no domicílio, à residência em área urbana e a valores discrepantes.

Identificamos os fatores influentes sobre a alocação de tempo na realização do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, dando atenção especial ao tipo de união (heterossexual ou homoafetiva). As mulheres, além de se mostrarem mais sensíveis às covariáveis consideradas separadamente, também apresentaram um coeficiente de determinação duas vezes maior do que aquele obtido para os homens. No entanto, ambos contabilizaram menos de dez por cento da variabilidade da variável resposta.

Para homens, apenas as covariáveis relativas à faixa etária de 45 a 54 anos, o quarto quintil de rendimento domiciliar *per capita*, o número de filhos pequenos e a presença de empregada moradora no domicílio foram estatisticamente significativas. A

quantidade de filhos com até cinco anos e a contratação de trabalhadora domiciliar apresentaram os efeitos mais intensos. Para mulheres, a covariável indicadora de casal homoafetivo também se destacou. Entre elas, verificamos a aceitação integral das hipóteses do ciclo de vida e da perspectiva de gênero. Já as hipóteses dos recursos relativos foram parcialmente confirmadas.

As simulações contrafactuais demonstraram como os diferenciais de escolaridade, rendimento por hora e horas trabalhadas influenciam o tempo que homens e mulheres gastam com os afazeres domésticos e de cuidado. Ao simularmos cenários nos quais tais desigualdades são as maiores possíveis, verificamos que a média de horas que as mulheres heterossexuais dedicavam a essas atividades é cerca de 2,5 vezes as alocadas por homens heterossexuais. Entre os casais homoafetivos, a diferença foi menor: mulheres lésbicas dedicam 85% mais horas a tais tarefas que homens gays. Nos cenários de desigualdades intraconjugais mínimas, constatamos que mulheres heterossexuais gastavam uma quantidade de horas 1,5 vezes maior que homens heterossexuais, ao passo que homens e mulheres em casais homoafetivos se envolviam com a mesma intensidade na realização desse conjunto de afazeres.

Tais resultados indicam associação entre os determinantes da alocação do tempo de homens e mulheres nos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados, mas não explicitam os condicionantes do hiato de gênero. Por esse motivo, no Capítulo 3, usamos o método de decomposição Oaxaca-Blinder *threefold*. Ele nos permitiu identificar em que medida a diferença entre as horas médias dedicadas a tais afazeres por esses grupos é explicada pelos atributos distintos que possuem ou por seus retornos diferenciais.

Nesse capítulo, a partir de estudos anteriores que também empregaram tal método, demonstramos seu poder elucidativo. Em pesquisas sobre o mercado de trabalho, a porção inexplicada da diferença entre os rendimentos médios dos grupos analisados é atribuída à discriminação (BARBOSA et al., 2019; VILELA; COLLARES; DE NORONHA, 2015). Nas investigações sobre os diferentes usos que homens e mulheres fazem do tempo, tal porção é denominada “efeito” ou “termo de gênero” (ÁLVAREZ; MILES, 2003; PINHEIRO, 2018).

No modelo de decomposição Oaxaca-Blinder, além de incluirmos os mesmos preditores considerados nas regressões MQO do Capítulo 2, também utilizamos o critério de correção do viés de seletividade de Heckman (2013, 1976), mensurado a partir do

procedimento de duas etapas descrito por Jann (2008). Seu uso foi necessário para que a desigualdade de gênero no tempo de trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados não fosse sobrestimada em decorrência da menor probabilidade que os homens possuem de realizá-los. A partir desse modelo, constatamos que as mulheres dedicavam, em média, 19h30min36s às tarefas domésticas e de cuidado não remuneradas por semana, enquanto os homens apenas as realizavam por 11h. A diferença predita entre tais grupos foi de 8h30min32s. No entanto, após controlarmos o viés de seleção, tal diferença foi de 6h25min1s. Ou seja, houve redução de 2h5min31s.

O termo *E* (*endowments effects*), obtido através da imputação das características das mulheres aos homens, correspondeu a 7,11% da diferença ajustada. Dentre as covariáveis analisadas, o diferencial intraconjugal de horas trabalhadas fora de casa apresentou a maior contribuição para esse termo.

Após a aplicação dos coeficientes das mulheres aos homens, observamos que 83,52% do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado se deve aos diferentes retornos que seus atributos possuem, isso é, ao termo *C*. Para ele, destaca-se hipótese do ciclo de vida e dos quintis de rendimento domiciliar *per capita*.

O termo *I*, referente à imputação simultânea das características e dos coeficientes, correspondeu a 12,89% da diferença total observada entre os grupos. Nesse cenário contrafactual, mais uma vez, o diferencial intraconjugal de horas trabalhadas fora de casa obteve a maior contribuição individual para o modelo. Além disso, esse foi o único termo para o qual a conjugalidade foi estatisticamente significativa.

A partir desses valores, concluímos que, para os homens, 19,99% do total do hiato de gênero no tempo de afazeres domésticos e de cuidado foi atribuído à porção explicada, enquanto a sua parcela inexplicada foi de 80,01%. Entre as mulheres, tais porções foram de 7,11% e 92,89%, respectivamente. Tais resultados nos indicam que as participações dos indivíduos na realização dessas atividades são majoritariamente definidas pelo “efeito de gênero” (ÁLVAREZ; MILES, 2003; PINHEIRO, 2018). Ao contrário daquilo que apontam as hipóteses do ciclo de vida e dos recursos relativos, a quantidade de horas que os membros dos casais dedicam às tarefas domésticas não está tão associada às suas características, mas, sim, às implicações distintas que elas têm para homens e mulheres.

Também consideramos o tipo de casal como um preditor para a alocação de tempo nos afazeres domésticos e de cuidado não remunerados. Lançamos luz sobre a

importância do contexto conjugal, heterossexual ou homoafetivo, para sua divisão, um aspecto até então pouco explorado em pesquisas quantitativas. Nossos resultados indicam que, para as mulheres, fazer parte de uma união homoafetiva diminui consideravelmente a carga dessas tarefas, enquanto, para os homens, há um pequeno aumento.

Cabe também ressaltar as limitações da nossa análise. Em primeiro lugar, ela se restringiu ao circuito do cuidado como “obrigação”. Analisamos como os casais se organizam para cuidar de suas casas e familiares dependentes, desconsiderando a atuação de outros agentes, como, por exemplo, parentes, amigos, vizinhos e, até mesmo, o próprio Estado (GUIMARÃES, 2020; HIRATA, 2020). Também não abordamos a participação de outros membros da família na realização de tais atividades, como, por exemplo, crianças, adolescentes, adultos e idosos que também residem em seus domicílios (COLTRANE, 2010; GEIST; RUPPANNER, 2018; PINHEIRO, 2018).

Segundo Geist e Ruppner (2018), uma vez que as hipóteses explicativas para a alocação de tempo no trabalho doméstico não remunerado são excessivamente focadas nos casais, é necessário questionar o quão inclusivas elas podem ser. As autoras defendem que elas não seriam adequadas para a compreensão das dinâmicas de poder que podem surgir em novos modelos familiares, tais quais os formados por casais homoafetivos e por pais que corresidem com seus filhos adultos etc. Nesse sentido, devemos ressaltar que a conjugalidade foi apenas uma covariável inserida em nossos modelos. Não dividimos os indivíduos entre aqueles que eram membros de casais heterossexuais e casais homoafetivos. Ou seja, não avaliamos a adequação das hipóteses testadas restringindo nossas amostras analíticas somente aos casais gays e lésbicos.

Em segundo lugar, ainda nos inspirando nas críticas feitas por Geist e Ruppner (2018), cabe reconhecer que os dados aqui utilizados são extremamente restritos em termos de identidade de gênero e orientação sexual. A partir da PNAD Contínua, identificamos os sexos dos indivíduos e de seus respectivos cônjuges. Tais informações são insuficientes para que façamos quaisquer afirmações sobre eles estarem ou não “fazendo gênero” por meio dos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados (GEIST; RUPPANNER, 2018).

Em terceiro lugar, dadas as restrições dos microdados da PNAD Contínua, nós analisamos conjuntamente o trabalho doméstico e o cuidado. No entanto, a literatura demonstra que tais atividades possuem diferentes valores simbólicos e que, por isso, os

indivíduos tomam suas decisões a respeito de realizá-las, ou não, a partir de critérios distintos (COLTRANE, 2010; GEIST; RUPPANNER, 2018; SINGLETON; MAHER, 2004). Também não pudemos observar a execução simultânea de tarefas, um aspecto importante da sobrecarga das mulheres no trabalho reprodutivo (PINHEIRO, 2018).

Tais limitações apontam lacunas a serem preenchidas futuramente. É necessário que se investigue os impactos da atuação de outros agentes sociais sobre a divisão das tarefas domésticas e de cuidado entre os membros de casais homoafetivos, o que poderia ser feito a partir da sua comparação com uniões heterossexuais. Assim, também seria possível observar confluências entre os circuitos do cuidado como profissão, “ajuda” e “obrigação”. Embora indiquem a existência de diferentes contextos de provimento de cuidado e os significados distintos que lhe são atribuídos (GUIMARÃES, 2020), deveríamos nos atentar às formas por meio das quais tais circuitos podem vir a se influenciarem mutuamente.

Dada a sensibilidade e a complexidade dos aspectos relacionados à identidade de gênero e à orientação sexual, acreditamos que nosso principal desafio seria incorporá-los efetivamente às análises quantitativas sobre os trabalhos doméstico e de cuidado não remunerados (BROWNE, 2008, 2016). É necessário que tal esforço parta do entendimento de que também são princípios organizadores da vida social (BUTLER, 2020), definindo não apenas nossas relações interpessoais, mas também nossas interações com outros grupos sociais e com o próprio Estado.

REFERÊNCIAS

AASSVE, Arnstein; FUOCHI, Giulia; MENCARINI, Letizia; MENDOLA, Daria. What is your couple type? Gender ideology, housework-sharing, and babies. **Demographic Research**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 835–858, 2015. DOI: 10.4054/DemRes.2015.32.30. Disponível em: <https://www.demographic-research.org/volumes/vol32/30/default.htm>. Acesso em: 20 set. 2021.

ADEAGBO, Oluwafemi. ‘Do according to your time, preferences and abilities’: Exploring the division of household labour among interracial gay partners in post-apartheid South Africa. **South African Review of Sociology**, [S. l.], v. 46, n. 4, p. 39–58, 2015. DOI: 10.1080/21528586.2015.1100097. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/21528586.2015.1100097>. Acesso em: 10 nov. 2020.

ÁLVAREZ, Begoña; MILES, Daniel. Gender effect on housework allocation: Evidence from Spanish two-earner couples. **Journal of Population Economics**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 227–242, 2003. DOI: 10.1007/s001480200126. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20000187>. Acesso em: 20 set. 2021.

ÁLVAREZ BERNARDO, Gloria; ROMO AVILÉS, Nuria; GARCÍA BERBÉN, Ana Belén. Doing gender in Spanish same-sex couples. The distribution of housework and childcare. **Journal of Gender Studies**, [S. l.], v. 27, n. 6, p. 672–682, 2018. DOI: 10.1080/09589236.2017.1287067. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09589236.2017.1287067>. Acesso em: 13 nov. 2020.

AMARANTE, Verónica; ROSSEL, Cecilia. Unfolding Patterns of Unpaid Household Work in Latin America. **Feminist Economics**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 1–34, 2018. DOI: 10.1080/13545701.2017.1344776. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13545701.2017.1344776>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ARAÚJO, Clara; PICANÇO, Felícia; CANO, Ignácio. **Onde as desigualdades de gênero se escondem? Gênero e divisão do trabalho doméstico - o Brasil em perspectiva comparada**. 1. ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

ARRÁIZ, Irani. Time to share the load: gender differences in household responsibilities and business profitability. **Small Business Economics**, [S. l.], v. 51, n. 1, p. 57–84, 2018. DOI: 10.1007/s11187-017-9925-z. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/kap/sbusec/v51y2018i1d10.1007_s11187-017-9925-z.html. Acesso em: 20 set. 2021.

BANDEIRA, Maria Lourdes; PRETURLAN, Renata Barreto. As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. *In*: ARAÚJO, Clara; FONTOURA, Natália (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 43–58. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8034>. Acesso em: 11 ago. 2019.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; VITAL, Carolina Lopes de Carvalho; RUSSO, Felipe Mendonça; COSTA, Joana Simões. Rendimentos e jornada de trabalho remunerado e não remunerado no Brasil: uma análise por orientação sexual. **Mercado de Trabalho: Análise e Conjuntura**. Brasília. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9992>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BAUER, Gerrit. Gender Roles, Comparative Advantages and the Life Course: The Division of Domestic Labor in Same-Sex and Different-Sex Couples. **European Journal of Population**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 99–128, 2016. DOI: 10.1007/s10680-015-9363-z. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10680-015-9363-z>. Acesso em: 7 nov. 2020.

BECKER, Gary S. **A treatise on the family**. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1993.

BIANCHI, Suzanne M.; MILKIE, Melissa A.; SAYER, Liana C.; ROBINSON, John P. Is anyone doing the housework? trends in the gender division of household labor. **Social Forces**, [S. l.], v. 79, n. 1, p. 191–228, 2000. DOI: 10.1093/sf/79.1.191. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2675569>. Acesso em: 15 set. 2020.

BILLOR, Nedret; HADI, Ali S.; VELLEMAN, Paul F. BACON: Blocked adaptive computationally efficient outlier nominators. **Computational Statistics and Data Analysis**, [S. l.], v. 34, n. 3, p. 279–298, 2000. DOI: 10.1016/S0167-9473(99)00101-2.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. [s.l.: s.n.]. v. 26

BLINDER, Alan S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. **The Journal of Human Resources**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 436–455, 1973. DOI: 10.2307/144855. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/144855>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BROWNE, Kath. Selling my queer soul or queerying quantitative research? **Sociological Research Online**, [S. l.], v. 13, n. 1–2, p. 200–214, 2008. DOI: 10.5153/sro.1635. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.5153/sro.1635>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BROWNE, Kath. Queer Quantification or Queer(y)ing Quantification. In: BROWNE, Kath; NASH, Catharine J. (org.). **Queer Methods and Methodologies**. London and New York: Routledge, 2016. p. 231–250. DOI: 10.4324/9781315603223-15.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 331–353, 2006. DOI: 10.1590/s0102-30982006000200009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 7 set. 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez. Revendo estereótipos: O papel dos homens no trabalho doméstico. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 259–287, 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X20120001000014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/556ZJx8GpxyxGKbxQJ46jwh/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARVALHO, Marco Aurélio De. **Lugar de homem é na cozinha? Um estudo sobre a organização do trabalho doméstico em uniões gays**. 2020. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, SP., [S. l.], 2020. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192423>.

CARVALHO, Marco Aurélio De; PORCHAT, Patrícia. Repensando a atribuição de papéis na divisão do trabalho doméstico a partir das conjugalidades LGBT. **Travessias**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 178–190, 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20976>. Acesso em: 14 out. 2020.

CHERLIN, Andrew. **Public and Private Families: an introduction**. 7. ed. New York: McGraw-Hill, 2013.

CIVETTINI, Nicole. Housework as Non-Normative Gender Display Among Lesbians and Gay Men. **Sex Roles**, [S. l.], v. 74, n. 5–6, p. 206–219, 2016. DOI: 10.1007/s11199-015-0559-9. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-015-0559-9>. Acesso em: 11 nov. 2020.

COLTRANE, Scott. Gender Theory and Household Labor. **Sex Roles**, [S. l.], 2010. DOI: 10.1007/s11199-010-9863-6.

CRAIG, Lyn; POWELL, Abigail. Shares of Housework Between Mothers, Fathers and Young People: Routine and Non-routine Housework, Doing Housework for Oneself and Others. **Social Indicators Research**, [S. l.], v. 136, n. 1, p. 269–281, 2018. DOI: 10.1007/s11205-016-1539-3. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/spr/soinre/v136y2018i1d10.1007_s11205-016-1539-3.html. Acesso em: 7 out. 2020.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Uso do tempo e gênero. Uma dimensão da desigualdade socioeconômica brasileira. In: ARRILHA, Margareth; CAETANO, André Junqueira; GUEDES, Moema; MARCONDES, Gláucia dos Santos (org.). **Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade. Articulações contemporâneas**. 1. ed. Campinas: Librum Editora, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2015. p. 119–129. Disponível em: <https://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/issue/viewIssue/15/4>. Acesso em: 17 nov. 2021.

DEUTSCH, Francine M. Undoing gender. **Gender and Society**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 106–127, 2007. DOI: 10.1177/0891243206293577. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0891243206293577>. Acesso em: 13 nov. 2020.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **Families in the 21st Century**. Stockholm: SNS FÖRLAG, 2016.

ETEZADY, Ali; SHAW, F. Atiyya; MOKHTARIAN, Patricia L.; CIRCELLA, Giovanni. What drives the gap? Applying the Blinder–Oaxaca decomposition method to examine generational differences in transportation-related attitudes. **Transportation**, [S. l.], v. 48, n. 2, 2021. DOI: 10.1007/s11116-020-10080-5.

FUWA, Makiko. Macro-level gender inequality and the division of household labor in 22 countries. **American Sociological Review**, [S. l.], 2004. DOI: 10.1177/000312240406900601. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000312240406900601>. Acesso em: 14 jan. 2021.

GEIST, Claudia; RUPPANNER, Leah. Mission Impossible? New Housework Theories for Changing Families. **Journal of Family Theory and Review**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. DOI: 10.1111/jftr.12245.

GIDDINGS, Lisa A. Political economy and the construction of gender: The example of housework within same-sex households. **Feminist Economics**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 97–106, 1998. DOI: 10.1080/135457098338491. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/135457098338491>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GOLDBERG, Abbie E. “Doing” and “Undoing” Gender: The Meaning and Division of Housework in Same-Sex Couples. **Journal of Family Theory & Review**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 85–104, 2013. a. DOI: 10.1111/jftr.12009. Disponível em: [https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jftr.12009#:~:text=Specifically%2C this review reveals how,context of same-sex couples](https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jftr.12009#:~:text=Specifically%2C%20this%20review%20reveals%20how%2Ccontext%20of%20same-sex%20couples). Acesso em: 10 out. 2020.

GOLDBERG, Abbie E. “Doing” and “Undoing” Gender: The Meaning and Division of Housework in Same-Sex Couples. **Journal of Family Theory & Review**, [S. l.], 2013.

b. DOI: 10.1111/jftr.12009.

GOTTA, Gabrielle; GREEN, Robert Jay; ROTHBLUM, Esther; SOLOMON, Sondra; BALSAM, Kimberly; SCHWARTZ, Pepper. Heterosexual, lesbian, and gay male relationships: a comparison of couples in 1975 and 2000. **Family Process**, [S. l.], v. 50, n. 3, p. 353–376, 2011. DOI: 10.1111/j.1545-5300.2011.01365.x. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21884075/>. Acesso em: 18 abr. 2021.

GRÖMPING, Ulrike. Estimators of relative importance in linear regression based on variance decomposition. **American Statistician**, [S. l.], v. 61, n. 2, p. 139–147, 2007. DOI: 10.1198/000313007X188252. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1198/000313007X188252>. Acesso em: 19 ago. 2021.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. O Cuidado e seus Circuitos: Significados, Relações, Retribuições. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. p. 295.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. Pensar o Trabalho pela Ótica do Cuidado, Pensar o Cuidado pela ótica de suas Trabalhadoras. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. a. p. 295.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. O Cuidado e as Crises. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades.2**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. b. p. 295.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. O Cuidado e o Emprego Doméstico: Interseccionando Desigualdades e Fronteiras. In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. c. p. 295.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila Pereira Faria. O Cuidado e as “Ajudas”.

In: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. p. 295.

HECKMAN, James J. Sample selection bias as a specification error. **Applied Econometrics**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 129–137, 2013. DOI: 10.2307/1912352. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1912352> . Acesso em: 9 ago. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza. O Traçado da Vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro. *In*: MADEIRA, Felícia (org.). **Quem mandou nascer mulher? – estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997. p. 291–342. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/detalhes.asp?cod_dados=110. Acesso em: 21 out. 2021.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HERRERA, Florencia. La otra mamá: madres no biológicas en la pareja lésbica. *In*: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (org.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 213–232.

HIRATA, Helena Sumiko. O Cuidado numa Perspectiva Comparativa Internacional. *In*: GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko (org.). **O Gênero do Cuidado: desigualdades, significações e identidades**. 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2020. p. 295.

HIRATA, Helena Sumiko; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007. DOI: 10.1590/s0100-15742007000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 dez. 2021.

HOCHSCHILD, Arlie; MACHUNG, Anne. **The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home**. 3. ed. New York: Penguin Books, 2012.

HUETTNER, Frank; SUNDER, Marco. Axiomatic arguments for decomposing goodness of fit according to Shapley and Owen values. **Electronic Journal of Statistics**, [S. l.], v. 6, p. 1239–1250, 2012. DOI: 10.1214/12-EJS710. Disponível em: <https://projecteuclid.org/journals/electronic-journal-of-statistics/volume-6/issue-none/Axiomatic-arguments-for-decomposing-goodness-of-fit-according-to-Shapley/10.1214/12-EJS710.full>. Acesso em: 19 ago. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual de entrevista da pesquisa básica: PNAD de 1992**. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, 1992. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=5376>. Acesso em: 7 dez. 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Notas técnicas**. Rio de Janeiro, Brasil: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 6 set. 2020.

ITABORAÍ, Natalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez. **Até onde caminhou a revolução de gê nero no Brasil? Implicações demográ ficas e questões sociais**. Belo Horizonte: ABEP, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/issue/view/40>. Acesso em: 21 out. 2021.

JANN, Ben. A Stata implementation of the Blinder-Oaxaca decomposition. **The Stata Journal**, [S. l.], v. 8, n. 4, p. 453–479, 2008. Disponível em: www.socio.ethz.ch. Acesso em: 3 ago. 2021.

JANN, Ben. Plotting regression coefficients and other estimates. **Stata Journal**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 708–737, 2014. DOI: 10.1177/1536867x1401400402.

JEPSEN, Christopher; JEPSEN, Lisa K. Labor-market specialization within same-sex and different-sex couples. **Industrial Relations**, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 109–130, 2015. DOI: 10.1111/irel.12078. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/irel.12078>. Acesso em: 19 abr. 2021.

JESUS, Jordana Cristina De. Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência. **UFMG/Cedeplar**, [S. l.], p. 120, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FACE-B27PW9/1/ppgdemografia_jordanacristinajesus_tesedoutorado.pdf%0Ahttp://hdl.handle.net/1843/FACE-B27PW9. Acesso em: 8 set. 2019.

JOHNSON, Matthew D.; GALAMBOS, Nancy L.; ANDERSON, Jared R. Skip the dishes? Not so fast! Sex and housework revisited. **Journal of Family Psychology**, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 203–213, 2016. DOI: 10.1037/fam0000161. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2015-46448-001>. Acesso em: 21 abr. 2021.

KITTAY, Eva Feder. **Love’s labor: Essays on women, equality and dependency**. New York and London: Routledge, 2013. DOI: 10.4324/9781315021218.

LENA, Fernanda Fortes De. **“Só se for a dois”: conjugalidade e homoparentalidade no Censo brasileiro de 2010**. 2016. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2016.972619>. Acesso em: 6 out. 2021.

LENA, Fernanda Fortes De; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo De. Padrões de seletividade relacionados aos casais homossexuais e heterossexuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Populacao**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 121–137, 2015. DOI: 10.1590/S0102-30982015000000007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/L7j7ghk46WHpSg5kbgWPfjx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.

NICO, Magda Lalanda; RODRIGUES, Elisabete. The organization of household work in same-sex couples. **Portuguese Journal of Social Science**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 43–61, 2013. DOI: 10.1386/pjss.12.1.43_1. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/intellect/pjss/2013/00000012/00000001/art00003?crawler=true>. Acesso em: 20 abr. 2021.

O’DONNELL, Owen; DOORSLAER, Eddy Van; WAGSTAFF, Adam; LINDELOW, Magnus. **Analysing health equity using household survey data: a guide to techniques**

and their implementation. Bulletin of the World Health Organization. Washington. DOI: 10.2471/blt.08.052357. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6896>.

OAXACA, Ronald. Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. **International Economic Review**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 693–709, 1973. DOI: 10.2307/2525981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2525981>. Acesso em: 10 ago. 2021.

PEPIN, Joanna R.; SAYER, Liana C.; CASPER, Lynne M. Marital Status and Mothers' Time Use: Childcare, Housework, Leisure, and Sleep. **Demography**, [S. l.], v. 55, n. 1, p. 107–133, 2018. DOI: 10.1007/s13524-018-0647-x. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29423629/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

PINHEIRO, Luana Simões. Determinantes da alocação de tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais. In: ARAÚJO, Clara; FONTOURA, Natália (org.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016. p. 61–92. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8034>. Acesso em: 11 ago. 2019.

PINHEIRO, Luana Simões. **O trabalho nosso de cada dia: determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34189>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PINHEIRO, Luana Simões; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela; FONTOURA, Natália. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua**. Brasília. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9538>.

PLESSZ, Marie; ÉTILÉ, Fabrice. Is Cooking Still a Part of Our Eating Practices? Analysing the Decline of a Practice with Time-Use Surveys. **Cultural Sociology**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 93–118, 2019. DOI: 10.1177/1749975518791431.

POLLITT, Amanda M.; ROBINSON, Brandon A.; UMBERSON, Debra. Gender

Conformity, Perceptions of Shared Power, and Marital Quality in Same- and Different-Sex Marriages. **Gender and Society**, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 109–131, 2018. DOI: 10.1177/0891243217742110. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891243217742110>. Acesso em: 9 nov. 2020.

QUADLIN, Natasha; DOAN, Long. Sex-Typed Chores and the City: Gender, Urbanicity, and Housework. **Gender and Society**, [S. l.], v. 32, n. 6, p. 789–813, 2018. DOI: 10.1177/0891243218787758.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 26, 2006. DOI: 10.1590/s0104-83332006000100007.

RIOS, Roger Raupp. As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. **civilistica.com**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 1–21, 2013. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/101>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação & realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SHECHORY, Mally; ZIV, Riva. Relationships between Gender Role Attitudes, Role Division, and Perception of Equity among Heterosexual, Gay and Lesbian Couples. **Sex Roles**, [S. l.], v. 56, n. 9–10, p. 629–638, 2007. DOI: 10.1007/s11199-007-9207-3. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11199-007-9207-3>. Acesso em: 18 abr. 2021.

SILVA, Wellington Romero Da; SANTOS, Daniel Domingues Dos. Trabalho E Bem-Estar - Uma Comparação Entre Casais Heterossexuais E Homossexuais Brasileiros. In: ANAIS DO 43º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC 2016, **Anais [...]**. [s.l: s.n.] p. 233.

SILVA, Denise Britz; CARVALHO, Alexandre Pinto De; NERI, Marcelo Côrtes. Diferenciais de salários por raça e gênero: aplicação dos procedimentos de Oaxaca e Heckman em pesquisas amostrais complexas. **Ensaio Econômico**. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/934>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SINGLETON, Andrew; MAHER, Janemaree. The “New Man” Is in the House: Young Men, Social Change, and Housework. **The Journal of Men’s Studies**, [S. l.], 2004. DOI: 10.3149/jms.1203.227.

SOARES, Cristiane. A distribuição do tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres no âmbito da família. **Revista Gênero**, [S. l.], n. Xvi, p. 1–19, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30951/18040>. Acesso em: 8 set. 2020.

SOARES, Cristiane. Os desafios (para as mulheres) do trabalho reprodutivo no Brasil com o processo de envelhecimento populacional. *In*: ITABORAÍ, Natalie Reis; RICOLDI, Arlene Martinez (org.). **Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Implicações demográficas e questões sociais**. Belo Horizonte: ABEP, 2016. p. 240. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/issue/view/40>.

SOARES, Cristiane; SABÓIA, AL. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. Disponível em: http://186.228.51.37/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf.

SOLOMON, Sondra E.; ROTHBLUM, Esther D.; BALSAM, Kimberly F. Money, housework, sex, and conflict: Same-sex couples in civil unions, those not in civil unions, and heterosexual married siblings. **Sex Roles**, [S. l.], v. 52, p. 561–575, 2005. DOI: 10.1007/s11199-005-3725-7. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2005-08091-001>. Acesso em: 8 nov. 2020.

TRONTO, Joan C. An Ethic of Care. **Generations: Journal of the American Society on Aging**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 15–20, 1998. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/44875693>. Acesso em: 15 ago. 2021.

VILELA, Elaine Meire; COLLARES, Ana Cristina Murta; DE NORONHA, Cláudia Lima Ayer. Migrações e trabalho no Brasil: Fatores étnico - nacionais e raciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 30, n. 87, p. 19–42, 2015. DOI: 10.17666/308719-39/2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/GjF6vVMMPXL3TgzYsGWb95j/?lang=pt>. Acesso em: 9 ago. 2021.

WEBER, Sylvain. Bacon: An effective way to detect outliers in multivariate data using Stata (and Mata). **Stata Journal**, [S. l.], v. 10, n. 3, 2010. DOI: 10.1177/1536867x1001000302.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don H. Doing gender. **Gender & Society**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 125–151, 1987. DOI: 10.1177/0891243287001002002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/189945>. Acesso em: 26 nov. 2020.

WIDISS, Deborah A. Legal recognition of same-sex relationships: New possibilities for research on the role of marriage law in household labor allocation. **Journal of Family Theory and Review**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 10–29, 2016. DOI: 10.1111/jftr.12123. Disponível em: <https://www.repository.law.indiana.edu/facpub/2376/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Proporções de realização das tarefas domésticas não remuneradas, por gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Homens | | Mulheres | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Heterossexuais | Gays | Heterossexuais | Lésbicas |
| Proporções | | | | |
| Realizou tarefas domésticas no próprio domicílio | | | | |
| Sim | 0,973*** (0,001) | 1 (.) | 0,994*** (0,001) | 0,998*** (0,002) |
| Não | 0,027*** (0,001) | - | 0,006*** (0,001) | 0,002 (0,002) |
| Preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa, lavar a louça | | | | |
| Sim | 0,591*** (0,006) | 0,985*** (0,009) | 0,969*** (0,002) | 0,921*** (0,03) |
| Não | 0,409*** (0,006) | 0,015 (0,009) | 0,031*** (0,002) | 0,079* (0,03) |
| Cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos | | | | |
| Sim | 0,534*** (0,006) | 0,894*** (0,044) | 0,926*** (0,003) | 0,905*** (0,039) |
| Não | 0,466*** (0,006) | 0,106* (0,044) | 0,074*** (0,003) | 0,095* (0,039) |
| Limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim | | | | |
| Sim | 0,669*** (0,005) | 0,829*** (0,053) | 0,8*** (0,004) | 0,803*** (0,048) |
| Não | 0,331*** (0,005) | 0,171* (0,053) | 0,2*** (0,004) | 0,197** (0,048) |
| Cuidar da organização do domicílio | | | | |
| Sim | 0,777*** (0,004) | 0,892*** (0,045) | 0,815*** (0,004) | 0,919*** (0,03) |
| Não | 0,223*** (0,004) | 0,108* (0,045) | 0,185*** (0,004) | 0,081* (0,03) |
| Fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio | | | | |
| Sim | 0,755*** (0,004) | 0,911*** (0,04) | 0,864*** (0,003) | 0,91*** (0,033) |
| Não | 0,245*** (0,004) | 0,089* (0,04) | 0,136*** (0,003) | 0,091* (0,033) |
| Pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos | | | | |
| Sim | 0,7*** (0,006) | 0,746*** (0,056) | 0,365*** (0,005) | 0,67*** (0,06) |
| Não | 0,3*** (0,006) | 0,254*** (0,056) | 0,635*** (0,005) | 0,33*** (0,06) |
| Observações | 25.635 | 121 | | 154 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

APÊNDICE B – Proporções de realização dos afazeres de cuidado não remunerados, por gênero e conjugalidade. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Homens | | Mulheres | |
|---|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Heterossexuais | Gays | Heterossexuais | Lésbicas |
| Proporções | | | | |
| Realizou tarefas de cuidado a moradores do domicílio | | | | |
| Sim | 0,364*** (0,005) | 0,0208 (0,015) | 0,389*** (0,005) | 0,229*** (0,065) |
| Não | 0,636*** (0,005) | 0,979*** (0,015) | 0,611*** (0,005) | 0,771*** (0,065) |
| Auxílio nos cuidados pessoais | | | | |
| Sim | 0,259*** (0,004) | 0,01 (0,01) | 0,345*** (0,005) | 0,186* (0,063) |
| Não | 0,741*** (0,004) | 0,99*** (0,01) | 0,655*** (0,005) | 0,814*** (0,063) |
| Auxílio em atividades educacionais | | | | |
| Sim | 0,262*** (0,005) | 0,01 (0,01) | 0,328*** (0,005) | 0,191** (0,063) |
| Não | 0,738*** (0,005) | 0,99*** (0,01) | 0,672*** (0,005) | 0,809*** (0,063) |
| Ler, brincar, jogar | | | | |
| Sim | 0,298*** (0,005) | 0,01 (0,01) | 0,326*** (0,005) | 0,181* (0,063) |
| Não | 0,702*** (0,005) | 0,99*** (0,01) | 0,674*** (0,005) | 0,819*** (0,063) |
| Monitorar ou fazer companhia | | | | |
| Sim | 0,312*** (0,005) | 0,021 (0,015) | 0,348*** (0,005) | 0,212** (0,064) |
| Não | 0,688*** (0,005) | 0,979*** (0,015) | 0,652*** (0,005) | 0,788*** (0,064) |
| Transportar ou acompanhar | | | | |
| Sim | 0,285*** (0,005) | 0,01 (0,01) | 0,308*** (0,004) | 0,216** (0,064) |
| Não | 0,715*** (0,005) | 0,99*** (0,01) | 0,692*** (0,004) | 0,784*** (0,064) |
| Observações | 25.635 | 121 | 29.209 | 154 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

APÊNDICE C - Distribuições relativas dos diferenciais de escolaridade, salário por hora e horas trabalhadas por sexo. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | Quantil | Homens | | | | | Mulheres | | | | |
|--|---------|---------------|-----------|----------|---------------|--------|-----------------|-----------|----------|---------------|--------|
| | | Mínimo | Máximo | Média | Desvio padrão | N | Mínimo | Máximo | Média | Desvio padrão | N |
| Diferencial de escolaridade | 1 | -16 | -2 | -4,81 | 2,56 | 9.256 | -16 | 0 | -1,11 | 2,01 | 17.000 |
| | 2 | -1 | 0 | -0,13 | 0,33 | 11.560 | 1 | 2 | 1,48 | 0,50 | 3.167 |
| | 3 | 1 | 16 | 3,28 | 2,16 | 4.940 | 3 | 16 | 5,33 | 2,51 | 9.196 |
| Diferencial de horas trabalhadas | 1 | -76 | 0 | -3,99 | 7,96 | 13.836 | -110 | -8 | -20,18 | 11,19 | 10.594 |
| | 2 | 1 | 8 | 5,16 | 1,96 | 3.891 | -7 | 0 | -0,99 | 1,86 | 13.566 |
| | 3 | 9 | 110 | 21,44 | 10,80 | 8.029 | 1 | 80 | 11,88 | 9,81 | 5.203 |
| Diferencial de salário/hora (em R\$) | 1 | -853,00 | 0,00 | -6,31 | 19,75 | 11.575 | -1.870,00 | -3,00 | -14,40 | 29,13 | 10.040 |
| | 2 | 0,00 | 3,00 | 1,61 | 0,90 | 5.638 | -3,00 | 0,00 | -0,96 | 1,00 | 9.738 |
| | 3 | 3,00 | 633,00 | 14,82 | 23,33 | 8.543 | 0,00 | 853,00 | 8,38 | 22,53 | 9.585 |
| Rendimento domiciliar per capita (em R\$) | 1 | 0,00 | 555,00 | 358,46 | 136,07 | 4.985 | 0,00 | 555,00 | 355,48 | 136,97 | 6.052 |
| | 2 | 556,00 | 880,00 | 719,50 | 94,00 | 5.255 | 556,00 | 880,00 | 717,99 | 94,22 | 6.060 |
| | 3 | 881,00 | 1.282,00 | 1.069,97 | 115,18 | 5.006 | 881,00 | 1.282,00 | 1.069,33 | 114,95 | 5.715 |
| | 4 | 1.283,00 | 2.075,00 | 1.620,78 | 227,55 | 5.229 | 1.283,00 | 2.075,00 | 1.620,69 | 227,94 | 5.812 |
| | 5 | 2.077,00 | 46.940,00 | 4.297,70 | 3.199,48 | 5.281 | 2.077,00 | 46.940,00 | 4.259,90 | 3.185,69 | 5.724 |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Os valores analíticos apresentados são baseados na amostra não ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

APÊNDICE D - Modelos MQO para as horas semanais gastas com tarefas domésticas e de cuidado. Brasil, homens em uniões, 2016.

| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 |
|---|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Idade | | | | | | |
| 25 a 44 anos (Ref.: > 24 anos) | -0,574 (0,405) | -0,459 (0,404) | -0,383 (0,406) | -0,176 (0,417) | -0,155 (0,419) | -0,161 (0,419) |
| 45 to 54 anos | -2,069*** (0,415) | -1,941*** (0,415) | -1,846*** (0,417) | -0,998* (0,432) | -0,967* (0,434) | -0,961* (0,433) |
| 55 to 64 anos | -2,016*** (0,437) | -1,867*** (0,438) | -1,770*** (0,440) | -0,851 (0,449) | -0,816 (0,451) | -0,835 (0,450) |
| 65 anos ou mais | -1,857*** (0,560) | -1,691** (0,560) | -1,651** (0,562) | -0,789 (0,570) | -0,749 (0,571) | -0,777 (0,570) |
| Capitais Humanos e Financeiros | | | | | | |
| Dif. de escolaridade (Ref.: 2º tercil) | | | | | | |
| 1º tercil | | -0,346 (0,184) | -0,295 (0,183) | -0,186 (0,176) | -0,178 (0,176) | -0,108 (0,240) |
| 3º tercil | | -0,147 (0,208) | -0,0907 (0,209) | 0,0809 (0,205) | 0,0834 (0,205) | 0,0244 (0,249) |
| Dif. de salário/hora (Ref. 2º tercil) | | | | | | |
| 1º tercil | | 0,0311 (0,210) | 0,13 (0,208) | 0,112 (0,204) | 0,107 (0,204) | 0,125 (0,206) |
| 3º tercil | | -0,323 (0,277) | -0,309 (0,279) | -0,388 (0,267) | -0,385 (0,268) | -0,341 (0,276) |
| Rend. dom. <i>per capita</i> (Ref.: 1º quintil) | | | | | | |
| 2º quintil | | 0,446 (0,253) | 0,351 (0,255) | 0,433 (0,252) | 0,438 (0,252) | 0,456 (0,253) |
| 3º quintil | | 0,549* (0,236) | 0,401 (0,236) | 0,595* (0,243) | 0,600* (0,243) | 0,604* (0,242) |
| 4º quintil | | 0,740** (0,241) | 0,583* (0,240) | 0,831** (0,261) | 0,829** (0,261) | 0,846** (0,261) |
| 5º quintil | | -0,0974 (0,288) | -0,245 (0,284) | 0,00149 (0,304) | -0,00825 (0,304) | 0,00906 (0,304) |
| Disponibilidade de tempo | | | | | | |
| Dif. de horas trabalhadas (Ref.: 2º tercil) | | | | | | |
| 1º tercil | | | 0,568** (0,216) | 0,660** (0,214) | 0,654** (0,214) | 0,255 (0,226) |
| 3º tercil | | | -0,793*** (0,230) | -0,823*** (0,231) | -0,822*** (0,231) | -0,0924 (0,271) |
| Filhos | | | | | | |
| # de filhos <= 5 anos | | | | 2,320*** (0,197) | 2,331*** (0,197) | 2,355*** (0,197) |
| # de filhos >= 6 anos | | | | -0,212* (0,092) | -0,206* (0,092) | -0,195* (0,091) |
| Conjugalidade | | | | | | |
| 1 = Casal homoafetivo | | | | | 1,464 (1,085) | 1,412 (1,081) |
| Interações entre casal homoafetivo e: | | | | | | |
| Dif. de salário/hora | | | | | | 0,00142 (0,011) |
| Dif. de escolaridade | | | | | | -0,0484 (0,236) |
| Dif. de horas trabalhadas | | | | | | -0,0402 (0,025) |
| Controles | | | | | | |
| 1 = emp. dom. em tempo integral | -3,275* (1,368) | -3,081* (1,330) | -3,407** (1,299) | -3,497* (1,368) | -3,486* (1,368) | -3,694** (1,328) |
| 1 = domicílio em área urbana | 0,839*** (0,186) | 0,787*** (0,192) | 0,735*** (0,190) | 0,655*** (0,188) | 0,653*** (0,188) | 0,633*** (0,188) |
| 1 = valor discrepante | -2,038** (0,698) | -1,718* (0,703) | -1,393* (0,702) | -1,537* (0,704) | -1,532* (0,704) | -1,387* (0,679) |
| Constante | 11,43*** (0,418) | 11,27*** (0,473) | 11,22*** (0,492) | 10,13*** (0,501) | 10,09*** (0,502) | 10,33*** (0,504) |
| N | 25.756 | 25.756 | 25.756 | 25.756 | 25.756 | 25.756 |
| F | 18,56 | 10,42 | 14,19 | 20,71 | 19,75 | 17,10 |
| R ² | 0,010 | 0,012 | 0,018 | 0,037 | 0,038 | 0,040 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Coeficientes e erros padrão, em parênteses, são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

APÊNDICE E - Modelos MQO para as horas semanais gastas com tarefas domésticas e de cuidado. Brasil, mulheres em uniões, 2016.

| | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 | Modelo 10 | Modelo 11 | Modelo 12 | |
|---------------------------------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Idade | 25 a 44 anos (Ref.: > 24 anos) | 0,626 (0,417) | 0,871* (0,413) | 0,833* (0,407) | 1,290** (0,433) | 1,282** (0,432) | 1,366** (0,426) |
| | 45 to 54 anos | -0,152 (0,444) | 0,544 (0,440) | 0,446 (0,435) | 1,848*** (0,445) | 1,820*** (0,445) | 1,901*** (0,442) |
| | 55 to 64 anos | 0,156 (0,523) | 1,364** (0,521) | 1,188* (0,517) | 2,649*** (0,525) | 2,607*** (0,525) | 2,684*** (0,523) |
| | 65 anos ou mais | -0,279 (0,907) | 1,605 (0,897) | 1,617 (0,883) | 3,043*** (0,889) | 2,990*** (0,890) | 3,059*** (0,885) |
| Capitais Humanos e Financeiros | Dif. de escolaridade (Ref.: 2º tercil) | | | | | | |
| | 1º tercil | | 0,0918 (0,333) | 0,0468 (0,321) | -0,0275 (0,318) | -0,0345 (0,318) | -0,126 (0,340) |
| | 3º tercil | | -0,279 (0,335) | -0,304 (0,324) | -0,289 (0,322) | -0,314 (0,322) | -0,157 (0,366) |
| | Dif. de salário/hora (Ref.: 2º tercil) | | | | | | |
| | 1º tercil | | 1,575*** (0,343) | 1,169*** (0,333) | 1,039** (0,323) | 1,021** (0,323) | 1,130*** (0,328) |
| | 3º tercil | | 1,127*** (0,228) | -0,055 (0,237) | -0,153 (0,235) | -0,148 (0,235) | -0,394 (0,239) |
| | Rend. dom. per capita (Ref.: 1º quintil) | | | | | | |
| | 2º quintil | | -1,108** (0,369) | -0,826* (0,357) | -0,611 (0,350) | -0,617 (0,350) | -0,574 (0,349) |
| | 3º quintil | | -2,032*** (0,342) | -1,573*** (0,345) | -1,156*** (0,341) | -1,143*** (0,341) | -1,054** (0,340) |
| | 4º quintil | | -3,253*** (0,328) | -2,709*** (0,321) | -2,184*** (0,346) | -2,196*** (0,345) | -2,103*** (0,345) |
| 5º quintil | | -6,261*** (0,369) | -5,656*** (0,358) | -5,133*** (0,398) | -5,135*** (0,398) | -4,959*** (0,397) | |
| Disponibilidade de tempo | Dif. de horas trabalhadas (Ref.: 2º tercil) | | | | | | |
| | 1º tercil | | | 3,903*** (0,263) | 3,809*** (0,256) | 3,809*** (0,256) | 1,484*** (0,333) |
| | 3º tercil | | | -0,109 (0,254) | -0,0745 (0,248) | -0,0495 (0,248) | 1,540*** (0,299) |
| Filhos | # de filhos ≤ 5 anos | | | 3,026*** (0,273) | 3,006*** (0,273) | 3,006*** (0,273) | 2,933*** (0,272) |
| | # de filhos ≥ 6 anos | | | 0,0385 (0,147) | 0,0232 (0,147) | 0,0232 (0,147) | 0,0193 (0,145) |
| Conjugalidade | 1 = Casal homoafetivo | | | | | -3,581*** (0,940) | -3,362*** (0,910) |
| | Interações entre casal homoafetivo e: | | | | | | |
| | Dif. de salário/hora | | | | | | 0,0276 (0,027) |
| | Dif. de escolaridade | | | | | | -0,566** (0,208) |
| | Dif. de horas trabalhadas | | | | | | -0,1 (0,051) |
| Controles | 1 = emp. dom. em tempo integral | -10,32*** (1,769) | -8,251*** (1,464) | -7,135*** (1,555) | -7,470*** (1,565) | -7,482*** (1,565) | -7,421*** (1,589) |
| | 1 = domicílio em área urbana | -1,544*** (0,276) | -0,336 (0,279) | -0,19 (0,280) | -0,327 (0,276) | -0,314 (0,276) | -0,321 (0,275) |
| | 1 = valor discrepante | -1,737 (1,520) | 0,493 (1,512) | -0,335 (1,466) | -0,698 (1,393) | -0,712 (1,393) | -1,122 (1,375) |
| | Constante | 20,57*** (0,443) | 20,89*** (0,580) | 19,59*** (0,592) | 17,99*** (0,604) | 18,04*** (0,604) | 17,85*** (0,602) |
| N | 29.363 | 29.363 | 29.363 | 29.363 | 29.363 | 29.363 | |
| F | 12,18 | 29,38 | 39,04 | 40,53 | 38,87 | 33,02 | |
| R ² | 0,00379 | 0,0348 | 0,0597 | 0,0744 | 0,0749 | 0,083 | |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Coeficientes e erros padrão, em parênteses, são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.

APÊNDICE F – Detalhamento das contribuições individuais das covariáveis para o hiato de gênero no tempo de trabalhos domésticos e de cuidado, obtido por meio da decomposição Oaxaca-Blinder. Brasil, homens e mulheres em uniões, 2016.

| | E (<i>Endowments</i>) | C (Coeficientes) | I (Interações) |
|---|-------------------------|-----------------------|----------------------|
| Faixa etária | | | |
| 25 a 34 anos | -0,002 (-0,12) | 0,337* (2,56) | 0,063* (2,49) |
| 35 a 44 anos | -0,005 (-0,61) | 0,521** (2,9) | 0,028* (2,31) |
| 45 a 54 anos | 0,04** (2,63) | 0,803*** (5,58) | -0,105*** (-4,65) |
| 55 a 64 anos | 0,037* (2,08) | 0,405*** (5,93) | -0,142*** (-5,54) |
| 65 anos ou mais | 0,007 (0,76) | 0,092*** (3,34) | -0,058** (-3,29) |
| Diferencial de escolaridade | 0,002 (0,04) | 0,051 (1,32) | -0,102 (-1,32) |
| Diferencial de rendimento por hora | 0,065** (3,2) | 0,016 (0,69) | -0,0318 (-0,69) |
| Rendimento domiciliar per capita | | | |
| 2º quintil | 0,002 (1,73) | -0,228*** (-3,66) | -0,004* (-2,07) |
| 3º quintil | 0,0003 (0,73) | -0,237*** (-3,34) | -0,002 (-1,2) |
| 4º quintil | -0,003* (-2,3) | -0,6*** (-8,69) | 0,012** (3,1) |
| 5º quintil | 0,002 (0,7) | -1,086*** (-13,51) | 0,047*** (7,21) |
| Diferencial de horas trabalhadas | 0,39*** (5,42) | -0,536*** (-7,96) | 1,098*** (7,98) |
| Casal homoafetivo | 0 (.) | 0 (.) | -0,02** (-3,27) |
| Número de filhos | -0,059*** | -0,431** | 0,021** |
| <= 5 anos | (-6,47) | (-3,12) | (3) |
| >= 6 anos e <= 18 anos | 0,002 (1,53) | -0,235 (-1,77) | -0,002 (-1,28) |
| Empregado doméstico corresidente | 0,00008 (0,56) | -0,008** (-2,95) | 0,0003 (0,65) |
| Urbana | -0,0002 (-0,25) | -0,307 (-1,17) | 0,001 (1,14) |
| Valor discrepante | 0,001 (1,33) | 0,005 (0,49) | -0,0005 (-0,47) |
| Constante | - (-) | 6,583*** (9,55) | - (-) |
| Total | 0,479*** (4,67) | 5,142*** (10,69) | 0,804*** (4,31) |
| | -0,002 | 0,337* | 0,063* |

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da 5ª visita da PNAD Contínua de 2016.

Nota: Estatísticas descritivas e erros padrão em parênteses são baseados na amostra ponderada.

* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001.